

**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PPGEDUC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**IMPACTOS DA “*INSTITUCIONALIZAÇÃO*”: UM OLHAR A PARTIR  
DE ENCONTROS**

**FLÁVIA DO CARMO BULLÉ**

**Seropédica/Nova Iguaçu  
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PPGEDUC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**FLAVIA DO CARMO BULLÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de Título de Mestre em Educação.

*Sob orientação da Professora Doutora*

**FLAVIA MILLER NAETHE MOTTA**

**Seropédica/Nova Iguaçu  
2016**



**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e  
Demandas Populares (PPGEduc)

**FLÁVIA DO CARMO BULLÉ**

**“IMPACTOS DE UMA INSTITUCIONALIZAÇÃO: UM OLHAR  
A PARTIR DO ENCONTRO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Educação.

Linha de Pesquisa: Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas

Dissertação aprovada em 19/02/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

Profª. Drª. Flávia Miller Naethé Motta - UFRRJ (Orientadora)

Prof. Dr. Carlos Roberto de Carvalho - UFRRJ

Profª. Drª. Marisol Barenco de Mello - UFF

## DEDICATÓRIA

*A minha irmã Patrícia por carregar o meu coração  
no dela e por sempre acreditar em mim e aos meus pais  
Nilson e Francisca (in memoriam) por nos deixarem o  
legado do amor e perseverança para a  
conquista dos nossos sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

“Tu te tornas eternamente responsável por tudo o que tu cativas, me cativastes e agora és responsável por mim... pois o tempo e o carinho que dedicas a mim é o que mostra o quanto sou importante para você.” (A. S. Exupéry, p.34, 1966)

O carinho e amor de Deus por mim é realmente imensurável e nenhuma palavra seria suficiente para agradecer o que Ele faz em minha vida. Sem sua misericórdia não conseguiria chegar até aqui.

Agradeço imensamente à amiga Isabela, pela amizade, cumplicidade, apoio e amor dedicado a mim. Essa que não apenas me cativou, mas se responsabilizou desde o início. Apresentando a pessoa que um dia seria minha orientadora e me impulsionando a cada passo, desde os primeiros rascunhos do projeto de pesquisa para entrar no mestrado até a minha trajetória final, incluindo meus queridos Roosevelt e Sandro que me apoiam igualmente.

A oportunidade que tive de um dia conhecer e a alegria em poder conviver com a pessoa que se tornaria minha ‘musa’ inspiradora. Admirável Flávia Motta que nunca perdeu a crença que eu podia chegar até aqui, sempre paciente, amorosa e dedicada e que, mesmo nos momentos mais difíceis, não me deixou desanimar. Encontros, conversas, carinhosos puxões de orelha, abraços, olhares e risadas, momentos inesquecíveis que demonstra o quanto se importa comigo e, se um dia eu me achei ninguém, me fez ver que sou essencial aos olhos de quem acredita em mim.

Minha querida amiga Iolanda que me encantou, desde o primeiro momento enquanto profissional e pessoa. Começou essa luta junto comigo e mesmo seguindo na frente, andou lado a lado. Nossos encontros, movidos a deliciosas conversas, me fizeram amadurecer o modo de ver os fatos da vida. Meu agradecimento estende-se ao Anselmo que sempre me incentivou a seguir meu caminho com todo carinho.

Ao Beto que com a sua alma de artista, transforma as palavras em versos e nos encanta. Agradeço o encorajamento, as contribuições, paciência e fé de que eu conseguiria cumprir essa etapa, fazendo-me ver que a escrita é um exercício diário e que, ao me determinar, eu consigo.

As pessoas queridas que encontrei nessa estrada chamada mestrado, algumas de fato se tornaram bem mais que colegas. As conversas, as confissões as colaborações desses amigos foram essenciais nessa caminhada. Viviane, Helder, Nolasco, Alexandre, George, Georgete e Conceição, só tenho motivos para agradecer a ajuda e carinho inestimável.

Minha admirável Marisol, que cativa com olhar, e através de uma simples expressão, revela prazer e indignação ao mesmo tempo, que, com sua visão exotópica para com o outro, consegue lançar palavras sempre amorosas e nos faz refletir sobre o lugar do pesquisador com toda generosidade.

Ao querido grupo GEPELID, que esteve comigo desde o início, contribuindo com nossos diálogos enriquecedores e com carinho acolhedor que me abraça e me conquista em cada novo encontro.

A TODOS os profissionais da Escola de Educação Infantil da UFRJ que fazem acontecer e que não desanimam frente às lutas, acreditando que a autonomia se conquista a partir da união de todos. Agradeço em especial à Alessandra Sarkis uma pessoa e profissional admirável; Aline, Carla, Angélica, Ayala, Cris Condessa, Vera, Rose, Beth, Priscila e Michele, cujos olhares e experiências narradas acrescentaram em muito a minha vivência.

As amigas Monique e Cris Suzart por todo carinho comigo e compromisso com nossa amizade. A minha querida irmã de mestrado Georgete que sempre me apoiou nesta caminhada com todo amor.

Edmilson e Ozineide, antes colegas de profissão, sempre amigos de vida, cujas contribuições são valorosas não apenas neste momento, mas em muitas situações da vida.

As crianças da EEI/UFRJ que me ensinaram a ouvir e enxergar que as coisas simples estão na inocência do gesto.

Finalmente à minha família querida: Patrícia (que não suportava mais me ver escrever até a madrugada), Tia Sueli e Fernanda (por respeitarem meu silêncio). À Kelly que cuidou de mim em todos esses dias de clausura. Fagner que abriu mão dos nossos momentos juntos para que eu me dedicasse à escrita. Aos amigos próximos por respeitar a minha ausência, mesmo de corpo presente. Vocês são essenciais em minha vida.

Sou mesmo, muito abençoada. Se porventura você leu esse agradecimento e por algum motivo se sentiu injustiçado por não ver seu nome aqui, desculpe. Então, incluindo você e a todos os outros que são responsáveis por me cativarem meus sinceros e profundos agradecimentos, pois todos sem exceção merecem o meu **MUITO OBRIGADO!**

## EPÍGRAFE

### **Não sei quantas almas tenho**

Não sei quantas almas tenho.  
Cada momento mudei.  
Continuamente me estranho.  
Nunca me vi nem acabei.  
De tanto ser, só tenho alma.  
Quem tem alma não tem calma.  
Quem vê é só o que vê,  
Quem sente não é quem é,

Atento ao que sou e vejo,  
Torno-me eles e não eu.  
Cada meu sonho ou desejo  
É do que nasce e não meu.  
Sou minha própria paisagem;  
Assisto à minha passagem,  
Diverso, móbil e só,  
Não sei sentir-me onde estou.

Por isso, alheio, vou lendo  
Como páginas, meu ser.  
O que segue não prevendo,  
O que passou a esquecer.  
Noto à margem do que li  
O que julguei que senti.  
Releio e digo: “Fui eu?”  
Deus sabe, porque o escreveu.

**Fernando Pessoa**

## RESUMO

BULLÉ, Flávia Carmo do. **Impactos da “Institucionalização”**: um olhar a partir de **encontros**. 2016. P.144. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ. 2014.

Esta pesquisa tem por objetivo discutir os impactos ocasionados pela Resolução Nº 1 CNE/CEB de março de 2011 que fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações e determinando que as unidades de Educação Infantis mantidas e administradas por universidades federais ou que integrem o sistema federal de ensino mantido pela União possam estabelecer condições de funcionamento de acordo com o que determina a Lei nº 9.394/96 e as orientações do Conselho Nacional de Educação Básica. Considerando as relações de tensão estabelecidas entre o particular e o universal, tomamos a Escola de Educação Infantil da UFRJ como mônada, acreditando que estas são “miniaturas de sentido, imagens exemplares finitas nas quais se circunscreve um sujeito que diz de si, mas não somente, abrindo espaço a algo outro que não si mesmo” (GAGNEBIN, 2004, p. 80). Assim, intencionamos compreender as transformações, decorrentes de sua trajetória histórica, as impressões e as inquietações causadas nos atores que no passado e ainda no presente, estiveram diretamente relacionados a esse contexto e que a partir deste estudo se encontram dialogicamente com o objetivo de participarem da escrita deste roteiro. Apegando-me a esses sentidos, os sujeitos se revelam e se tornam objetos da nossa pesquisa, afirmando a potência de seu olhar exotópico diante da ‘germinação do novo’, assumindo diante deste cenário uma atitude responsiva, demonstrando e narrando a partir de sua perspectiva a história desse processo de institucionalização.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Políticas Públicas, Creche Universitária, Resolução Nº1 CEB/CNE 2011.

## ABSTRACT

Bulle, Flavia Carmo. Impacts “*Institutionalization*: a look from meetings. 2016. P.144. Dissertation (Master of Education) Institute of Education / Multidisciplinary Institute / PPGEduc / Rural Federal University of Rio de Janeiro , Seropédica / Nova Iguaçu, Brazil . 2014.

This study has the objective to discuss the impacts caused by Resolution N° 1 CNE/CEB from march 2011 that fixo perating standard of Child hood Education Units linked to Federal Public Administration, their agencies and foundations and determining that the Child hood Education Units maintained and administered by Federal Universities or integrate the federal system of education maintained by Union may establish operating conditions according to Law n° 9.394/96 and National Council of basic education's orientations. Considering the tension relations established be tween the private and the universal, wetake the UFRJ Childhood Education School as monad, believing that these are "miniatures of these, finite copies images in which circum scribe a subject that say sit self, but not only, open space some other that not it self"(GAGNEBIN, 2004, p. 80). There by, we intend to comprehend the transformations, arising trajctory history path, the impressions and the concerns caused in the actors that in the past and yet in the present, has be endirectly related to this context and that, from this study, meet e a chother dialogically with the purpose of associate tow rite this screen play. Holding me to these senses, thes pecific purposes reveal the subjects that turn sinto to objects our research firm the potency of its exotopic look in front of "germination of new", assuming in front of this scenery a responsive atitude. Showing and narrating starting in his perspective the story about the institutionatizazion this place.

Keywords: Childhood education; public policy; University Day care; Resolution N°1 CEB/CNE 2011.

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**ANUFEI** – Associação Nacional de Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil

**CEB** – Câmara de Educação Básica

**CFCH** – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

**CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**COEDI** – Coordenação Geral de Educação Infantil

**COEPRE** – Coordenação de Educação Pré-Escolar

**CONSUNI** – Conselho Universitário

**COR-SAMI** – Coordenação de Saúde Materno Infantil

**CPMI** – Coordenação de Proteção Materno-Infantil

**DAMS** – Divisão de Assistência Médica do Servidor

**DINSAMI** – Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil

**DNCR** – Departamento Nacional da Criança

**DNSHT** – Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho

**EEI-UFRJ** – Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro

**ENEM** – Exame Nacional de Ensino Médio

**FLBA** – Fundação da Legião Brasileira de Assistência

**FUNDESCOLA** – Fundo de Fortalecimento da Escola

**GT** – Grupo de Trabalho

**HU** – Hospital Universitário

**IFES** – Instituto Federal de Ensino Superior

**IPPMG** – Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira

**LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MEC** – Ministério da Educação

**NDI-UFSC** – Núcleo de Desenvolvimento Infantil – Universidade Federal de Santa Catarina

**OMEF** – Organização Mundial de Educação Pré-Escolar

**PDDE** – Programa Dinheiro Direto na Escola

**PNAES** – Plano Nacional de Assistência Estudantil

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PR-4** – Pró-Reitoria de Pessoal

**PROEP** – Programa de Expansão da Educação Profissional

**PROFESSOR EBTT** – Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

**PROFORMAÇÃO** – Programa de Formação de Professores em Exercício

**PROINFANTIL** – Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil

**PROINFO** – Programa Nacional de Informática na Educação

**RG** – Registro Geral

**SAE** – Secretaria de Assuntos Estratégicos

**SCIELO** – Scientific Eletronic Library Online

**SDC** – Subcoordenação de Divulgação e Comunicação

**SDJ** – Subcoordenação de Demandas Judiciais

**SEEDUC** – Secretaria de Estado de Educação

**SEI** – Serviço de Educação Infantil

**SEPRE** – Setor de Educação Pré-Escolar

**SESC** – Serviço Social do Comércio

**SESU** – Secretaria de Educação Superior

**SICEA**– Seminário de Institutos, Escolas e Colégios de Aplicação das Universidades Brasileiras

**SINTUFRJ** – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

**SISU** – Sistema de Seleção Unificado

**TAE** – Técnico em Assuntos Educacional

**UERJ** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**UFF** – Universidade Federal Fluminense

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UFSCAR** –  
Universidade Federal de São Carlos

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**UUFEl's** – Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PRIMEIRAS PALAVRAS</b> .....	12
1.1	Encontrando com minhas memórias .....	12
1.2	O Encontro com meu objeto de Pesquisa .....	15
1.3	Um difícil encontro entre a pesquisa e a metodologia.....	19
1.4	Apresentando as Cenas.....	21
<b>2</b>	<b>I ATO – INICIANDO A CONVERSA</b> .....	26
2.1	Reescrevendo um roteiro .....	36
<b>3</b>	<b>II ATO – UM ENUNCIADO CHAMADO RESOLUÇÃO</b> .....	45
<b>4</b>	<b>III ATO – O PALCO SE REVELA</b> .....	51
<b>5</b>	<b>IV ATO – AS CRIANÇAS E SUAS VOZES</b> .....	61
<b>6</b>	<b>V ATO – OS PAIS E SEUS ENUNCIADOS</b> .....	71
<b>7</b>	<b>VI ATO – A ÚLTIMA CENA: O PRINCÍPIO DO FIM</b> .....	82
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	98
<b>9</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	102
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO</b> .....	110
	<b>APÊNDICE B – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO</b> .....	112
	<b>ANEXO A – PARECER DA RESOLUÇÃO Nº 1</b> .....	113
	<b>ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 1</b> .....	121
	<b>ANEXO C – ENCAMINHAMENTOS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO</b> .....	124
	<b>ANEXO D – PROJETO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO</b> .....	126
	<b>ANEXO E – APROVAÇÃO DO PROJETO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO</b> .....	128
	<b>ANEXO F – ATA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO</b> .....	129
	<b>ANEXO G – REUNIÃO DO CONSELHO DE CENTRO</b> .....	134
	<b>ANEXO H – ABAIXO ASSINADO PARA ACESSO AO CAP</b> .....	136
	<b>ANEXO I – PROCESSO JUDICIAL PARA ACESSO AO CAP</b> .....	137
	<b>ANEXO J – CADASTRO DE RESERVA DE VAGAS CAP/EEI</b> .....	140
	<b>ANEXO K – DIRETRIZES E NORMAS DE FUNCIONAMENTO CAPs</b> .....	141
	<b>ANEXO L – PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE GT PARA INTEGRAÇÃO AO CAP</b> .....	143
	<b>ANEXO M – RESPOSTA DE CONVOCAÇÃO DO GT</b> .....	144

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

### 1.1 Encontrando com minhas memórias

Esta estrada melhora muito de eu ir sozinho nela. Eu ando por aqui desde pequeno. E sinto que ela bota sentido em mim. Eu acho que ela manja que eu fui pra escola e estou voltando agora para revê-la. Ela não tem indiferença pelo meu passado. Eu sinto mesmo que ela me reconhece agora, tantos anos depois... (BARROS, 2003, XII, “Caso de amor”)

“Eu ando por aqui desde pequeno...” Esse trecho da poesia de Manoel de Barros define exatamente a estrada por onde caminhei desde pequena, dando sentido à minha existência, escrevendo minha trajetória e constituindo uma parte da minha experiência de vida, pois, foi caminhando nela que pude olhar para trás e me ver. Foi caminhando nela que meu eu/outro pôde se encontrar com tantos outros.

Sou filha do amor, cresci ao redor dele, carinho e cuidados não faltaram, a principal preocupação dos meus pais sempre foi em relação à educação formal de suas filhas, talvez por não terem tido a mesma oportunidade. Fundamentados em suas experiências e expectativas pessoais em relação a essa estrada, mantiveram a crença de que todo sacrifício é válido para se alcançar uma meta.

Julgavam importante o meio escolar, não por ser obrigatório, pois naquela época ainda nem se sonhava em valorizar a Educação Infantil como etapa da Educação Básica. Em casa, mesmo sem ter o conhecimento sistematizado, nossa convivência permitiu que vivêssemos em meio a muita cultura, oportunizando o contato com diversos gêneros literários e estilos musicais, mas também muitas brincadeiras no quintal da nossa casa.

Certamente, foi uma grande oportunidade poder fazer parte de uma Educação Infantil, naquela época chamada de “Jardim de Infância”. Lembro-me das canções, da forma como organizava meus materiais, das canetinhas coloridas e da importância da primeira professora. Recordo-me do espaço no parquinho, das brincadeiras na terra, de pular amarelinha e corda. Talvez essa experiência tenha me feito acreditar que os espaços adequados estimulam um aprendizado muito mais que significativo, mas indiscutivelmente inesquecíveis em nossa memória.

No Ensino Fundamental tudo era mais sério, no sentido mais sóbrio da seriedade... Continuei a estudar na mesma escola, agora com a professora Elizabeth. Lembro-me do seu

cabelo vermelho e dos óculos que usava, também de seu sorriso e do carinho com o qual tratava as crianças. Naquela sala, muitos cartazes com as famílias silábicas, tudo diferente... Na sequência desta etapa de ensino, pouco me lembro dos professores e muito menos das brincadeiras e dos espaços vivenciados, creio que o motivo para essa ausência de memória deve-se a fato desta vivência não ter sido tão significativa para que eu possa destacá-la. Deste tempo, apenas me lembro das cobranças dos meus pais em estudar para as provas e tirar boas notas. Conclui a 8ª série e o 1º ano do ensino médio na mesma escola, logo depois casei, aos 17 anos, e fui morar em Brasília, onde fiz o magistério e comecei a lecionar.

Memórias e histórias que me parecem tão distantes agora, mas que se configuram em uma alusão amorosa vivida por mim enquanto personagem deste enredo. No desbravamento destas recordações estão as memórias de uma educação formal que, de certo modo, são significativas para mim, pois estavam arquivadas com carinho em um cantinho muito privilegiado da minha memória.

Pergunto-me se tais histórias influenciaram na minha escolha e trajetória acadêmica e profissional pela Educação Infantil. Certamente meus pais, que sempre acreditaram na escolarização desde a Educação Infantil, confiaram que poderiam realizar seus sonhos através da minha formação.

Minha mãe que estudou em uma escola rural, conhecida por ‘Grupo Escolar’, contava que sua educação, ainda que não concluída, fora realizada a partir de muita disciplina e tabuada, por isso sabia que seu conhecimento era sólido. Dizia ela que no seu tempo era assim: “não aprendeu vai pro milho”.

Meu pai completou o 1º grau e um conhecimento adquirido por leituras diversas, incluindo os clássicos da literatura brasileira e acesso direto a diversos meios de informação, facilitado por trabalhar em um grande jornal e posteriormente em uma agência de notícias internacional. Costumava dizer que de nada adiantavam tais conhecimentos sem a escolarização, pois “sem diploma a cultura fica retida somente para mim e os mais próximos. “Estudar é fundamental para a evolução do indivíduo”.

As transformações da vida me levaram a mudar para a cidade de Pirassununga (2000), localizada no interior do Estado de São Paulo, e pouco tempo depois, iniciei meu curso de graduação em Pedagogia. Durante os anos de curso, me encantei com as diferentes

disciplinas, mas acima de tudo me encantei com as experiências, construções e desconstruções advindas deste encontro com o outro.

Quando terminei a graduação, continuei os estudos com a Especialização em Psicopedagogia, no mesmo ano fui diagnosticada com um câncer de mama, não quis interromper meu curso, acreditei que, seguindo com as minhas atividades normais, teria forças para superar a doença, queria continuar meus estudos e mesmo após a cirurgia para retirada do tumor e paralelamente a algumas seções de quimioterapia eu continuei. Essa parte da história, chamada superação, reportada agora de minhas memórias faz um chamamento e age como um fator determinante para que eu perceba que a vida é feita de fragmentos e que cada um desses pedacinhos se tornam fundamentais para que possamos montar esse grande quebra-cabeça que é a vida. Muitas vezes essas memórias libertam alma. Foi uma dessas lembranças que me fez prosseguir. As palavras do meu pai, as últimas ouvidas pessoalmente quando na ocasião da formatura de graduação. Deu-me parabéns e cochichou o último conselho em meu ouvido: “Não pare aqui, vá até o fim, invista no conhecimento”.

Por anos venho persistindo, tentando nunca desanimar e sempre ouvindo aquele conselho. Sempre apaixonada pela Educação Infantil. Logo após o período de formação inicial do magistério, ocorreu o início da efetiva profissionalização da minha carreira no magistério, e a primeira experiência foi em uma Creche que atendia a filhos de militares em Brasília. Após a mudança para Pirassununga, interior de São Paulo, não tardou, e uma nova experiência como professora de uma pequena Escola de Educação Infantil, situada na AFA (Academia da Força Aérea), esse trabalho foi meu suporte durante a graduação e especialização em Psicopedagogia.

Foi de fato gratificante essa experiência, e logo fui aprovada em um concurso público Municipal onde, por quase cinco anos, exerci a função de gestora de uma EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil) paralelamente a uma Creche Municipal. Essa foi uma das melhores experiências da minha trajetória profissional, aprendi que a união da equipe e da comunidade pode, sem dúvida, transformar espaços e pessoas, mas isso é outra história, caminharemos agora para a memória mais recente ou como diria um bom narrador, conforme a concepção de BENJAMIN: “levando em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido na história”. (1985, p.223).

Absolutamente nada, nada mesmo, estava perdido na história, ao menos na minha. Tudo finalmente começava a fazer sentido na trajetória vivida até aqui. Mas, fiquemos presos aos fatos que me levaram a desenvolver esta pesquisa. Ingressei o Serviço Público Federal em 07 de janeiro de 2010.

Fui direcionada para a Creche Universitária. Me surpreendi quando soube que exerceria minha função em sala de aula trabalhando diretamente com crianças em idade escolar de 4 a 5 anos, não por conta delas, mas pelo que implicava esse exercício fora da minha categoria profissional.

Logo que cheguei, lembro que subi a rampa de acesso questionando esse tal exercício profissional, não compreendia de fato o quê o destino estava reservando para essa nova fase, e, apesar de ter estranhado, questionado e até me indignado com o desvio de função (conversaremos sobre esse fato ao longo das próximas páginas), procurei desde então exercer com a amorosidade e assumir por completo essa nova missão.

Aos poucos fui percebendo em que tipo de palco atuaria. Que os próximos acontecimentos definiriam a minha existência e forneceriam motivos para minha libertação, sem alibi e amorosamente, dando sentido àquilo que somente a posição na qual me encontrava poderia me permitir ver. Foi exatamente o que constituiu um dos papéis mais intensos da minha vida. A essa parte chamo de pesquisa.

## **1.2 O Encontro com meu objeto de Pesquisa**

Logo, percebi que a Creche direcionava suas ações no sentido da valorização de um atendimento humanizado e de qualidade, e, ainda que não institucionalizada, zelava por um aprendizado em que a criança pudesse participar integralmente da construção do conhecimento. Naquela época a escola não atendia à comunidade e meu papel como professora era garantir a continuidade desta condição de qualidade para filhos de servidores da UFRJ.

Por um lado, a recente experiência profissional já provocava incômodos oriundos de um primeiro estranhamento tanto em relação às práticas, quanto à funcionalidade da escola que eram completamente adversas a todas as outras experiências que eu já havia tido durante a minha trajetória. Por outro, no entanto, oferecia possibilidades de pesquisa, tanto em

relação à ausência de registros sobre sua história, cotidiano, culturas infantis e políticas públicas relativas à infância. Mas, esses eram apenas pensamentos, nada me tocou tão fundo. Ainda não enxergava nessas questões nenhuma situação de perigo ou problema com o qual desejasse dialogar.

Um evento, porém, mudaria meu pensamento: o anúncio de uma nova e inspiradora legislação, dessas que trazem impactos a toda uma “estrutura” em termos de organização política, pedagógica e circunstancialmente na vida das pessoas. O ano de 2011 trouxe a Resolução do CNE/CEB, sugestivamente com a numeração N° 1. Não é uma ironia a referida numeração, segundo pude apurar, antes dessa, pouco se produziu nessa área relativamente às Creches Universitárias visando organizar as suas normas de funcionamento<sup>1</sup>.

Com tal acontecimento, novos desafios foram impostos para as unidades Universitárias Federais que ofertavam a Educação Infantil em sua estrutura, significando repensar questões polêmicas ainda presentes e incertas, entre elas, a realização de um projeto institucional com definições claras quanto ao seu papel no interior das Instituições Federais. Um pouco mais além desse dilema de polêmicas e de incertezas, estavam questões das transformações relacionadas ao acesso, aos padrões de qualidade e aos profissionais concursados.

Algumas dúvidas pertinentes a historicidade do lugar EEI/UFRJ, aliadas ao ser evento da Resolução me fizeram elaborar algumas questões com as quais espero dialogar a partir do meu encontro com o outro. Tentar compreender, por exemplo, a quem se dirige o direito à Creche (EEI/UFRJ)? Responder se possível a questões relacionadas aos pertencimentos – ou ausência de - daquele espaço. “A quem pertencemos, afinal? Qual o lugar da infância em um espaço universitário? Entre algumas outras questões que sugiram pós Resolução: “Quais as

---

<sup>1</sup>Antes da Resolução N° 1, apenas leis referente às Creches de modo geral se aplicavam também as Creches Universitárias. Como o Decreto Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943 (CLT) – com a exigência de local apropriado onde as empregadas pudessem guardar os filhos sob vigilância e assistência no período de amamentação nos estabelecimentos em que trabalhem pelo menos trinta mulheres; Portaria n° 1, de 15 de janeiro de 1969 e a Portaria n° 1, de 6 de janeiro de 1971, do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT) - não tratam do direito à creche nos locais de trabalho, mas somente do direito da mulher trabalhadora com idade de 16 (dezesseis) a 40 (quarenta) anos de amamentar seu filho durante a jornada de trabalho. Por fim o Decreto n° 93.408, de 10 de outubro de 1986, que dispõe sobre a assistência pré-escolar para os filhos e dependentes de servidores de órgãos da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações sob supervisão ministerial. A partir desse dispositivo legal, o atendimento às crianças poderia ser feito por meio de instalação de creches, maternais ou jardins de infância como unidades integrantes da estrutura organizacional dos órgãos federais.

perspectivas da Escola continuar existindo? Como a criança é afetada após as medidas da Resolução? Como os interlocutores dessa pesquisa foram tensionados a partir da Resolução?

Pronto! O “bichinho” da curiosidade me pegou, precisava acalmar meus incômodos. Não podia simplesmente ignorá-los, precisava pesquisar, mas demandou muito esforço até que eu encontrasse de fato a estrada em que eu pudesse melhorar muito para ir sozinha nela... A EEI guardava poucos documentos oficiais sobre sua história, ao mesmo tempo circulava entre todos seus atores uma história não oficial, pronta para ser contada, narrando caminhos do passado que poderiam elucidar os fatos presentes.

Essa estrada passava por um caminho de terra batida, chão áspero, alguns desvios e apresentava diante de tal legislação que marcou o ano de 2011 para a Escola de Educação Infantil das UFRJ. Junto a ela um conceito geral e muitas dúvidas para as Unidades Federais de Educação Infantil, abrindo o debate sobre o papel que cada Creche ocupava dentro das diferentes Universidades e trazendo sequencialmente novos desafios que ainda persistem na atualidade. Novas e desafiadoras situações ainda estavam por vir em termos de organização da infraestrutura e visibilidade quanto ao seu papel no interior de uma Universidade.

Através de um olhar mais atento para a estrada, podia enxergar muitos buracos a serem preenchidos e de tanto insistir em observá-los, demorei um pouco para realmente encontrar aquele que poderia oferecer mais perigo, talvez porque julgava importante, tentar vê-la como um todo, sem realmente enxergar de fato um dos principais buracos, aquele que daria sentido para continuar que a caminhada continuasse.

O percurso passa pela burocracia, documentações históricas e políticas públicas, e pensar em um processo micro que demandava questões macros não era tão simples. Inicialmente julgava ser a forma mais segura para caminhar, depois segui para a categoria do que achava ser um dos pilares desta estrada, mas era um caminho indicado por um só olhar e, parti da concepção dos profissionais que atuavam naquele espaço a maioria como TAEs/Professores em desvio de função, porém esse caminho não oferecia perigo, era apenas uma questão funcional, como veremos mais adiante. Enfim, precisei de ajuda para encontrar a melhor trajetória. No fim, precisei do *outro* para me orientar, dar sentido e me fazer perceber que era a partir dele e junto dele é que enfrentaria a viagem. Como diz Bakhtin:

Tudo o que dá valor ao dado do mundo, tudo o que atribui um valor autônomo à presença no mundo, está vinculado ao outro: é a respeito do outro que se inventam

histórias, é pelo outro que se derramam lágrimas, é ao outro que se erigem monumentos; apenas os outros povoam os cemitérios; a memória só conhece, só preserva e reconstitui o outro. (1992, p.126)

Finalmente, conseguia pensar em fazer pesquisa. Esse encontro demandou a desconstrução de todas as minhas crenças. O perigo estava ali, bem a minha frente o tempo todo, apenas foi suscitado pela chegada da legislação e eu não enxergava. Nas questões apresentadas diante da realidade dos enunciados, palavras são ditas, gestos interpretados assim como os olhares se revelam. O perigo estava naquilo que não foi dito. Entre as questões apresentadas estava a minha responsabilidade em escrever sobre a escola, pelo chão de onde eu/outro vi essa história passar. Não no aspecto da história oficial, mas naquilo que não foi tensionado, foi dito e não ouvido.

O perigo disso tudo, estava também em não ouvir/não assumir amorosamente esse contexto que nos impulsionava a falar a partir do lugar de pesquisador. Estava no *outro* o sujeito da minha pesquisa, precisava me encontrar com as pessoas para poder de fato contar a história por trás dos bastidores. Esses a quem chamo de outros, são as pessoas que na maioria das vezes presenciaram os fatos, mas nem sempre se assumiam responsivamente diante do ato, quando na verdade em seu interior existia uma polifonia de vozes, prontas para eclodir na primeira provocação.

Pensando nisso, algumas questões foram levantadas a fim de poder contextualizar a uma história que ocorreu nos bastidores e que, por vezes, ficou oculta em segundo plano, especialmente, a questão dos olhares dos profissionais, crianças e famílias que passaram e ainda estão lá. O quê eles pensavam a respeito da EEI/UFRJ? Como eles vêem as modificações trazidas pela Resolução? O que mudou desde então?

Diante do exposto, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender os impactos causados na Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela Resolução N°1. Buscamos ainda compreender sua trajetória histórica, as impressões e as inquietações causadas nos atores que no passado e ainda no presente, estiveram diretamente relacionados ao contexto e que, a partir deste estudo, foram convidados a, dialogicamente participarem da escrita deste roteiro. Apegando-me a esses sentidos, o objetivo específico é revelar os sujeitos que se tornam objetos da nossa pesquisa e afirmam a potência de seu olhar exotópico diante da ‘germinação do novo’, assumindo diante deste cenário uma atitude responsiva.

Somente o ato responsável supera toda a hipótese porque ele é de um jeito inevitável a realização de uma decisão; o ato é o resultado final, uma consumada conclusão definitiva; concentra, correlaciona e resolve em um contexto único e singular e já final o sentido e o fato, o universal e o individual, o real e o ideal, porque tudo entra na composição de sua motivação responsável; o ato constitui o desabrochar da mera possibilidade da escolha uma vez por todas. (BAKHTIN, 2010 p.8-81)

O encontro com a pesquisa é resultado das estradas onde caminhei, das vivências e experiências que me motivaram a continuar nela. Não de verdades teóricas, ou da comprovação universalmente aceita de sua validade. Nada, absolutamente nada, poderia me forçar a assinar uma ação de vida a não ser a determinação que me move, minha vontade pela vida. Teorias são indiferentes à vida de pessoas e são incapazes de aprender o Ser como devir. A compreensão deste objeto estético é a afirmação que me leva ao entendimento deste evento como parte do existir.

### **1.3 Um difícil encontro entre a pesquisa e a metodologia**

Aqui se revela meu temor dos lugares epistemológicos/ontológicos, pela arrogância da verdade e da realidade que sempre os acompanha, justamente o lugar onde, ironicamente, o tema que foi atribuído me colocou. E se eu aceitei foi para simplesmente dizer que nele não armo as minhas tentas. [...] Palavras não são apenas sinais, sons vazios [...] constituintes de uma ciência ou cúmplices de uma ideologia. Palavras são coisas que invadem o mundo, companheiras das árvores, das fontes, das enxadas, das redes, dos horizontes. E sua verdade não se encontra em sua conformidade com as coisas, mas no seu poder para fertilizar e transformar, para libertar e recriar. (ALVES, 1981, p.25-27)

Essa é a parte do caminho em que se revela o meu temor. Primeiro pela questão do método que conduza ciências humanas a partir do outro com a amorosidade necessária para se fazer pesquisa o que não é algo comum dentro da realidade comprobatória no ato de pesquisar. Segundo, pela questão da escrita escolhida para abordar o tema dos impactos causados em uma Unidade de Educação Infantil e a repercussão de uma determinada lei, mas tentando compreender o que ocorreu nos bastidores da Escola de Educação Infantil da UFRJ.

O fato de reunir os sujeitos dessa pesquisa em um grande palco com roteiros distintos, construindo o texto a partir de suas expectativas, se transformou em minha companheira de diálogos, através dos encontros, constituídos como não álibis. Assim o que vemos emergir é a presença de vozes responsáveis e responsivas em um ambiente estético e no acontecimento ético do encontro com os sujeitos.

Estou consciente de que não existe um caminhar em linha reta e que a questão do método científico é repleta de ideias, variações que são lançados como uma brincadeira em que você sabe como começa, mas não como termina. Um caminho que se percorre e não se conhece o destino, ligamos o GPS (*Global Positioning System* – Sistema de navegação por satélite móvel) e lá temos o outro para nos orientar, apontar a direção. Essa atitude, entretanto, não garante o sucesso da empreitada, e, para isso não há alibi: vamos por nossa conta e risco desbravar pequenos percursos deste caminho e quem sabe revelar alguns dos perigos ou das belezas que nele encontramos.

Num paralelo com a arte, recorro ao texto teatral e suas cenas como elemento desta pesquisa. O que nos dará suporte serão os sujeitos, os personagens. Professores, funcionários, famílias, coordenadores e crianças, participam deste texto, como num palco, na tentativa de desvelar a arquitetônica concebida por sua visão. O todo se constrói considerando que cada grupo de personagens, traz uma visão particular da realidade do ato no acontecimento único e singular do existir.

Contar o que acontece nos bastidores deste palco é também contar um pouco da minha história, pois não assisti de camarote os fatos que se sucederam, fui guardando ao longo do tempo muitas dessas falas escutada sem encontros espontâneos, alguns marcados, outros ocasionais, mas todos, de fato, significativos. Assim, conto a respeito dos muitos encontros que tive com as crianças ao longo deste caminho, diálogos enriquecedores, registro de nossa convivência, conversas que ouvi de funcionários ou que tive com os pais, falas registradas de duas desbravadoras de caminhos (Isabela e Iolanda) <sup>2</sup>, as primeiras sobre a Escola de Educação Infantil, pós a Resolução Nº 1. Olhando, transvendo, enviesando, esticando o horizonte, descrevendo as sensações.

Poderia dizer que diante de nós existem dois fatos: os que registrados na legislação, a partir dos documentos históricos e os que são contados a partir dos olhos atentos, do excedente de visão. Participamos destes acontecimentos, ainda que em tempos diferentes, até mesmo pela duração, lugares e situações, mas nunca participamos desses fatos a partir de um lugar vazio.

---

<sup>2</sup>Dissertação: “O acesso às Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UUFEEI’s): a Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ, LOPES, 2014);  
Dissertação: “O Lugar da Educação Infantil na Universidade: Memórias da Gestão da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro” (UFRRJ, ARAUJO, 2015)

Registre-se uma frase que ouvi desde que ingressei na EEI/UFRJ: “Qual é o lugar da Educação Infantil dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?” A princípio, essa era uma questão aparentemente de fácil Resolução, mas, nenhuma resposta nos é dada, a não ser pelo olhar do outro e deste também parte a enunciação.

O enunciado é pleno de totalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e lutas com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizadas de nosso pensamento. (BAKHTIN, 2011, p. 298)

A escolha metodológica então é a do encontro, a transcrição das conversas sob registro escrito. A busca de uma produção estética orientada pelo e para o *outro*. A arte inventada no cotidiano da pesquisa. Uma visada que possibilite um distanciamento de modo a contextualizar a história na perspectiva daqueles que a viveram, inclusive a própria pesquisadora.

Embora produto de uma trilha individual, a narrativa fundamenta-se em diálogos que incluem Bakhtin, na compreensão a linguagem como prática dialógica, Walter Benjamin e seu conceito de memória, Barros, e a arte de oferecer um som a cada palavra, fertilizando-a se escrevendo a linguagem. Ainda, Alves que é capaz de ver o que não existe e ao mesmo tempo experimentar avidamente a sua falta, dando sentido a isso através dos diálogos. E outros que toparam caminhar comigo por essa estrada.

#### 1. 4 Apresentando as Cenas

O mundo inteiro é um palco e todos os homens e mulheres não passam de meros atores. Eles entram e saem de cena e cada um no seu tempo representa diversos papéis.

(William Shakespeare)

Se o mundo inteiro é um palco, como pensava Shakespeare, o campo da nossa pesquisa certamente é um lugar privilegiado para se encontrar com o outro e conhecer como uma escola de Educação Infantil situada dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro

encena seus dramas frente às transformações decorrente das políticas e seus jogos de representações e ritos.

Embora, com papéis diferenciados, todos os sujeitos são atores dessa trama, escrevendo seus próprios roteiros, mas essencialmente assumindo a palavra - minha e as palavras alheias, sem o risco de repetir o pronto e acabado, conduzindo as ações de modo que a palavra sempre se renovará nessa cadeia de enunciados.

A escolha pela divisão deste texto em atos remete à ideia de um palco, justamente por atuarmos com significados produzidos na interação com o outro, buscando nos encontros entre os atores explicação para o enfoque social trazidos pela Resolução. No entanto, ao analisá-la percebemos que o enfoque principal até o momento, voltou-se às questões políticas por ela provocadas, quando, por outro lado existe a interação social dos indivíduos concretos e a produção de significados que dá sentido às suas falas, reavivando o elemento da responsividade como inerente ao ato de existir que buscamos tratar nessa pesquisa, afinal há várias vozes que se farão ouvir e que demandarão respostas do lugar único que cada sujeito ocupa.

No primeiro ato, convidamos os leitores para um “Começo de Conversa”, que contextualiza a história da Escola de Educação Infantil da UFRJ, para situá-los sobre como se constituiu esse alinhavo dos retalhos de cenas que compõem aquilo que narramos aqui.

Devo lembrar ao leitor que ele não encontrará aqui uma leitura rebuscada da história, mas um levantamento dos principais fatos que a marcaram, observando a compreensão destes como eventos e assumindo a palavra como um ato pleno, através de enunciados que constituíram as políticas de formação da creche e que perpassam a atualidade, oferecendo a sua historicidade a oportunidade de vê-la com um olhar exotópico, incluindo a Resolução N° 1.

Assim, iniciamos o nosso percurso por esse caminho, bem ao estilo sugerido por Benjamin, para irmos além da informação em busca da narrativa, apresentada por:

[...] ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir [...] (1997, p.205)

Continuando esse enfoque, articulou-se um 2º ato, chamado: “Reescrevendo um Roteiro”. Neste apresento o lugar do encontro. Articulo as memórias pessoais, o lugar da história dos personagens em busca de desconstrução necessária para se fazer pesquisa. Neste ato, apresento ainda, o posicionamento de alguns atores (funcionários) em relação à história, trazendo para o texto as experiências vividas por esses atores.

Os encontros tornaram possíveis as articulações para a escrita de um 3º ato: “Um enunciado chamado Resolução”. Este foi um escrito a partir da perspectiva revelada pelos olhares do coordenador, gestor e TAEs (professores). A ideia é compreender os fatos, não pelo enfoque documental oficial, mas pelo olhar tencionado de quem viveu essa tensão. Foi possível pensar as cenas num contexto inicial pré e pós-Resolução:

[...] a compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa; toda compreensão é prenhe de respostas e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: [...] o ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso que adota simultaneamente, para com esse discurso, uma atitude responsiva: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente) completa, adapta, apronta-se para executar. (BAKTHIN, 1992, p.290)

O 4º ato revela “O Palco e seus enunciados”, marcando os interesses dos diversos setores da Universidade na manutenção da EEI. Aqui se inicia a temporada de discussões sobre o lugar da Escola de Educação Infantil dentro da Universidade, reunindo temas que envolvem os principais embates apresentados pela Resolução e colocando no círculo de debates as tensões e divergências neste caminho de descobertas que atinge inicialmente os principais interlocutores desta trajetória.

Seguindo o desafio em revelar os roteiros deste palco temos, então, o 5º ato: “As crianças se apresentam”. As cenas que se sucedem evidenciam a questão do acesso, principal impacto da Resolução Nº 1. Neste enfoque pensamos que as crianças precisavam ser ouvidas, pois fundamentalmente participaram de todo esse processo e certamente, em sua polifonia de vozes, se manifestaram em relação aos acontecimentos de um modo particular e único.

Convidamos ao palco as famílias: “Os pais e seus enunciados”. Neste 6º ato apresentamos as famílias que nem sempre se posicionavam em relação à ordem dos acontecimentos organizacionais. Na maioria das vezes, se faziam ouvir em assuntos pedagógicos. Não, não eram alienados, sabiam, percebiam e se informavam, mas pouco se

pronunciavam. Ainda assim, surpreendentemente houve uma réplica do discurso referente à Resolução Nº1.

As famílias que já há algum tempo estavam presentes na escola vivenciaram o novo tempo e responderam a seu modo aos acontecimentos. Inclui-se aqui a questão do direito (a quem cabia?), além de outras questões de interesse como a garantia do acesso ao CAP/UFRJ. No encontro, pude perceber que apresentavam sim uma perspectiva ética e estética das questões aqui tratadas, demonstrando não serem indiferentes ao ato amoroso responsável.

Essa responsabilidade do ato permite levar em consideração todos os fatores: tanto a validade do sentido quanto a execução factual em toda a sua concreta historicidade e individualidade; a responsabilidade do ato conhece um único plano, um único contexto, no qual tal consideração é possível e onde tanto a validade teórica, quanto a factualidade histórica e o tom emotivo-volitivo figuram como momentos de uma única decisão. Além disso, todos esses momentos – que, de algum ponto de vista abstrato, parecem ter um significado diverso – em vez de serem empobrecidos, são admitidos em toda a sua plenitude e verdade; em consequência, a ação tem um único plano e um único princípio que os compreende em sua responsabilidade. (BAKTHIN, 2010, p.80)

No palco, os atores desempenhavam seus roteiros, certamente com uma visão exotópica em relação às questões que se apresentavam, dia após dia, após a implantação da legislação que estamos tratando nesta escrita. O campo repleto de informações silenciadas, agora se revelava como em uma contribuição à ausência de registros históricos pertinentes à escola. Assim, relato a partir de agora uma trajetória, não a partir dos documentos oficiais, mas sob a perspectiva de quem realmente esteve presente no caminho, ainda que de terra batida, um percurso nada fácil, mas suavizado pelos encontros dialógicos que nele se deram.

No último ato, por fim, apresento as considerações finais, analisando, a partir do que foi escutado, como alguns atores perceberam as diferenças ocorridas desde a implantação da Resolução nº 1. O que encontramos: Estagnação? Retrocessos? Evolução? Diferenças?

Buscamos, na pesquisa, as experiências reveladas pelos sujeitos da pesquisa enquanto apreensão e elaboração de fragmentos da realidade vivida, afinal não são os olhos a janela do mundo? Ou nas palavras do poeta CAEIRO - heterônimo de FERNANDO PESSOA:

O meu olhar é nítido como um girassol.  
Tenho o costume de andar pelas estradas  
Olhando para a direita e para a esquerda,  
E de vez em quando olhando para trás...  
E o que vejo a cada momento  
É aquilo que eu nunca tinha visto,

E eu sei dar por isso muito bem...  
Sei ter o pasmo essencial  
Que tem uma criança se, ao nascer,  
Reparasse que nascera deveras...  
Sinto-me nascido a cada momento  
Para eterna novidade do Mundo. (1914, p.3-8)

Esperamos que o leitor possa manter um olhar nítido e não fixo, olhando em todas as direções: à direita e à esquerda; para trás e para frente. Enxergar com um olhar exotópico e curioso, tal qual criança, pronto para eterna novidade que se apresenta o palco.

## 2 I ATO – INICIANDO A CONVERSA

Para compreender a evolução da discussão que pretendo travar aqui é necessário contextualizar um pouco da história do espaço onde ela ocorreu e os principais marcos desta trajetória. Não iremos apresentar um guia articulado das políticas públicas, se bem que por vezes não teremos como escapar delas, mas, apresentar um olhar sobre este enunciado que é composto por memórias representadas através das análises documentais e de algumas pessoas que vivenciaram esses momentos. O intuito aqui é levar o leitor a se transportar para o passado, como se através da leitura conseguisse visualizar as cenas que originaram essa história. Então, para começo de conversa e imbuídos esteticamente de um dialogismo não corrompido, mas enfático em relação à verdade (a qual não temos acesso, mas sabemos que existe), passemos a ouvir essa história, lembrando que:

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos do diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. (BAKHTIN, 2011, p. 410)

E assim voltemos no tempo de uma infância que não era assim tão valorizada, em que quase nenhum direito aos pequenos era tido como prioridade, em que as lutas articuladas para alcançar o direito a um espaço para filhos de pais trabalhadores se davam através de movimentos sociais, que repercutiam em vozes que ecoaram também nas universidades, em particular na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Abrimos a primeira parte deste roteiro no ano de 1981 com a inauguração da Creche Universitária Pintando a Infância. Inauguração marcada pelo mais amplo da implantação das creches brasileiras e na contramão do tripé universitário (ensino-pesquisa - extensão). Embora já se fizesse ouvir uma ideia de criança como detentora de direitos, especialmente o direito à educação, a creche nasceu como um benefício para os servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro que necessitavam de um lugar que pudesse acolher seus dependentes enquanto trabalhavam. Segundo FÁVERO:

A essência da universidade é entendida como uma instituição dedicada a promover o avanço do saber, o espaço da invenção, da descoberta, da elaboração de teorias. Como lugar de pesquisa, de produção de conhecimento, a universidade é, ao mesmo tempo, espaço de socialização do saber, na medida em que divulga e dissemina o saber nela produzido (2000, p.71).

Neste sentido concordo com Fávero, a universidade “promove o avanço do saber, o espaço da invenção, da descoberta, da elaboração de teorias”. A infância é algo que define bem essas palavras, na medida em que possibilita a ampliação do conhecimento, espaço para pesquisa e a descoberta do novo a cada aprendizado. Mas, para que isso fosse realmente produzido era necessária a participação ativa de uma metodologia pedagógica eficaz e um trabalho baseado em responsividade junto às crianças. A Creche Universitária como um direito precisava ganhar visibilidade dentro da universidade e para além de seus muros. Tratava-se de uma longa e inacabada caminhada, que tentarei empreender junto ao leitor através de um olhar amoroso para a sua trajetória histórica dentro da EEI/UFRJ.

Contei que o início de tudo se deu em 1981, contei também que uma coisa é a conquista do direito e outra era o reconhecimento deste espaço como além deste direito, mas para afirmação de sua importância dentro e fora da universidade ainda era preciso um longo caminho. Bem, mas vamos continuar a tentar compreender este processo. Por um momento, peço aos leitores que fechem os olhos e imagine uma escola, tipo aquelas de ‘fundo de quintal’, comuns em algumas cidades, que funciona há 34 anos só que ao invés dos fundos de uma casa, funciona nas instalações de um Hospital Universitário, conhecido como Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira – IPPMG ou popularmente denominado Hospital do Fundão. A EEI ficou como setor deste instituto até 1987 com o objetivo inicial de atender aos filhos de servidores, mas também abrir espaço de estágios e pesquisa para alunos dos cursos do Instituto de Puericultura e Pediatria, ainda sem cunho voltado à Faculdade de Educação. Calma, senhores não é nenhuma abominação, afinal uma ação higienista e assistencial, voltada a manter a saúde e amamentação dos filhos pequenos, além de abrir caminho para pesquisa foi o caminho possível para atender aos estudantes e servidores da Universidade.

Conta uma das primeiras profissionais (que por formação era professora, mas na Universidade exercia função administrativa) convidada pelo Grupo VI ou Cientistas (nome

escolhido pelas crianças do grupo)<sup>3</sup> a ter uma conversa para contar a história da escola naquele tempo durante um projeto institucional chamado transição (2014):

Que tudo funcionava exatamente assim: “assistencial e sem preocupação com o educativo, apesar das aulas serem voltadas para o desenvolvimento psicomotor, através das brincadeiras as crianças estavam ali para serem guardadas, protegidas enquanto os pais trabalhavam ou estudavam. As crianças se apegavam e era mesmo uma relação de amor, tanto que muitos pais queriam nos levar para casa até no final de semana, pois as crianças se apegavam tanto que não queriam ficar longe da gente, nem pra casa! Tinha pais que até nos convidavam para passar o fim de semana ou tirar férias com eles no exterior, claro que não íamos, amávamos as crianças, mas a gente não era uma babá de luxo, apesar de parecer, pois até as crianças eram escolhidas a dedo pra estar aqui. Elas eram filhas de médicos residentes, estudantes ou os chefões das outras unidades.

Alguns pais dividiam a tarefa de cuidados com as crianças, eram mães que não trabalhavam e que estavam disponíveis para ficar na escola. Não havia muitos funcionários, então esses e os demais pais, participavam de tudo, referente à escola: cuidado com as crianças, limpeza do espaço, brincadeiras. Não havia uma preocupação com o contexto pedagógico, havia claro, algumas atividades direcionadas ao aprendizado das funções cognitivas, mas não era nada formal, cada responsável de sala, aplicava o que achava certo para sua turma, mas isso foi bem no início, veja só no que essa escola se transformou! Estou muito surpresa com tudo! A única coisa que não mudou foi o prédio, mas toda a estrutura mudou muito. (Rita de Cássia, Portifólio do Grupo VI, 09/09/2014)

Ao ouvir essas palavras lembrei imediatamente do que diz Bakhtin a respeito da vivência das fronteiras externas do homem, quando diz que:

Toda a experiência por mim assimilada nunca me propiciará a mesma visão da minha própria e completa limitação externa; nem a percepção real nem as representações têm condição de construir tal horizonte em que eu possa entrar sem reservas como inteiramente limitado. “No que se refere à percepção real, isso

---

<sup>3</sup>Desde o ano de 2006 até o ano de 2013 a escola em seu percurso, diante das contribuições pedagógicas do grupo de profissionais, criou nomes para os grupos das crianças de maneira a ampliar as possibilidades de estudo e a exploração do tema referente ao Projeto Institucional intitulado “Solidariedade e Alegria não tem idade”. Assim, os grupos se organizaram da seguinte maneira: (1) **alegria** (de ser e de estar na vida; 4 a 12 meses); (2) reino animal -**macaco** - (exploração do mundo animal, seus problemas atuais, a relação com a natureza e impactos para o homem; 12 a 24 meses); (3) reino vegetal – **árvore** - (exploração da flora, seus problemas atuais, a relação com a natureza e impactos para o homem; 12 a 24 meses); (4) **água** (sua relação com a vida, a importância dela na nossa vida diária; 2 a 3 anos); (5) **diversidade** (as questões da inclusão, descendência, etnias, oportunidades para todos, escolhas individuais; 3 a 4 anos); (6) **esperança** (os valores morais e sociais; o esforço para estar bem no coletivo; a organização para o bem estar da comunidade visando o bem estar de todos; 4 a 5 anos); (7) **doação** (o respeito aos outros e as suas necessidades, compartilhar nossos recursos materiais, pessoais e sentimentais; 5 a 5 anos e 11 meses). Devido às demandas das crianças e às mudanças ocorridas no grupo de profissionais que hoje atua na EEI, foi proposto através do projeto institucional da EEI que, a partir de 2013, as próprias crianças (inicialmente denominados Grupos de I à VI), pudessem eleger o nome de seus grupos, pautados na construção da identidade individual e coletiva. (Fonte Projeto Político Pedagógico EEI/UFRJ – 2012)

dispensa demonstração especial: eu estou na fronteira do horizonte da minha visão; o mundo visível se estende a minha frente minha visão. (2011 p. 34)

Podem abrir seus olhos, precisaremos da sua exotopia para conseguir enxergar esse longo percurso. E como tudo se reestrutura, no ano de 1987 a política funcional cria a Divisão de Assistência Médica do Servidor - DAMS (atual DVST). A Creche deixa de ser só Creche (aliás, o nome pela qual é conhecida até hoje) e passa a ter um nome “Creche Universitária Pintando a Infância”, mas muita coisa continuou a mesma, pois a função principal continuava a ser de cunho assistencialista e o atendimento aos pequenos realizado por profissionais diversos, o que incluía enfermeiras, atendentes e/ou por pessoas interessadas, sem a exigência de formação advindas da Fundação José Bonifácio<sup>4</sup>.

Desde que assumi minhas funções na UFRJ (2010) ouvi algumas histórias contadas pelas funcionárias que atuavam na Creche Pintando a Infância e que acompanharam as transformações dos últimos anos. Essas pessoas que ampliaram seus conhecimentos e se profissionalizaram, graduando-se em pedagogia, foram posteriormente enquadradas como recreacionistas pela universidade e estão até os dias de hoje, atuando na EEI/UFRJ. Entre o que ouvi, segue o seguinte relato:

Entrei aqui inicialmente contratada pela Fundação José Bonifácio, era uma das poucas profissionais que tinha o curso normal e fui trabalhar na sala com as crianças como cuidadora. Vi muita gente boa passar por aqui e também péssimos profissionais, alguns não tinham nem o magistério, mas isso não significava que não sabiam como cuidar das crianças, só não eram especialistas. Era um tempo em que a principal função da escola era dar assistência, criança sempre limpa, alimentada e acarinhada. Muitas coisas mudaram e cada vez mais a Creche se transformava em escola, a preocupação com o pedagógico estava cada vez maior, sei que as coisas eram muito diferentes do que são hoje, algumas para melhor e outras para pior. (Beth, caderno de campo, 29/08/2014)

---

<sup>4</sup>Fundação José Bonifácio nasceu da ideia de destravar os entraves burocráticos que impediam a UFRJ desempenhar plenamente algumas de suas atribuições, sobretudo em relação ao fomento a pesquisas científicas (1970) – que, por meio de seu artigo 123 § 2º, autorizou a universidade “a instituir fundação destinada à exploração econômica dos bens disponíveis do seu patrimônio, a fim de promover e subsidiar, com os rendimentos auferidos, programas de desenvolvimento do ensino e da pesquisa”. Nessa fase, há realizações marcantes, como a notável ampliação da prestação de serviços executada pelas unidades da UFRJ, a administração de projetos e recursos, crescentes ao longo do tempo e de diversas origens: do SUS, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, destinados às unidades hospitalares da universidade, ou provenientes de convênios com agências financiadoras da pesquisa e alocadas em unidades acadêmicas. Fonte: <http://www.fujb.ufrj.br/sobre-a-fujb/historia/> acesso em 06/11/2015.

Continuando a nossa viagem, chegamos ao ano de 1990, em um momento de mais uma reestruturação. A creche passa a fazer parte da Superintendência Geral de Pessoal e Serviços Gerais - PR-4. Apesar das dificuldades enfrentadas, por estarmos sem nenhum vínculo com a faculdade de Educação, esse período foi considerado muito importante, pois a creche saiu do contexto da saúde (caráter predominantemente médico higienista) a que foi inicialmente destinada e passou a ser vista oficialmente e exclusivamente como um direito de acesso ao servidor. Outras conquistas também puderam ser contabilizadas neste período, incluindo as concepções de atendimento, inclusão de profissionais capacitados integrados à equipe de trabalho e com recursos materiais para a elaboração do trabalho pedagógico, além de suporte para a manutenção do espaço físico. Conta uma funcionária que praticamente acompanhou a evolução da Creche desde sua instalação, que foi uma época voltada à organização daquele espaço.

Antes não havia possibilidade de contratação dos profissionais, não eram abertos concursos. Após muitas lutas e depois de passarmos a fazer parte da PR-4, aconteceu uma seleção interna e o enquadramento de muitas de nós que passamos de cuidadoras a recreacionistas. Na parte dos materiais, tínhamos mais acesso, ainda com muita burocracia para chegar os materiais, mas ao menos se um chuveiro estragasse, podíamos contar com a ajuda deles. Na questão do acesso das crianças, ainda não era assim 'democrático', pois essa seleção era feita segundo a classificação da diretora na época. (Rosemary, caderno de campo, 14/11/2015)

E dezesseis anos depois, comemorando seus 25 anos a Creche permanecia como tal, tendo, como principal problema, o quadro de professores justificado pela ausência de um orçamento próprio (uma questão vivenciada ainda hoje) justamente por não ser uma Unidade Acadêmica e sim parte da Divisão de Pessoal da Universidade. Em um vídeo institucional no ano de 2006, a gestora desabafa sobre a escola, parecendo fazer uma previsão sobre o que estaria por vir anos depois com a Resolução N° 1:

[...] ainda estamos lutando pela condição dessa creche continuar sendo mantida pela universidade, mas com caráter agora escolar, caráter de educação, não mais como assistência [...] essa creche tem uma história muito bonita, de carinho e dedicação. [...] Então a responsabilidade, imagino eu, que nós temos, é dar condições para esse espaço se transformar realmente, em um espaço de educação infantil com qualidade, com os três objetivos que a universidade tem – ensino, pesquisa e extensão – e que as crianças sejam oportunizadas condições efetivas de educação. (Vídeo Institucional, EEI/UFRJ, 2006)

Não, não há nesta enunciação viva, qualquer palavra que seja destituída de seu valor apreciativo, a palavra em uso revela, por meio da entonação, o valor em relação ao objeto, o desejo de exotopicamente ver a ação como resposta e, sobretudo a responsividade frente ao sentido moral deste ato. “Assumir responsivamente a Creche”, primeiro como escola de educação infantil, no sentido mais amplo da palavra cuidar/educar, com seus problemas e desafios.

Nesse tempo de comemorações, finalmente após 25 anos a creche passou a ser reconhecida oficialmente como Escola de Educação Infantil (claro que por respeito à (LDBEN 1986, Art. 29 e 30), mas de fato EEI/UFRJ. Não foi apenas no nome que as coisas mudaram. Demorou, mas em um processo lento, deu-se início aos primeiros movimentos em busca de converter a Escola de Educação Infantil em uma unidade definitivamente institucionalizada.

Tal reconhecimento era apenas pró-forma, afinal a instituição EEI estava inserida na UFRJ, ainda que atrelada a outras esferas da Universidade, nunca deixou de ser uma instituição. O caminho viabilizava com vistas ao futuro direcionar as ações, apoiado no contexto histórico produzido durante todos esses anos de modo que considerasse efetivamente a condução para uma institucionalização voltada as práticas e políticas necessárias para que a escola pudesse ser conduzida com a autonomia e não mais subordinada a outras unidades. Porém a condução para que a Institucionalização ocorresse de fato só seria realmente validada com a chegada da Resolução N°1 como veremos mais adiante.

Destaco que, finalmente, ocorreu uma aproximação real da Faculdade de Educação à EEI/UFRJ. Sim, essa era antes uma relação “fria”. Recebíamos estagiários de diferentes cursos, inclusive da Faculdade de Educação, mas não havia intimidade. Essa aproximação mais acolhedora por parte deles refletiu-seno trabalho pedagógica e de formação de professores da escola. Houve inclusive parcerias para a contratação de professores substitutos com habilitação em Educação Infantil, como acontece ainda hoje.

Resumindo: creche, só creche, depois Creche Pintando a Infância e por fim, Escola de Educação Infantil da UFRJ, uma divisão da Superintendência Geral de Pessoal e Serviços Gerais (PR-4) que atende a 100 crianças entre 4 meses e 5 anos e 11 meses filhos de servidores. Atendimento inicialmente prestado por recreacionistas (cargo extinto na UFRJ em

2002) e posteriormente, prestadores de serviços (até 2008) e professoras substitutas (2005-2009).

As próximas cenas ocorrem no ano de 2008, quando houve o primeiro concurso para Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs), Licenciados em Pedagogia e com experiência em Educação Infantil e/ou Supervisão Escolar na tentativa de suprir os impasses no quadro de professores. Como veremos adiante, a estratégia funcionou apenas por um breve período, visto que o “arranjo” para essas contratações frustraria a tentativa de solucionar definitivamente essa questão. A docência na EEI/UFRJ foi assumida pelos TAEs, quando deveria ser assumido por EBTTs (Carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico oferecidas pelo MEC para unidades institucionalizadas) o que ainda não era o nosso caso. Essa seria em um futuro próximo, parte de outras preocupações para os gestores deste lugar.

Como costumo dizer ao final de uma história para as crianças: “E essa história, entrou por uma porta e saiu pela outra. Quem quiser que conte outra.” Neste caso, muitas outras. Claro que não encerramos aqui, preciso contar sobre as próximas cenas que deram origem ao propósito desta dissertação. E eis que surge a Resolução N°1 CNE/CEB de 10 de março de 2011.

Tudo parecia aparentemente tranquilo. Nas salas TAEs/professores (chamaremos assim para facilitar a discriminação do cargo), crianças que tiveram acesso através de edital, qualidade de atendimento se tornando uma busca constante a partir dos padrões determinados pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, aliando-se à constante formação dos profissionais da escola. Se não fosse a insatisfação das pessoas que realizaram o concurso para TAEs e não queriam permanecer na EEI/UFRJ, tudo estaria razoavelmente bem, dentro da sua normalidade.

Enquanto alguns TAEs/professores estavam sendo atendidos e colocados à disposição, outros concursos simplificados (com o suporte da Faculdade de Educação) para professores substitutos eram realizados, com a intenção de suprir as vagas abertas, dando continuidade ao dilema que acompanhava a trajetória dos profissionais daquele lugar. Assim, em meio a mais uma crise, chega ao conhecimento de todos, a publicação da Resolução N°1 CNE/CEB de 10 de março de 2011, trazendo com ela a lembrança de antigos compromissos e, sobretudo um enunciado para a nova consciência no sentido de ser evento ou simplesmente:

A unidade da consciência real, que age de maneira responsável, diz Bakhtin, não deve ser concebida como permanência conteudística de um princípio, do direito, da lei e menos ainda do ser: uma clara tomada de posição contra qualquer forma de absolutização dogmática, aí inclusa ontológica. (BAKHTIN, 2012, p.17)

Neste sentido compreendemos que a dimensão desta legislação ia além do conteúdo de novas regras, ia ao encontro das lutas concretas que nos destinamos a enfrentar enquanto participantes do processo de conquistas de direitos e democratização daquele espaço. Uma realidade concreta se apresentou com a Resolução e agora era o momento de nos colocarmos fora de uma maneira única, transgrediente e singular. Isso significa distanciar-se de qualquer alinhamento para então - sem alibi e sem exceção - agir no sentido de responder responsabilmente sobre os nossos atos diante dos acontecimentos.

Somente para esclarecer o conteúdo deste documento apresentamos abaixo alguns pontos que consideramos de extrema relevância para a nossa apreciação e que nos afetam diretamente:

Art. 1º As unidades de Educação Infantil mantidas e administradas por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela União caracterizam-se, de acordo com o art.16, inciso I, da Lei nº 9.394/96, como instituição pública de ensino mantida pela União, integram o sistema federal de ensino e devem:

I – oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõe a atender;

II – realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobranças de contribuições ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra;

III – atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino;

IV – garantir ingresso dos profissionais de educação, exclusivamente por meio de concurso público de provas e títulos;

V – assegurar planos de carreira e valorização dos profissionais do magistério e dos funcionários da unidade educacional;

VI – garantir o direito à formação profissional continuada;

VII – assegurar piso salarial profissional; e

VIII – assegurar condições adequadas de trabalho;

Art. 8º No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta Resolução, as universidades devem definir a vinculação das unidades de Educação Infantil na sua estrutura administrativa e organizacional e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento. (CNE/CEB, 2011)

Nosso desafio é pensar sobre a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 10 de março 2011 e contextualizar sua implementação na EEI/UFRJ. Mas em que ela afetava diretamente a vida das pessoas? Que mudanças do contexto de influência estavam em jogo ali? Que perigos eram eminentes nesta construção? De quem é a creche dentro de uma universidade? “As unidades

de Educação Infantil ligadas aos órgãos da Administração Pública Federal encontram-se em situação, por vezes, indefinida e, em geral, carecem de melhores condições institucionais de funcionamento.” Mas quais são essas condições? (MEC/CEB/ANNUFEI-PARECER HOMOLOGADO Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 28/2/2011, Seção 1, Pág. 25).

Por hora, posso dizer apenas que essas questões só podem ser respondidas através do encontro dialógico com o *outro*, preciso dele para contar as tensões oficiais e não oficiais. Por um lado, de acordo com a Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil<sup>5</sup> existe uma grande diversidade dos modos de vinculação administrativa das Unidades Federais de Educação Infantil na estrutura das instituições, além de diferentes formas de manutenção, financiamento, composição e formação de quadros de pessoal. Com isto, constata-se uma diversidade de situações: variedade de instituições vinculadoras (Centros, Pró-Reitorias, Colégio Universitários, Coordenadorias, Departamentos, entre outras); carreira docente (ausência de quadro para carreira docente, quadros com professores efetivos, quadros com professores de Educação Básica); diversidade nas fontes de manutenção das unidades (recursos humanos vinculados e mantidos integralmente pelas IFES (Institutos Federais de Ensino Superior), por convênios, por contratos com empresas terceirizadas e até pela iniciativa privada como: associações de pais, servidores, cooperativas, sindicatos e contribuições dos pais, e outros mantidos por fundações universitárias); equipes profissionais com formações distintas (professores com nível superior, graduados em Pedagogia, Geografia, História, Educação Física, habilitados em Pedagogia e Educação Especial, especialização, mestrado e doutorado); equipes de trabalho com composição diversificada (recreacionistas, enfermeiro, técnico em enfermagem, nutricionista, auxiliar de nutrição, fonoaudiólogo, psicólogo, mestre de edificações e infraestrutura, auxiliar de creche, técnico em assuntos educacionais, copeiros, porteiros, cozinheira, agentes administrativos, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, estudantes e bolsistas de graduação dos diferentes cursos). Por outro e não menos importante estão as crianças e o comprometimento de sua infância, pais, professores, funcionários e gestão e claro o eu - outro presente integralmente entre as partes para que eu possa ver aquele lugar.

---

<sup>5</sup>ANUFEI, formada em meados da década de 1980 como “espaço de discussão e troca de informações entre as unidades de Educação Infantil das universidades federais, visando o fortalecimento da sua identidade acadêmica” (RAUPP, 2003, p. 24).

Em uma visão completamente exotópica, por instrumento de uma entrevista, Rita Coelho, Coordenadora Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação, abordou a Resolução reafirmando que esta não tinha o intuito de uniformizar todas as Creches Universitárias, desconsiderando suas histórias e suas particularidades, bem como as conquistas dos servidores, mas trazia para dentro de cada Universidade a responsabilidade de repensar estes espaços federais, que em todo Brasil atendem atualmente um número superior a 3.000 crianças.

Essa Resolução vai exatamente esclarecer quais são as Creches que se caracterizam como Federais vinculadas ao Sistema Federal e quais são as Creches e Pré-escolas que mesmo funcionando num espaço de Órgão Público Federal são caracterizadas como privadas. [...] As Creches que funcionam nas Universidades são Públicas se são Gratuitas, se tem Concurso Público, se tem Proposta Pedagógica, se tem carreira. Agora se elas funcionam dentro de um espaço de Universidade, ou Ministério, ou Imprensa, uma Autarquia, mas elas são mantidas por uma Associação de Pais, uma Cooperativa, por um Sindicato ou por uma soma de esforços a Universidade cede espaço, o Município cede o professor, os pais pagam uma mensalidade para pagar o funcionário, elas se caracterizam como privadas. Então se elas são privadas elas não estão vinculadas ao Sistema Federal. [...] Outro ponto que eu queria destacar na Resolução. A Resolução vai dizer que, no âmbito da autonomia, a Universidade tem que tomar para si essa questão das Creches que estão funcionando ligadas às Universidades e decidir se elas são efetivamente mantidas pela Universidade, atendem aos critérios da Rede Pública ou se a Universidade toma outra decisão, como outras Universidades já tomaram. [...] A Resolução não é sinônimo de solução, o que ela faz muito claramente é pautar a questão dentro da Universidade, então ela é um instrumento, para que a Universidade tome uma decisão sobre essas Creches. ([www.youtube.com/watch?v=nXjRTBpImf4](http://www.youtube.com/watch?v=nXjRTBpImf4), 18/05/2015)

A Resolução configurou um enfrentamento para Unidades de Educação Infantil ligadas às Universidades Federais. Os atores envolvidos têm a responsabilidade de interpretar e reinterpretar essas políticas educacionais, mas também de demonstrarem sua responsividade neste processo que envolve suas histórias, experiências, valores e propósitos e, sem dúvida, antigas discussões e novos desafios estão postos e, mais uma vez, além das questões estruturais, pedagógicas e políticas, a formação continuada e vagas para concurso ainda são importantes questões a serem tratadas. Assumem, portanto um papel ativo neste processo de validação desta proposta e na reescrita do roteiro sobre a história deste lugar.

A visibilidade ocorre, a partir dos fatos que constituíram os cacos desta história que na trajetória de lutas e transformações políticas e sociais foram vivenciadas no campo da infância. Percebemos que a criação das creches no contexto da Universidade, ocorreu devido

a uma motivação externa e da necessidade de valorização da criança enquanto sujeito de direito, assim como a própria origem da creche no Brasil, e demais formas de atendimento à mulher e à infância. Mas alguém parou para ouvir os principais interessados nestas mudanças? Quais são as imagens construídas nesse percurso? Que fragmentos são apresentados a partir deste olhar? Que tipos de enfrentamentos foram vivenciados?

A pesquisa sobre as creches universitárias nos traz a sensação de que há muito a se construir a partir das inúmeras mudanças que vêm surgindo no decorrer desta história. Mas ao fim de todos os argumentos é notório o papel singular que as transformações representam, tanto no contexto nacional, como para a visibilidade destes espaços dentro das universidades, em particular a Escola de Educação Infantil da UFRJ. Se esse papel já era importante, as perspectivas para o futuro são promissoras, mas não irão isentar esses espaços de permanecer na luta por uma Educação Infantil pública de qualidade e autônoma.

A institucionalização, democratização e a valorização do humano presente nessas instituições farão parte deste foco através do eu ativo e participativo, utilizada através de uma postura responsável e amorosa com uma dimensão do humano, das relações sociais e da própria vida. Não pretendi, nesta conversa, descrever cada passo histórico, mas apropriar-me dos perigos por detrás de cada cena, através deste início de conversa ou como diz BENJAMIN:

Articular historicamente o passado, não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo [...]. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (1984, p. 224)

Quanto ao inimigo, bem essa é outra história, uma que podemos continuar nas transcrições dos próximos atos a serem escritos nas próximas cenas.

## **2.1 - REESCREVENDO UM ROTEIRO**

Um encontro. Foi preciso apenas um encontro para voltar a me enxergar. Surpreendente como um olhar exotópico nos envolve e nos mostra aquilo que nos recusamos a admitir. A palavra da banca que marcou a minha qualificação foi: ressentimento. Primeiro, pensei: creio que essas pessoas queridas e amorosas estão exagerando, nenhum motivo para

haver ressentimentos... Que engano o meu. Sim, havia muitos motivos que guardei quietinha por um longo tempo, mas como não há álibi que me impeça de registrar essa história que também é minha, vamos dialogar com os outros na intenção de olhar também para mim e assim me enxergar dentro do meu texto, relatando uma história e me colocando dentro desta pesquisa, me afastando no espaço para que possa vê-lo.

Voltamos ao sentimento, ou melhor, ressentimento e o fato de que quanto mais eu ouvia, mais me incomodava, pois "... A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial." (BAKHTIN, 2010 p.99). A banca enxergou a verdade que ainda não estava revelada para mim enquanto pesquisadora. Neste caso, o sentido da pesquisa surgiu de um produto ideológico, partindo de uma realidade que me moveu desde o primeiro momento a essa pesquisa. Quando designada para exercer a minha função de Técnico em Assuntos Educacionais, fui surpreendida com a tarefa de assumir uma sala de aula. E, se antes eu me perguntava: "Sou professora ou técnica em assuntos educacionais?" Agora me questiono: "Porque esse lugar me incomodou tanto?"

Ao retomar o meu lugar de pesquisadora, a essa altura dos acontecimentos sem resistir às dúvidas que me fizeram interpretar com o estranhamento necessário uma compreensão ativa do que me mobilizava, passei a realizar uma reflexão responsiva e recuperar uma resposta preta de responsabilidade, implicada com o outro, que vai ao encontro daquilo que afirma Freitas (2005):

[...] da descrição e compreensão do que o outro apresenta, para um encontro maior que vai além. O pesquisador é aquele que vai ao encontro do outro, coloca-se em seu lugar, para perceber o que ele percebe, mas retorna ao seu lugar. Esse retorno, essa posição exotópica, é que lhe permite ter realmente uma compreensão ativa do outro, gerando uma resposta ao visto, ao dito e não dito. E essa resposta implica em ajudar o outro a avançar, a caminhar, a sair do lugar. (p. 8)

Para "sair do lugar" Apresento um roteiro repleto de cenas incontestáveis de luta com atos dignos de abordagem de vários militantes em prol do reconhecimento de sua importância dentro daquele lugar. Protagonistas: as crianças e, no papel de coadjuvantes, professores, coordenadores e funcionários da escola, participações especiais dos responsáveis, mas e a plateia? Essa também faz parte do ser evento, produz enunciado tanto quanto os outros integrantes deste cenário. Nela existe silêncio, mas também vozes. Porém, a plateia não pode contar essa história sozinha, pois não saberia as respostas dos personagens frente às

particularidades, as manifestações que ocorreram diante da chegada da nova cena e no que, de fato, essa implicou no enredo dessa história. O papel desse encontro, das visões e revelações dos atores é inefável e esse limiar da consciência, da memória, fundamental para esclarecer as cenas que se sucedem.

A abordagem aqui passa pelo reconhecimento das influências históricas, plasmadas nas palavras e nos signos, palavras alheias que, reelaborando dialogicamente, transformo em minhas, nesta etapa do roteiro, rememorando fatos que ocorreram antes da chegada do ser evento, utilizando a memória como interlocução entre autor e personagem, mas também como transfiguração do passado na busca pela compreensão dos fatos apresentados através do contexto que nos trouxe um novo elemento de temor e intimidação como foi a chegada da Resolução Nº1 CEB/CNE 2011. Assim como Bakhtin, percebo: “O problema da compreensão. A compreensão como visão do sentido, não uma visão fenomênica e sim uma visão de sentido vivo da vivência da expressão, uma visão do fenômeno internamente compreendido, por assim dizer, autocompreendido.” (2011, p. 396)

Agora não me cabe olhar apenas para mim, autora e pesquisadora, preciso me imbuir dos fatos, das cenas deste roteiro e ouvir as vozes dos sujeitos que anunciam essa história. Se, antes tínhamos a questão da invisibilidade da Educação Infantil numa Unidade Federal, agora começo a compreender o seu sentido de ser. Então, por esse caminho faço uma alusão à canção de Gil em sua música Palco: Subir neste palco com a alma cheirando a talco e trazer minha banda esperando que a clarividência possa ajudar a ver e afugentar o inferno pra outro lugar... Neste caso contando com a participação de todos os interlocutores que nos auxiliem, compreendendo de alma limpa e sem ressentimentos o ‘inferno’ deste lugar.

Assim a compreensão passa também pela memória e daí, lembrei um fato aparentemente engraçado, mas que, avaliando nos dias de hoje, me parece relevante. Certa TAE/professora, quando na ocasião de sua posse, vestiu um *tailleur* e um salto alto, pensando que esse seria seu novo estilo de roupa para o trabalho. Bem arrumada e pronta para exercer seu novo cargo, descobriu que, a partir daquele instante, iria trabalhar diretamente com crianças na escola de Educação Infantil. Sentiu-se desolada, pois a intenção ao fazer aquele

concurso de 2008<sup>6</sup> não era exatamente assumir uma sala de aula para usar rasteirinhas e roupas leves.

Na época me pareceu realmente uma grande bobagem, mas aos poucos tudo foi se encaixando, juntando-se ao fato de que na minha chegada neste espaço, eu, Flávia, professora e também Técnica de Assuntos Educacionais, assumia o meu “não lugar” pela primeira vez na escola de Educação Infantil e pensava: porque os outros TAEs esperavam tão ansiosos, nas portas de suas salas a chegada dos profissionais que os substituiriam em suas funções pedagógicas? Por que tanta alegria com a nossa chegada? Por que aquele burburinho em um corredor que sempre acolhia conversas, mas quase sempre bem baixinhas para que nem todos pudessem ouvir? Precisava compreender, até porque, partindo desta compreensão estaria dando o primeiro passo para outras histórias das quais ainda não sabemos.

A primeira constatação foi que essas pessoas se basearam no edital do concurso que claramente dizia que seríamos alocados na escola de Educação Infantil, mas não dizia que seríamos professores. Assim, muitos concursados não tal função por diferentes razões, mas, certamente uma, era o fato de assumir uma função diferente daquela pretendida ao realizar o concurso. Penso que aquelas pessoas que aguardavam tão ansiosamente na porta das salas a nossa chegada e que perguntavam se éramos nós que os substituiriam onde um modo tão eloquente, estavam apenas expressando suas angústias, tanto por razões pessoais, como pela conjuntura da escola. Escola, aliás, que não fora nos apresentada formalmente, já que, logo ao chegar, éramos direcionados à turma que iríamos assumir e informados sobre o horário que deveríamos cumprir. As demais informações, inclusive as pedagógicas, aprendiam-se ao longo dos nossos dias de trabalho.

Assim, logo na minha chegada, percebi que alguns colegas de profissão foram de fato para outras unidades. Outros TAEs permaneceram aguardando a oportunidade de se retirarem da sala obedecendo a uma listagem interna de acordo com a ordem de classificação do concurso. Aquelas vozes todas, fazendo conchavos, reclamando com seus pares sobre a escola e a forma de condução de suas políticas, foi à pior impressão que eu poderia ter na chegada. E

---

<sup>6</sup>Edital N° 28, de 23 de abril de 2008 publicado pela UFRJ exigia para atuar no cargo de TAE: Graduação concluída e Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil. Quanto às atribuições: Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino e aprendizagem traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento dos mesmos e criando ou modificando processos educativos de estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional para proporcionar educação integral dos alunos; Elaborar apostilas; Orientar pesquisas acadêmicas; Orientar outras atividades de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade.

eu apenas observava. Neste tempo eu não havia conhecido Bakhtin, mas, ainda que na minha ignorância, aquilo me incomodava. Precisava saber por que aquele corredor acolhia tais falas que, vez ou outra, entravam pelas salas para tentando abafar as vozes que teimavam a voltar ao corredor.

Ao conhecer Bakhtin fui convocada a pensar em dar vida a esses incômodos, a produzir pesquisa, ainda que inicialmente de um modo convencional em um formato que nada tem a ver com o sentir de fato a alteridade e a exotopia presente naquilo que o outro traz. Ao perceber os burburinhos no corredor, começou a eclodir dentro de mim aquela necessidade. Precisava ouvir aquelas pessoas, entender aquele momento. Sim, aquele momento justifica a atual estrutura que temos hoje. Bastou uma conversa com algumas pessoas que vivenciaram de fato aquele contexto para que pudéssemos rememorar o que se dizia nos corredores, sim, pois às vezes ou se sussurrava ou o silêncio imperava, mas sempre havia algo sendo dito.

O enunciado era de desespero e insatisfação desde a gestão anterior, tida como arrogante e despretensiosa em relação aos funcionários, mas os pequenos eram sim, valorizados em todos os sentidos, tanto pedagógicos, quanto assistenciais. As vozes soavam e repercutiam as seguintes falas, segundo os encontros que tivemos:

Para as crianças tudo do bom e do melhor! Já para os profissionais foi um tempo em que a carga horária excedia ao período máximo que um professor deveria ficar em sala de aula e por essa razão se sentiam cansados e desestimulados a prosseguir uma vez que em outras unidades da universidade ofereciam horários flexíveis, possibilitado inclusive a prosseguir nos estudos. (Michele, caderno de campo, 01/10/2015)

Quando passei para esse concurso não podia imaginar que estaria em sala com crianças, acreditei que faria projetos ou seria designada para qualquer função pedagógica dentro da universidade. Nem sabia que na UFRJ tinha uma creche. Sou professora sim, mas não tenho lá a valorização de uma carreira de magistério, apesar de ser professora. Esse lugar vive, respira e luta em meio a conflitos e eu não estou preparada para viver esses momentos. (Débora, caderno de campo, 10/09/2015)

Então, não entrei aqui não sabendo que ia trabalhar na função de professora, mas isso não quer dizer que isso era o certo. Não basta ter a formação, pois isso não garante um bom trabalho com as crianças. Então, quando alguns quiseram sair, achei muito justo, até com as crianças que não merecem que ninguém fique com elas por obrigação ou por um salário no final do mês. (Márcia, caderno de campo, 10/09/2015)

Quando eu fiquei sabendo que iria ser professora na EEI/UFRJ, um dia que eu estive lá na escola (...) tinham duas secretárias trabalhando lá (...) e disseram pra mim que eu ia ficar lá. Que eu ia 'pegar' um grupo, mas disse não saber qual seria (...)

- Como, assim? Eu vou trabalhar com crianças?

- Aqui os técnicos trabalham com crianças!

- Mas como elaboram um concurso público para TAE e colocam em sala de aula?  
- Aí elas não souberam responder, mas eu busquei saber: na universidade docente é só professor universitário e (...) a educação básica não funciona dentro de uma Universidade. (LOPES, Trecho de Dissertação, Entrevista com os profissionais, 214, p. 135)

Novas possibilidades surgiram com a saída de Eliane Bhering (gestora) e a chegada de uma nova gestão: Afinal, uma TAE assim como nós assumiria o cargo. Embora soubéssemos que não seria exatamente a “salvação de todos os problemas”, era uma esperança. Aline Silveira chegou quando tudo era para estar bastante tranquilo, todas as crianças com seus respectivos professores, ainda que TAEs, nada mais de substitutos.

Considerando que a razão de ser da escola são as crianças, penso se, de fato com tantas mudanças e acontecimentos no mundo dos adultos, alguém conseguiu parar para ouvir suas vozes. O que diziam, vendo as pessoas indo e vindo com tanta facilidade? Aquele era um momento de um emaranhado de decisões práticas em termos de políticas internas referentes aos profissionais e reformulação do Projeto Político Pedagógico, decisões que iriam possibilitar mudanças nas práticas educativas.

Eu estava lá! O que percebi? O que ouvi? Vou contar um pouquinho, afinal foram experiências memoráveis. A primeira pergunta de uma das crianças foi enfática: Você vai ficar com a gente? Naquele momento achei que era apenas a curiosidade pela minha chegada, mas aos poucos percebi que queriam apenas ser acalentados. Encontrei um grupo ávido por uma referência. Todos os dias, as crianças me esperavam chegar para saber o que juntos faríamos. Percebi que por estarem vivendo várias mudanças de professores tinham dificuldades de entrarem na rotina, do mesmo modo que eu também tinha que me adaptar a uma realidade tão diferente das anteriores. Com a consolidação dos vínculos, aos poucos foram expressando suas opiniões, questionando o que não conseguiam compreender.

Retomando a gestão de Aline Silveira e seu posicionamento quanto a essas questões, percebe-se a sua preocupação como bem-estar daquelas crianças, fato que dependia de uma equipe de profissionais que pudessem ter como referência, ao mesmo tempo em que dependia de que desejassem estar naquele lugar para que realmente constituírem-se nessa referência.

Logo na minha chegada, encontrei uma lista de espera para quem tinha o desejo de sair da escola. Profissionais se articulavam no corredor sobre possibilidades de troca com outros setores da universidade. Uma das regras era: só saia da escola quem conseguisse permuta e

com a condição de que o (a) substituto (a) tivesse formação em pedagogia. Sentia-se um clima tencionado entre os profissionais e a gestão. Em alguns momentos parecia haver um peso, como se o fato de estar com as crianças fosse um castigo. Será que era? Pois deste lugar em nenhum momento eu enxerguei por parte das pessoas a preocupação em estarem com os pequenos. Por que será que as palavras ouvidas até aquele momento não tinham a voz das crianças? Observando meus registros de aula (fevereiro/2010), conto sobre aquela primeira semana e penso com Bakhtin que a partir da:

Peculiaridade do vivenciamento do outro por mim levanta a questão agudamente estética de justificar, por via meramente intensiva, uma dada finitude restrita sem ir além do limites do mundo espaço-sensorial exterior igualmente dado; não apenas para mim, mas para as crianças também. (2011, p.38).

A seguir um recorte deste registro:

“Primeira semana: comecei com medo, medo do novo. Sou resistente a mudanças. Não os conheço e nem eles a mim, vou enfrentar, e ver no que vai dar essa nova aventura. O primeiro dia, difícil decorar o nome dessas quase 18 crianças, sim hoje 3 faltaram, de fato são bem agitadas, não param um só momento, já neste primeiro momento a pergunta:

-Você vai ficar aqui? (Julia)

- Respondo que sim. Que agora teríamos muitos dias juntos.

Manu retruca e diz, ninguém fica aqui na sala do esperança<sup>7</sup>.

- Como assim Manu?

- Todo mundo vai embora. Fica um pouquinho e vai embora.

- Júlia, se antecipa e diz: “A gente dá muito trabalho acho que é por isso”

Felipe chega para participar da conversa: não é isso não, nós sabemos muita coisa e não precisamos de professor. Eles descobrem isso e vão embora.

Respondo: Mas, vou ficar aqui com vocês, menos sábado, domingo ou quando tiver feriado, achei vocês muito legais!

Verônica retruca: até quando a gente mudar de sala? Depois daqui aquela sala laranja dos grandes é o grupo doação e nós vamos pra lá.

Durante toda semana os registros foram de variadas conversas e atividades, percebo que ao final da semana, quando comento que íamos ficar muitos dias em casa por causa o carnaval e conto com eles quantos dias usando palitos de sorvete eles dizem: Tem muito palito! Depois você vai voltar? Fico feliz com a pergunta, penso: acho que gostaram de mim e eu sinto que vou ter muito trabalho pela frente.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Grupo Esperança (crianças de 4 à 5 anos): até o ano de 2012 os grupos eram designados por nomes de acordo com a faixa etária de acordo com o PPP de 2007

<sup>8</sup> Os eventos destacados nesse formato remetem-se aos registros pessoais da pesquisadora.

Estas vozes, pouco ouvidas, de crianças que estavam na escola desde bebês (4 meses), demonstraram, em seus enunciados, sua insegurança em relação à referência das crianças ao momento vivido pela escola. Até aqui sabemos que existia uma transição dos TAEs/professores e até de alguns substitutos remanescentes. Esses registros não são para mim um produto final ou um simples resultado e sim um lugar de pensamento, um campo repleto de alteridade, um exercício de exotopia ocorrido naturalmente e que colocou neste palco também o meu pensamento, aliado ao estranhamento e à descoberta.

Enquanto isso, ainda no corredor, ouvia-se reclamações quanto ao cansaço, horários e turnos de trabalho, trocas entre professores. Para os adultos era como se aquele lugar fosse uma breve passagem por suas vidas, como se estar ou não ali não fosse fazer a diferença em suas vidas. As crianças? Bem essas não estavam em nenhum diálogo informal, apenas nos momentos em que se fazia o planejamento dos grupos. Aí se parava para analisar o trabalho, mas não o que as crianças pensavam sobre todas as coisas que aconteciam ao seu redor, parecia que eles não percebiam aquela movimentação dos adultos, repito parecia, pois na verdade eles manifestaram seus sentimentos de diferentes modos.

Compreendi, neste momento, o motivo para tantos cochichos no corredor, tanta aclamação pela nossa chegada, tanta reclamação por parte daquelas pessoas: “A gente não ganha pra isso!” “Por trabalharmos em sala o horário deveria também ser diferenciado assim como é no município de onde eu vim...” As pessoas se sentiam cansadas. Esse cansaço manifestado pelos funcionários advindos de uma política externados “jeitinho” interferia, não apenas na sua prática em sala de aula, mas também em suas vidas pessoais em seus sonhos e planos. Enquanto os ânimos se exaltavam dentro da escola com a insatisfação da maior parte dos TAEs que assumiam a sala de aula, a Universidade se justificava quanto à forma da contratação, dizendo que aquela era a única estratégia possível para garantir profissionais de educação básica para a escola de Educação Infantil em um espaço de nível superior. À parte essa justificativa, que não cabe julgamento nesta pesquisa, ficou para essa alternativa, o ranço das insatisfações para se resolverem um conflito que até hoje persegue a escola que funciona com a precariedade de docentes em um estado de tentativas remotas de soluções que até hoje esbarram na burocracia.

Ao contemplar as relações situadas fora e diante de mim, percebi concretamente e efetivamente a relação condicionada à singularidade e insubstituíbilidade deste meu lugar,

pois me encontrava exatamente nesse momento e nesse lugar, diante das circunstâncias e na distância concreta não apenas de mim, mas dos outros, ouvindo as vozes e percebendo esteticamente os enunciados relatados, na vida, pelos meus interlocutores, percebendo como o homem é transformado em objeto e as histórias das pessoas são esquecidas, lembradas apenas quando algo novo acontece e buscamos justificativas para compreender o processo atual.

Até então, não havia percebido o que não pode ser expresso ou que tinha sido deixado de fora durante todos esses anos de existência na EEI/UFRJ. Sempre como um problema, mas nunca com uma solução definitiva. Como pode uma escola existir sem sua chave precursora? Bem, a ausência de professores em uma escola é realmente um agravante para continuação de um trabalho pedagógico de qualidade, porém o não existir dentro de um espaço acadêmico também é. Enfim, essa é outra história, aquela do ressentimento, aquela que eu julguei por bem contar, mas que na verdade essa contação toda só faz sentido para explicar o que ocorria nos bastidores um pouco antes da chegada da Resolução Nº 1.

### **3 II ATO – UM ENUNCIADO CHAMADO RESOLUÇÃO**

Justificadas pelas histórias de vida que são consideradas memórias coletivas do passado, consciência crítica do presente e premissa operativa do futuro, assumimos que a experiência deve ser comunicável de modo que possamos compreender o arcabouço que gerou os impactos decorrentes de uma simples, mas contundente legislação. Lembra-se do sentido de existir de uma escola tratada mais acima? Ele começa a ser desvendado através destas histórias, quando reconhecemos a precariedade do espaço e das políticas que circulam internamente e causam transformações em sua estrutura, quando o palco se revela detentor de várias cenas, produzidas pelos roteiristas, mas arquivada em um canto qualquer da memória.

Por falar em memória, voltemos ao ano de 2010 e a chegada da Resolução Nº 1 (CNE/CEB 10 de março de 2011)<sup>9</sup>. Esse foi um ano repleto de impasses, lista de espera das pessoas para que assumíssemos seus lugares; uma ansiedade por parte dos pais para que os novos professores chegassem para estabilizar o “entra e sai” de professores que cuidavam e educavam seus filhos. Para coordenação pedagógica a expectativa de que finalmente as pessoas que chegassem pudessem acabar com as dificuldades em relação à sequência pedagógica e a instabilidade de profissionais em sala. Enquanto as crianças também poderiam enfim sentir-se amparadas, cuidadas por um professor que fosse sua referência durante todo o ano letivo e criar vínculos afetivos. Enfim, vários enunciados, na busca de um só objetivo, baseado tão somente no outro. Segundo uma das coordenadoras pedagógicas daquela época (2010):

Muitos TAEs/Professores acreditavam que suas funções na EEI/UFRJ, seriam com os cargos de coordenadores pedagógicos, extensão ou de pesquisa, menos como professores de Educação Infantil. Foi um período difícil, as pessoas tiveram que assumir uma função a qual elas não queriam e mais uma vez as crianças ficando em segundo plano e o trabalho pedagógico sendo enfraquecido. Sua percepção era de que aquelas pessoas que tinham um pouco mais de compromisso tentavam realizar um bom trabalho com as crianças, até porque eles eram professores por formação, mas a grande maioria como não queria estar ali não se preocupava. Enquanto coordenação era muito difícil, pois ao mesmo tempo em que tinham que tentar explicar às

---

<sup>9</sup>Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 17/2010. \_\_\_\_\_. Resolução nº 1, de 10 de março de 2011. Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 11 mar. 2011.

crianças o porquê de tantas pessoas novas estarem chegando e outras estarem saindo (apesar de saber que as crianças aceitam o novo com uma maior facilidade, uma mudança sempre causa instabilidade, pois trazem danos a rotina, causando agitação, questionamentos até por conta das crianças perguntarem se aquele professor que saiu não ia voltar mais). Os professores que estavam chegando, precisavam ser envolvidos com o trabalho, compromisso e a proposta da escola. Um agravante era fazê-los aceitar o cuidar e educar como indissociáveis, pois muitos não concordavam logo no primeiro contato diziam: “Eu não estou aqui para limpar bumbum de criança, não estudei pra isso, não passei no concurso pra isso.”

Quanto aos pais, eles questionavam algumas práticas, como por exemplo, as formas de atuação de algumas TAEs/professoras ao deixar e pegar seus filhos. Notavam-nas insatisfeitas, pareciam não saber ou não querer aceitar ou acolher as crianças e muitas vezes o faziam de forma automática, por obrigação do tipo “Eu estou aqui, então tenho que fazer. Quanto à coordenação, foram feitas muitas reuniões, vários trabalhos voltados à conscientização e formação. Abordava-se o tipo de trabalho que a escola realizava o tipo de crianças que freqüentavam a escola: ativas, envolvidas, participativas, tentando trazer ao máximo a família a participar e se envolver com o trabalho, também um ponto da proposta da escola. Isso foi conversado e explicado todo tempo para as pessoas que estavam lá, ainda que tivessem que ser substituídas e, apesar da insatisfação. Teriam que ser profissionais. Esse era um dos desafios, trabalhar com as insatisfações e tentar acolher e trazer esse profissional para a proposta da escola, enquanto não se atendia a demanda deles que era sair, ao menos pudessem fazer um bom trabalho e pensar também no coletivo. (Monique, Caderno de Campo, 17/10/2015)

Este foi o roteiro escrito até aquele momento, determinante para que possamos ter uma visão de alguns fatos que permearam construíram essa história: o contexto pré e pós-Resolução, ambos, mundos que se interpenetram inevitavelmente. Através deles podemos exercitar exotopia, deslocando-nos cronotopicamente e nos sentindo interpelados pelo olhar atento do que desejamos conhecer. “A partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos nosso olhar já foi previamente alterado pelo modo de visualizá-lo” (OLIVEIRA, 1998, p.19).

Voltemos ao corredor, no dia da tal bomba, a tal da Resolução. Particularmente o dia foi mais agitado que o habitual. Logo ao chegar percebia-se um entra e sai dos professores nas salas uns dos outros, certo incomodo no ar. Naquele corredor que diziam ter ouvidos, não pouparam suas vozes, elas não eram balbuciadas como antes, agora ecoavam em dúvidas e essa foi à primeira reação daquelas pessoas diante da notícia que estava por ser anunciada.

Iolanda, uma TAE que já fora professora substituta, há anos na EEI, ficou sabendo desta notícia após um dos encontros do PROINFANTIL da qual fazia parte na época. A notícia foi anunciada de forma natural por um dos representantes do MEC:

-“Vocês tão sabendo da Resolução que chegou do MEC sobre as escolas de educação infantil que funcionam nas universidades e que ditam normas de funcionamento para essas escolas?”

A resposta imediata à notícia para Iolanda e uma professora da faculdade de educação que a acompanhava naquele momento, definitivamente foi à surpresa. Segundo Iolanda, os murmurinhos sobre o assunto já corriam solto naquele encontro, mas até então, nada havia sido dito com todas as letras.

Ao sair daquele encontro, Iolanda foi ler o documento junto com a professora que a acompanhava (já que a mesma morava próximo ao lugar onde estavam e a ansiedade não as deixou esperar) visto o desejo de tomar ciência da bomba que seria acionada já no dia seguinte. “Inevitável, foi não pensar no lado negativo desta notícia, sabendo que se antes já queriam detonar a escola e que sempre fomos ‘nada’ para Universidade, agora tinham a faca e o queijo na mão.” (Depoimento de Iolanda). Enquanto para alguns (no caso dos TAEs/professores) a notícia soava positiva (no caso daqueles que ali não desejavam permanecer), para outros que gostavam da escola era o início de mais uma batalha a ser travada para a permanência da escola em um lugar de ensino superior.

Para a professora da faculdade de educação da UFRJ existia um só caminho: a municipalização, crença que carregou por um longo tempo. Segundo ela, tinha que se considerar que a escola apenas tinha ensino, mas não pesquisa e extensão, apesar de variados projetos desenvolvidas por outras unidades acadêmicas. Havia um caminho difícil de percorrer: ou a universidade assumia a educação infantil ou ela deixaria de existir de uma vez por todas, mas não sem antes aqueles que acreditavam na escola, inserida na Universidade tentarem reverter os fatos que conspiravam contra a permanência da EEI/UFRJ.

De fato as dúvidas angustiaram durante uma noite inteira a portadora desta notícia. Já no dia seguinte, chegou como de costume logo cedo à escola, aguardando a chegada das crianças e também da diretora e vice diretora para anunciar as novidades e articular medidas que pudessem evitar o que se julgava inevitável (a eliminação definitiva da escola).

Aquela manhã foi sem dúvida a mais agitada daquele corredor. Enquanto aguardava a chegada das pessoas a quem deveria dar a notícia oficialmente a respeito da legislação, o comunicado sobre o tal documento ecoava pelo corredor, adentrando as salas e causando debates sobre as suas consequências para a escola (Direito de quem? Acesso para quem? Formação de professores? Mas, que professores?). Em várias rodas as mesmas dúvidas e os mesmos impactos diante da pergunta que teimava em engasgar na garganta de alguns, mas que outros diziam em alto e bom som pelo corredor:

- “E agora? A EEI acabou?”

Formaram-se várias rodinhas de debates nas salas. O quartel general era a sala da Iolanda e os fronts de batalha as demais salas, Não, não é um exagero! O que estava em jogo eram 32 anos de existência, dentro da universidade e a pergunta que não queria calar era:

- “Será que tudo vai acabar assim? Será que o destino é municipalizar? Fechar as portas?”

Quando Rosane e Patrícia Passos chegaram (diretora e vice diretora), Iolanda se encaminhou até elas, munida com a legislação para tentar vislumbrar uma luz no fim do túnel. Ao receber a notícia, ambas se entreolharam e se debruçou no tal documento, procurando compreendê-lo para definir quais as medidas possíveis para contemplar a legislação, adaptando-se às novas regras previstas. Patrícia Passos buscou contato com as outras Unidades Federais que julgava estar na mesma situação que a EEI/UFRJ, grupos de trabalhos foram formados na intenção de juntos lerem o tal documento e encontrar caminhos para seus destinos em relação ao funcionamento das unidades.

Formou-se um Grupo de Trabalho entre as principais unidades de Educação Infantil do entorno do Rio de Janeiro, alguns encontros foram agendados para realizar um estudo sobre o texto da Resolução e tentar responder algumas das questões que causaram esse furor de dúvidas e, principalmente, analisar de que modo afetaria o funcionamento. Aos poucos os participantes deste GT (Grupo de Trabalho) foram compreendendo que cada Unidade Federal de ensino tinha objetivo e lutas diferenciadas. Enquanto a EEI estava a caminho de concretizar uma luta antiga rumo à institucionalização, as outras instituições decidiram por continuar em seus rumos e permanecerem como benefício ao servidor. Bem, mas essa é outra discussão.

Aos olhos de Patrícia Passos a Resolução era apenas uma porta aberta que veio ao encontro da ansiedade das pessoas que estavam ali há muito tempo e sonhavam ver a escola em outro patamar, não mais como benefício ao servidor, mas como direito de todos. Pessoalmente o desejo de destrinchá-la, encontrar algo que pudesse pautar esse ideal a levou a passar muito tempo lendo o documento: “Cheguei quase a decorar todo o documento”. Conta que a articulação destas medidas já ocorria bem antes, mas quando a Iolanda informou a notícia, seguidos dois dias de seu recebimento a Presidente da ANUFEI (Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil), Viviane, enviou um e-mail à escola, comunicando oficialmente a respeito do documento e dando início à movimentação dos fóruns de discussão que envolvia as Unidades Federais que possuíam o ensino para Educação Infantil.

Assim, ao mesmo tempo em que a Resolução causou impactos e embates, foi um marco histórico, trazendo novas possibilidades para a escola com a futura conquista da institucionalização tão esperada. Se avaliarmos que, para a construção do texto, precisamos de um contexto de onde se eclodem as vozes, também é preciso um enunciado e os elementos que tornam este diálogo possível, percebemos o quanto os retrocessos fazem sentido.

Esse foi o caminho de avanços e retrocessos vivenciados dentro daquele espaço por Patrícia que já não se encontra atuando naquela escola, mas ficou até que seus objetivos, quanto aos encaminhamentos da Resolução, fossem atingidos por todos nós. Patrícia fez parte de muitos momentos históricos daquele lugar, segundo ela:

Tudo foi possível graças a capacidade de confrontar intelectualmente e mesmo emocionalmente as diferentes versões entre os fatos e situações, enxergando, por exemplo, a Resolução como uma oportunidade de se ofertar um sentido, aproveitando uma ‘porta aberta’, tornando possível segundo sua visão, enxergar a educação infantil dentro da universidade como modalidade em um espaço tão privilegiado. Segundo ela a partir da infância mostramos a semente, nos fazendo plantar conceito construídos com amor e profissionalismo, pois tudo se dá a partir dela. Consideramos que para a universidade esse ainda é um espaço que produz estranhamento e muitas vezes se torna invisível, mas aos poucos vai ganhando o reconhecimento de sua importância. (Patrícia, caderno de campo, 6/10/2015)

Bakhtin amplia essa realidade demonstrando que o afastamento do personagem de um acontecimento da existência único e singular permite a exotopia e o estranhamento necessários para a compreensão da realidade e acabamento dos acontecimentos.

Patrícia Passos, conta que, após a Resolução, as articulações ocorreram não apenas nacionalmente através da ANUUFEL, como já dito, também regionalmente por parte de algumas creches próximas e ainda internamente, quando pais mais envolvidos quiseram tomar ciência sobre as medidas articuladas para manter a escola dentro da universidade e claro, as possibilidades de se integrar ao CAP na educação básica.

Como parte das discussões a respeito da Resolução, ainda no ano de 2011, a Escola de Educação Infantil propiciou um espaço para debate na abertura da Jornada Interna Anual, Para que a plateia pudesse expressar-se não apenas através do seu silêncio, mas responsivamente. Finalmente os espectadores iriam imprimir suas vozes.

#### 4 III ATO – O PALCO SE REVELA

Quantas vezes ao assistir um espetáculo, observamos a trama e sentimos o ímpeto de levantar daquela cadeira confortável e nos manifestar, seja para defender o personagem injustiçado ou mesmo para protestar diante daquilo que não concordamos. Muitas vezes, quando saímos do teatro (ou de qualquer outro cenário), durante o trajeto do corredor até a porta de saída, manifestamos com alguém próximo nossa opinião ou simplesmente carregamos essa reflexão conosco e ainda assim, neste silêncio estamos imprimindo opiniões,

A V Jornada Interna, que chamo aqui de palco, teve como tema “Qual o lugar da Escola de Educação Infantil na UFRJ?” Este foi escolhido em decorrência dos encontros e debates internos acerca dos embates resultantes da Resolução. Pensei na responsabilidade de cada um dos personagens. Não há como não me reportar a Bakhtin, citado por Ponzio, quando trata do envolvimento responsável com o outro:

Particularmente na inevitabilidade do envolvimento com o outro – com o outro concreto, e não com o outro abstrato, teoricamente concebido como consciência gneseológica abstrata -, que o ser responsável participe na unicidade de seu lugar único no mundo comporta: ser responsabilmente participe é também “apreender” o outro, o que nos compele a responsabilidade. A responsabilidade pelo ato é acima de tudo, responsabilidade pelo outro e minha unicidade é a impossibilidade de abdicar dessa responsabilidade, não podendo ser substituível nela, a ponto do auto-sacrifício que somente minha “centralidade responsável” torna possível: “uma centralidade de auto-sacrifício.” (2011, p.39)

Neste encontro ou ainda neste clima de envolvimento, estavam presentes representantes da comunidade escolar, do SINTUFRJ (Sindicato dos trabalhadores em educação da UFRJ), da Faculdade de Educação, do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas), da PR-4 (Pró-reitoria de Pessoal) e do CAP-UFRJ (Colégio de Aplicação da UFRJ). Os atores mostravam-se ansiosos por conhecer as ideias sobre o futuro da escola e a jornada teve um importante papel naquele ano e ainda que as opiniões se diversificassem. Havia uma predisposição para a produção de um novo roteiro que desse continuidade às cenas lá desenvolvidas.

De fato, havia interesses diversos para ali representados. Claro que os participantes, faziam ecoar suas vozes na defesa de seus pontos de vista no que se refere aos interesses diversos da Universidade para a permanência ou não da EEI na UFRJ.

As tensões e divergências, antes veladas, foram reveladas naquela discussão. Apontar caminhos possíveis, segundo a visão de interesses próprios não é tarefa fácil, quando se depende de um consenso geral, mas já era previsto que as batalhas de fato aconteceriam, tanto que a articulação com o CAP desde aquele momento prevalece até os dias atuais, encontrando resistência para unificar a Educação básica como já prevê a Lei nº 9.394/96 (LDB). Creio que à medida que nos responsabilizamos e compreendemos a função da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo o CAP uma escola de Educação Básica vinculada à UFRJ, não há muito que resistir para enfim fazer valer o que trata a lei.

Uma das professoras, que estava representando a Faculdade de Educação da UFRJ, afirmou o papel democrático que a EEI-UFRJ deveria assumir após a Resolução.

A LDB estabelece que a responsabilidade pela EI é dos sistemas públicos municipais de educação; se temos uma Escola de Educação Infantil Federal, se está ligada à universidade, sua função e seu lugar prioritários deveriam ser favorecer as ações principais da universidade – a produção de conhecimento, a socialização do saber, a construção da qualidade nas relações.

Bem, a Universidade Federal do Rio de Janeiro possui Educação Básica, representada pelo CAP e pela EEI-UFRJ, situadas em dois extremos da cidade do Rio de Janeiro: o CAP na Lagoa e a EEI na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. A distância de 18,5 Km por si só já dificulta a integração. Há ainda um distanciamento histórico e cultural de instituições que percorreram caminhos diferentes. Essas são as principais prerrogativas dos entraves para a não integração entre elas. Para Kuhlmann (1999, p. 63), entretanto, há que se ter em mente que não há como pensar a Educação Infantil abstratamente, descolada da sociedade, da história, da cultura. Ou ainda como diz Patrícia Passos: “aos poucos elas estão se aproximando (referindo-se a direção do CAP), pois não há mais como fugir. As crianças devem ter assegurados os seus direitos e vão conseguir de um modo ou de outro”.

Também foram levantados temas como: a demanda de vagas, a qualidade no atendimento das crianças, a unidade como inspiradora de políticas públicas, o dualismo entre a reserva de vagas versus a universalização do atendimento. O mais polêmico dos assuntos, foi, sem dúvida, a questão ao direito: do servidor, do trabalhador ou da criança? Representantes das instituições tanto na mesa como na plateia se posicionaram, poucos pais estavam presentes e apesar da divulgação somente os mais interessados compareceram para as discussões.

A EEI era um direito conquistado pelo servidor como benefício, na perspectiva das lutas necessárias para obtê-lo. Os servidores tinham sim a sensação de estarem perdendo essa conquista defendida veementemente pelo seu sindicato. A Faculdade de Educação expressou a dualidade presente na questão:

Apesar de considerar muito importante que a UFRJ possa pensar o benefício ao funcionário [...] funcionarmos para atender só aos funcionários é pouco. Até porque fere direito e conquista da área da Educação Infantil fruto de lutas sociais de diversos setores da sociedade. (LOPES, Monografia de Especialização, p.47, 2012)

Exatamente! Foi um momento de todos se entreolharem, diríamos que se estivesse em uma conversa de pares ou mesmo no nosso tão querido corredor, essas palavras seriam um prato cheio para uma tremenda discussão. Como assim direito de quem? Ninguém até aquele momento havia negado que o primeiro direito era da criança e, se foi uma conquista dos servidores, atendendo ou não à demanda, sempre a EEI/UFRJ levou em consideração esse aspecto. O fato é que agora já não pisávamos sobre o mesmo chão descalço, estávamos todos calçados e às voltas com uma nova legislação que nos obrigava a enxergar o direito como sendo de todos.

O representante do Sindicato deixou clara a sua contrariedade com as decisões que estavam sendo tomadas. Na sua perspectiva, cabia-lhe apenas defender as conquistas do servidor. Na oportunidade, fez um esclarecimento a respeito de um breve histórico da conquista do servidor por creche no local de trabalho, inclusive citando legislação pertinente ao tema e se posicionando diante da Resolução:

Basicamente a defesa do SINTUFURJ é que a creche é um direito do trabalhador, conquistado há duras penas. Nós já temos uma realidade de tantas perdas de direitos, que nós não podemos [...], não aceitamos mais uma perda. [...] Que essa questão seja passada por uma ampla discussão da comunidade universitária. Acho que aqui é um bom começo. (LOPES, Monografia de Especialização, p.46, 2012)

As tensões envolvidas nas práticas eclodem neste momento de também se pensar o futuro para aquelas pessoas que continuaram TAEs/professores. Com a Resolução o roteiro de suas vidas também mudaria e “enfim” desempenhariam as funções para que foram convocados quando fizeram o concurso. A abertura de concurso para Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) é outra prerrogativa da Resolução a ser atendida pela

unidade, ainda assim outra preocupação. Outra técnica faz as seguintes reflexões acerca dos direitos, referindo-se ao contexto social ou o trabalhista que deveria prevalecer:

Eu respeito o direito dos trabalhadores, mas [...] como é importante os direitos das crianças. [...] O ponto pra mim nesse momento é pensar [...] na escola de Educação Infantil para todos. Porque senão quando eu acabar o estágio probatório eu vou me recusar a trabalhar nessa posição de professor da Educação Infantil. (LOPES, Monografia da Dissertação, p.45, 2012)

Neste sentido, de histórias e conquistas, realizadas a duras penas, me coloco mais uma vez, talvez naquele tempo não considerasse a importância das lutas como algo grandioso, talvez tivesse apenas visto e não enxergado, acreditando que essa era apenas uma conquista “dos outros”. O grande tempo nos mostra como de fato podemos contemplar a vida e ofertar valores transgredientes ao que antes não tinha importância. Aquelas pessoas representavam as vozes de tantos outros e estavam ali a fim de defender não uma posição individual, mas uma posição coletiva de grupos que participaram de lutas e desafios para se conquistar algo importante. Para Bakhtin:

A relação direta no que se refere o autor colocar-se à margem de si, vivenciar a si mesmo não no plano em que efetivamente vivenciamos a nossa vida; só sob essa condição ele pode contemplar a própria vida; só sob essa condição ele pode contemplar a si mesmo, até atingir ao todo, com valores que a partir da própria vida são transgredientes e ela e lhe dão acabamento. (2011, p.12)

O roteiro desencadeado pelo texto da Resolução apontava possibilidades como podemos perceber através das discussões que começaram no corredor e se aprofundaram até a Jornada. Era preciso assumir um caminho. Algumas perspectivas haviam de ser articuladas e era aquele o momento ideal. Foi descartada a vinculação com o SINTUFURJ já que esse não se posicionou em relação à possibilidade de assumir a unidade. Precisávamos: ouvir, debater, sentir as palavras, mais palavras, mais atitudes. Precisávamos definir quem seríamos a partir da Resolução.

Ao compreender essas vozes que são muitas, nos sentimos auxiliados para revelar o as relações humanas ali presentes, através da palavra manifestada em sua intensidade social e histórica, afinal como diz Bakhtin:

Tudo o que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros [...], e me é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Torno consciência de mim,

originalmente através dos outros: deles recebo as palavras, a forma e o tom que servirão a formação original da representação de mim mesmo. (1992, p.278)

Através dos enunciados alheios, a polêmica estava posta e, ao contemplar o todo, precisava me colocar, levando em conta a minha responsabilidade e a impressão sobre os desafios que ainda teríamos pela frente. Primeiro pelo próprio texto da Resolução que causou dúvidas quanto às medidas a serem tomadas, segundo pelo próprio tema e os pontos principais trazidos para discussão nesta jornada que destacou o comprometimento ou não da universidade em prol da permanência da EEI. O Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em seus objetivos gerais explicita as suas concepções:

Art. 6º A Universidade destina-se a completar a educação integral do estudante, à busca e ampliação dos conhecimentos e à preservação e difusão da cultura.

Art. 7º - Em cumprimento ao disposto no artigo anterior constituem objetivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

I – a educação em nível superior;

II – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

III – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

IV – o trabalho de pesquisa e investigação científica, filosófica e tecnológica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

V – a criação artística;

VI – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VII – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VIII – estimular o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

IX – prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

X – a participação, de caráter formativo e informativo, na opinião pública;

XI – fortalecimento da paz e da solidariedade universal;

XII – a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (UFRJ. Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013)

Se a Resolução em si, apresentou vários desafios, o principal deles foi sem dúvida a questão do acesso e sua conseqüente democratização. Um caminho que sempre foi cogitado no plano das ideias, mas até então visto como difícil de ser atingido. Esta possibilidade traria

o fortalecimento neste tripé, visto que a unidade sempre realizou ainda que de maneira informal contribuir consideravelmente para a implementação de projetos de diversas áreas dentro da universidade, possibilitando que estudantes que estão buscando formar-se e atualizar-se, não só na graduação de Pedagogia, mas também das Licenciaturas, da Psicologia, da Arquitetura, Educação Física e Letras, construíssem suas pesquisas fundamentadas na Educação Infantil. Com esse propósito a representante da Faculdade de Educação que compôs a mesa da Jornada Interna, que discutia o papel da EEI afirmou:

O primeiro ponto que gostaria de ressaltar é o seguinte: se, o compromisso maior da Universidade é com o ensino, a pesquisa e a extensão, ou seja, com a produção de conhecimento e suas implicações na sociedade. Se, levamos em conta que a Educação Infantil é um campo de pesquisa cada vez mais relevante (especialmente na área da Educação), é um espaço de ensino (formamos pedagogos e professores de Educação Infantil), pensamos que o lugar da EEI, espaço social e cultural do e no campus da UFRJ, deveria estar mais e mais comprometido com a pesquisa e o ensino, sendo um espaço também da extensão universitária. (LOPES, Monografia de Especialização, p.43, 2012)

O envolvimento da EEI/UFRJ com a formação e sua natureza de inspiradora de políticas públicas foi reafirmado pela Professora Ana Maria Monteiro em uma Reunião do Conselho de Centro “Quanto à formação, a EEI é uma oferta para estágios e práticas ímpar com tempos e possibilidades, para ampliação de práticas pedagógicas e compreensão do que seja um trabalho coletivo.” (Caderno de Campo, Reunião do Conselho de Centro, 8/06/2015)

Diante da tensão sobre a quem deveria atender, estava claro que não era uma função da Universidade - nem da sua escola de educação infantil – fazer às vezes do município, esse sim responsável por oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu artigo 11, incisa V. Sobre essa demanda, uma professora da plateia acreditava que: “Esse espaço da Educação Infantil não atende a demanda. Não é para atender a demanda. Quem tem que atender a demanda é a instância municipal de qualidade. Não é a instância federal que tem que atender.” (LOPES, Monografia de Especialização, 2012, p.43)

Como contra palavra, uma professora representante da Faculdade de Educação da UFRJ, sinalizou o papel democrático que a EEI-UFRJ deveria assumir após a Resolução:

A LDB estabelece que a responsabilidade pela EI é dos sistemas públicos municipais de educação; se temos uma Escola de Educação Infantil federal, se está

ligada à universidade, sua função e seu lugar prioritários deveriam ser favorecer as ações principais da universidade – a produção de conhecimento, a socialização do saber, a construção da qualidade nas relações.

As vozes que sussurravam nos corredores, discretamente entre pares, manifestaram-se nesta discussão em diversos momentos, afinal era a vez de expor o que estava afligindo aquelas pessoas internamente. Os múltiplos discursos passaram a ter o sentido de alteridade e tudo parecia ter sido percebido quando os TAEs que se encontrou frente a um novo desafio responsabilmente se colocaram perante os debates, inclusive levando a público a provocação: “Como inspirar políticas públicas, sem intervir na constituição da diversidade, nos espaços de formação na universidade, inibida inclusive pelos critérios de seleção?”

Naquele momento não se ouviram respostas, apenas o silêncio e olhares entre os pares. A reflexão colocada era algo a ser refratado, pensando a qualidade no atendimento oferecido e o tipo de atendimento para uma futura comunidade escolar que queríamos para EEI/UFRJ. Para inspirar políticas públicas precisávamos nos tornar visíveis dentro da Universidade, na tentativa de, como cita Amorim, “captar o olhar do outro e tentar entender o que o outro olha como esse outro me vê.” (2008, p.96).

O representante do Centro de Filosofia e ciências Humanas (CFCH) alertou a respeito da precarização da esfera pública, o que incluía também as universidades. Segundo ele:

A gente saiu daquela condição de um Estado provedor, que não provia, para um Estado que fica avaliando, criando índice. E que está agora, perigosamente, no sentido com a educação, o que ele já operou com a saúde, que é o de desqualificar o público para comprar o serviço privado. (LOPES, Monografia de Especialização, 2012, p.45)

Essas reflexões pareciam meramente políticas em uma visão exotópica. Considerei, com meus colegas, tal fala como uma ausência inicial de responsividade por parte do CFCH. Aparentemente, ainda precisava ser convencido do nosso papel dentro da universidade ou talvez apenas tomar conhecimento de nossa existência, já que a autonomia universitária ofertada ao CAP (já como órgão suplementar do CFCH ao lado de outras unidades como a Escola de Comunicação, a Escola de Serviço Social, a Faculdade de Educação, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, o Instituto de Psicologia e o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos) ainda não havia chegado até a EEI.

De fato a Resolução N° 1 provocou debates que não existiam no âmbito universitário. Quanto ao que diz respeito ao lugar que a Escola de Educação Infantil ocuparia ainda não havia um consenso, mas muitas dúvidas e anseios se juntavam às novas perspectivas que essa poderia causar não como solução para todos os impasses, mas inicialmente como possibilidades de esperança para as pessoas que lutavam para a sua permanência na universidade. De fato havia prerrogativas que indicavam a institucionalização da EEI/UFRJ pelo CFCH, possibilitando a mesma autonomia dada, por exemplo, ao CAP, mas essa visão, até aquele dia, era apenas do Relator do Parecer CNE/CEB nº17/2010, que deu origem a Resolução N° 1. Reafirmada em entrevista a Lopes:

[...] O meu encaminhamento e não ainda o do CFCH é de que está disponível a estrutura do CFCH para que a Escola de Educação Infantil seja um órgão suplementar. Isso talvez num momento inicial seja mais simples sobre o ponto de vista administrativo, do que ela ficar vinculada administrativamente à Faculdade de Educação e muito menos ao CAP (Colégio de Aplicação). Agora, academicamente, eu particularmente não abro mão de defender que ela tem que ter uma articulação visceral, eu diria, com os outros lugares onde a gente faz a mesma coisa, que é discutir sim, formação de professores. [...] Para que a gente não repita modelos e problemas desse relacionamento, que historicamente nós tivemos que enfrentar e teremos que enfrentar. (Monografia de Especialização, 2012, p.49)

Um clima tensionado se instaurou com a possibilidade de institucionalização e a provável vinculação com o CAP, mas uma batalha estava formada. Era o momento de travar uma nova luta e definir as articulações possíveis naquele momento. Assim se configurou um novo GT<sup>10</sup> para acompanhar o processo, levantar as informações e viabilidade de proceder aos encaminhamentos necessários para a institucionalização da EEI/UFRJ.

O medo de uma possível municipalização e a morosidade como era conduzido o processo causava a insegurança dentro da EEI, precisávamos de suporte e apoio político, sim, pois nada se realiza sem as articulações com as pessoas certas. Acreditávamos ser esse o caminho, e voltando às aflições do corredor, tínhamos medo, dúvidas, incertezas em relação ao nosso destino dentro da EEI, pois como TAEs/professores não sabíamos para onde iríamos pós institucionalização, ao mesmo tempo em que éramos convocados a assumir responsivamente o nosso lugar quanto aos fatos deste processo.

---

<sup>10</sup>Portaria N° 289, de 16 de janeiro de 2012 a representação da Decania do CFCH, da Pró-Reitoria de Pessoal, da Faculdade de Educação e representantes EEI-UFRJ (coordenação, direção e TAEs professores).

Através de um e-mail sobre as providências e encaminhamentos sobre a vinculação ao CFCH, observamos que no meio do caminho, havia uma tendência à municipalização, segundo boatos de uma proposta vinda do SESU (Secretaria de Educação Superior) o que nos deixaram ainda mais ansiosos em relação aos acontecimentos. Questionamentos internos foram respondidos através de e-mail:

Escrevo para deixá-los a par sobre os acontecimentos referentes à Institucionalização:

- Quanto à convocação da SESU aos reitores, reunião realizada no dia 26/06, informa que conforme relatado na reunião do dia 05/07 foram contatados o Pró-reitor de Pessoal, o Superintendente, o Decano do CFCH, a Faculdade de Educação e a Presidente da ANUFEI. Com exceção da Presidente da ANUFEI Prof<sup>a</sup> Viviane Cancian, nenhum deles sabia da citada reunião e a informação prestada pela Prof<sup>a</sup> Viviane é a de que há uma tendência à Municipalização (proposta vinda da SESU), porém NADA FOI CONFIRMADO. Como também informado na reunião do dia 05/07, a visão da SESU é de (municipalizar, principalmente, àquelas que serão criadas agora através de convênio). Fiquei na dúvida porque pelo decreto 977, não seria possível abertura de novas creches no âmbito federal.

Nossa preocupação é a de que AINDA estamos em processo de Institucionalização há quase um ano e assim não estamos vinculados ao CFCH, embora o processo esteja andando morosamente. Este fato FACILITA a possível municipalização. Para isso, estamos durante todo esse período tentando agendar uma reunião com Reitor para que possamos expor nosso posicionamento político frente à Institucionalização, mas infelizmente ainda não foi possível. No dia 09/07 a sua agenda estava bloqueada para novos agendamentos e para o dia -16/07 ontem ficamos novamente impossibilitados devido a uma viagem do Reitor.

Novamente entramos em contato com a Viviane que nos relatou não ter NADA CONFIRMADO e que a ANDIFES entrará em ação em favor da continuidade das creches federais. Haverá, na próxima semana, uma nova reunião em Brasília do Secretário da SESU com o Ministro que terá como pauta a questão abordada.

Entramos também em contato com a Prof<sup>a</sup> Claudia que está analisando o Projeto de Institucionalização na terceira e última comissão e emitindo o parecer. Assim, nos identificamos no sentido de estarmos a disposição para possíveis esclarecimentos e para sabermos o prazo da emissão do parecer. Assim que obtivermos uma resposta, iremos então propor a entrada do Projeto na pauta do CONSUNI. Penso que agora seja este o caminho para agilizar o andamento, mesmo que a reunião com o Reitor aconteça concomitantemente. Não podemos esperar uma coisa para depois acionarmos a outra.

A próxima reunião do CONSUNI só acontecerá na segunda semana de agosto e até lá continuaremos tentando agilizar o processo assim como o agendamento da reunião com o Reitor.

Assim que tivermos novas informações entraremos em contato.

Att,  
Direção

Pouco tempo depois, recebemos outro e-mail confirmando que o processo de institucionalização da escola fora aceito no CFCH por unanimidade como órgão suplementar. Segundo uma das profissionais que atuava em sala como TAE/professora naquela época:

“[...]o que contribuiu para a Institucionalização da escola é a gente brigar pela Resolução. Cada uma das questões da Resolução que a gente consegue colocar em prática é um movimento que a gente pode dizer assim: Está vendo como isso é bom?” (LOPES, Entrevistada de Dissertação, 2014, p. 133)

Estava aberta uma nova condição histórica em nossa Escola, éramos institucionalizados e, após a euforia desta grata notícia, pensamos: Só isso nos basta para alcançar nosso lugar? Pretendo responder a essa questão no decorrer das próximas páginas.

## 5 IV ATO – AS CRIANÇAS E SUAS VOZES

Na ordem dos acontecimentos a chegada da Resolução, V Jornada, encaminhamentos para institucionalização e uma das mais importantes das diretrizes entre as outras impostas pela Resolução: o acesso. Até então, a EEI-UFRJ aceitava apenas filhos (as) de servidores da própria universidade. Já no ano de 2011 um percentual das vagas foi destinado a filhos de estudantes, o que não contemplava definitivamente o que previa a legislação. Somente no edital de 2012 a escola apresenta suas vagas para sorteio, sem nenhum tipo de reservas e finalmente qualquer família poderia pleitear vagas para seus filhos (as) na Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assim como prevê a legislação com base no Artigo 1º, inciso I, da Resolução Nº 1, do MEC, de 10 de Março de 2011, o Edital referente às vagas para o ano de 2013:

Garantirá o acesso universalizado à Escola de Educação Infantil da UFRJ, não havendo reserva de vagas. A partir deste Edital fica vedada a matrícula dos irmãos de qualquer criança que venha frequentar a Escola de Educação Infantil no ano de 2012, tendo em vista a universalização do acesso em 2013. ([http://www.pr4.ufrj.br/documentos/EDITAL\\_EEI\\_2011/2012\\_2.doc](http://www.pr4.ufrj.br/documentos/EDITAL_EEI_2011/2012_2.doc))

Recebíamos as primeiras crianças do público em geral ou como costume dizer da “geração para todos”. Num território de contradições, vindas de diferentes partes, reflito sobre o que pensavam essas crianças em meio a tantas transformações. Ou será que pensávamos que tudo isso aconteceria sem que elas pensassem sobre isso? Na verdade todas as modificações aconteciam apenas e tão somente pensando na infância e na oferta de uma educação de qualidade para os pequenos que constroem suas relações essencialmente como dialógicas.

Assim, passemos a falar da infância como memória nos fragmentos que compõem o ano de 2013, após a abertura do edital em 2012<sup>11</sup> com acesso universalizado de acesso público, trazendo à cena aqueles que estiveram por vezes. Sentados na plateia, mas que assistiam a tudo intensamente, oferecendo significado ao roteiro que ali estava sendo escrito.

---

<sup>11</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Concurso de acesso aos cursos de graduação. Disponível em: [http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=ACESSO](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=ACESSO). Edital de admissão 2012. Disponível em: <[http://www.pr4.ufrj.br/edital\\_2011\\_2012.htm](http://www.pr4.ufrj.br/edital_2011_2012.htm)> Acesso em: 06 março 2013. Acesso em: 22 outubro 2015.

A partir de pequenos detalhes, pensamos que experiências e dinâmicas sociais podem explicar o que para nós soava como impacto e que para eles remetia à complexidade da cultura e da diversidade.

Sem dúvidas nós que pensávamos ser os “grandes” atores deste espetáculo, estávamos tão envolvidos com o texto da Resolução, com os comentários do corredor, com a ordem dos acontecimentos que muitos detalhes passavam despercebido sem sua importância, como por exemplo: Quais os sinais dados pelos pequenos em relação a tudo isso? Será que de algum modo eles também passaram pelo corredor e nós não enxergamos?

Refletindo sobre esse excedente de visão, ainda que não exponham tão expressivamente quanto nós adultos, eles também têm vozes, também se envolvem na produção do discurso, fazem parte não de um cenário organizado para recebê-los, contemplando o ato ético como singular daquele lugar. Podemos com certeza dizer que suas ações permeiam a relação condicionada ao meu ativismo e na verdade nada e nem ninguém era o protagonista deste espetáculo. Sim, pois tudo sofria a metamorfose decorrente do tempo a partir dos encontros que tínhamos. Para compreendermos melhor essas palavras, temos que prosseguir pelo caminho, por vezes essa estrada poderá derrapar em outras histórias, mas de fato todas acabarão em um único lugar: a infância.

Passemos a outra parte do roteiro, desta vez escrito pelas crianças. Resolução? Legislação? Impactos? Confusão? Conversas de corredor? (Esse era um espaço para brincar, interagir e, às vezes, só às vezes prestar atenção na conversa dos pais). Bem, as crianças do último grupo da Educação Infantil da EEI/UFRJ, aparentemente, não estavam nem aí para essas “bBOSEIRAS” todas, eles estavam apenas preocupados em serem crianças. Brincar, descobrir coisas novas (coisas que os interessam), aproveitar cada minuto de suas vidas.

Vejamos uma cena: durante o diálogo, outras crianças foram chegando. Enquanto Kaio e Arthur foram pegar um jogo que gostavam muito (cara a cara) para brincar, desviando assim o foco da conversa. Confesso que na época enxerguei apenas com o olhar da professora que, organizando a sala com as crianças, ouvia uma disputa para ver quem chegava primeiro, comportamento comum nesta fase em que começam a competir por coisas simples somente pelo prazer de ser o primeiro. O campo se revelava naquele momento, mas eu ainda não sabia. Não pensava que registros tão comuns da minha função pudessem revelar um dia como pensam sobre algo que julgava estar tão aquém da realidade deles. Bem, a questão do acesso

colocada pela Resolução Nº 1 estava ali, naquele diálogo, quando em uma disputa de lugares revelavam como as mudanças colocadas no mundo dos adultos se transformavam em elementos de seus mundos, tencionando a assistência obtida através de luta e direito e a assistência garantida pela democracia. O que quero dizer com isso? Simples: A assistência existe independente de alcançada através de lutas sociais ou mesmo através da legislação, sim, pois em uma escola de Educação Infantil temos como fundamento assistir, cuidar e educar.

As réplicas infantis apontavam para outras direções, diferentes das expectativas que criamos em relação a políticas e legislação e dos impactos causados por novas regras. Elas existem a partir do que nos dizem sobre o que vivem e sabem: sobre os pais trabalharem ou não na universidade, sobre as suas vivências, sobre as distâncias percorridas até a chegada na escola. Como exemplo a palavra “diferença” poder ser substituída por estranhamento, e ainda certa cumplicidade a partir de interesses comuns; que a mãe trabalha na universidade, mas a avó faz coxinhas; que uma usa carro como transporte, mas a outra pega um ônibus para chegar à universidade sem vínculos de servidor...

Sabemos que a interação e interlocução das crianças geram barulho, movimentação, risos e alvoroço, brincadeiras e que disso resultam, também, muitas aprendizagens. Os enunciados das crianças são permeados de interferências, hesitações, repetições, lapsos e rupturas, certezas e incertezas, emoções, resistências, concordâncias e controvérsias que revelam o que pensam, sentem e como vivem, demonstrando a diversidade de concepções de mundo e opiniões e por que não dizer que essas:

Vozes infantis que indicam os lugares sociais, históricos e culturais a que pertencem e os outros com os que eles anteriores, próximos ou distantes, estabelecidos pelo locutor em outros momentos e situações e que provocaram uma “ressonância dialógica” (BAKHTIN, 1992, p. 320).

Retomemos nosso roteiro. Pensemos sobre o que estava sendo reescrito a partir da visão infantil em relação aos elos que sucederam o enunciado nessa cadeia de comunicação chamada Resolução Nº 1 e os diálogos ocorridos na fase inicial da sua. Não era possível excluir um dos principais protagonistas daquele lugar. Escolhemos as crianças do grupo VI como representantes deste espaço, para compor esse ato. Agora sobre essas crianças estavam os holofotes, a justificativa é simples: de um lado por ser o último ano destas crianças na escola e, por outro, pela expectativa gerada por seus pais diante da questão do acesso ao público.

Assim passemos ao enunciado produzido por Raycca Rebeca, segunda criança do acesso universalizado do grupo VI, moradora de Mangueiras- RJ e filha de uma estudante de técnica em enfermagem e um mecânico de automóveis. Raycca Rebeca foi resistente, chorava quase todos os dias e só entrava na sala quando a professora ia buscá-la no corredor. Carregava sempre uma novidade com o objetivo de ser aceita pelo grupo que resistiu em se aproximar dela. Essa recusa muitas vezes a levou a reagir agressivamente para chamar a atenção e afastar ainda os que a assustavam. Promovíamos atividades de socialização, brincadeiras coletivas entre pares, além das atividades de rotina em que ela era motivada a se relacionar com o grupo. Algumas vezes sugeríamos que procurassem um amigo para contar novidades e segredos, num cantinho para falar em à vontade. Eles gostavam muito disso! Diziam: “vamos fofocar! Igual minha mãe faz com a amiga dela e tem que falar baixinho porque fofoca não é pra todo mundo saber”. Funcionava!

Certa vez, em um desses momentos, Raycca Rebeca pediu para conversar com Maria Eduarda (que não era de se expor muito em grupo, escolhia seus amigos cuidadosamente e levava sempre os melhores brinquedos para a escola com vistas a chamar a atenção dos outros colegas), penso que Raycca, que sempre quis aproximar-se dela, a escolheu de propósito... Maria Eduarda resistiu um pouco e não queria conversar com ninguém, só com Rodolfo, mas após perceber que só tinha a Raycca e ninguém mais deu atenção a ela, cedeu. Chamou Raycca para um cantinho e por uns três longos minutos, olharam para o teto, para os outros, para os lados, para o chão, menos olho no olho. Foi Raycca quem perguntou primeiro:

- Raycca: Porque você não gosta de mim?
- Maria Eduarda: Você mora na favela e lá tem bandido que faz maldade.
- Raycca: Lá não tem bandido. Tem gente! Eu não sou ladra e nem bandida.
- Maria Eduarda: Minha mãe falou pra não falar com quem mora na favela. É tudo estranho não posso falar com estranho.
- Raycca: Eu não sou estranha não!
- Maria Eduarda: Flávia! Estranho não faz maldade com as pessoas?
- Flávia: O que quer dizer estranho?
- Raycca: Eu sei Flávia! É quem a gente não conhece.
- Flávia: Isso Raycca! É alguém que não é da nossa família, não é nosso amigo e que a gente nunca viu.
- Raycca: Viu Maria Eduarda? Eu não sou estranha não. Você me vê todos os dias na escola.
- Maria Eduarda: Foi minha mãe que disse. Mas, Flávia!
- Flávia: Oi Maria Eduarda.
- Maria Eduarda: E agora? Eu posso ser amiga ou não da Raycca?
- Flávia: Claro que pode! Olha pra ela e pra você (leveí as duas paraa frente do espelho) seu nariz é igual ao dela? Seu cabelo é igual ao dela? Olhos, cabelos, boca, mãos?

- Raycca e Maria Eduarda: Não!
- Flávia: E o que vocês duas tem igual?
- Raycca: Nada. Peraí? Tem sim! O uniforme é igual.
- Maria Eduarda: Também a minha Polly (brinquedo) é igual à dela.
- Flávia: E então Maria Eduarda ela é uma estranha?
- Maria Eduarda: Não! Mas ela ainda mora na favela. Foi minha mãe que disse.
- Flávia: Mas você sabe o que é uma favela?
- Maria Eduarda: Não.
- Raycca: Lá tem muitas casas, ruas, ônibus.
- Flávia: Tem pessoas também?
- Raycca: Tem sim, muitas pessoas. Tem pessoa boazinha e ruim também que matam os outros. Minha mãe disse pra eu falar só com quem eu conheço.
- Flávia: E onde você mora Maria Eduarda? Tem pessoas?
- Maria Eduarda: Tem sim. Tem casa também, ônibus e rua só não têm gente que mata, só gente que rouba as coisas dos outros, mas não mora lá.
- Flávia: E agora? O que vocês vão fazer?
- Maria Eduarda: Vou brincar com a Raycca. Não quero mais conversar.

Sem dúvida, neste encontro das duas crianças, tive a oportunidade de experimentara fronteira externa da autoconsciência a que se refere Bakhtin, resgatada apenas neste momento, revendo os diálogos e analisando as relações causadas pelos impactos de uma legislação a partir de um diálogo no qual estavam presentes não apenas um enunciado, mas outros, incluindo a diferença no vivenciamento de mim e no vivenciamento do outro. Esta relação representa o que Bakhtin explica claramente como relação locutor-destinatário na elaboração do enunciado e na resposta esperada. Aquele a quem respondo também é o destinatário do qual espero uma resposta, ocupando dois papéis diferentes: o enunciado daquele a quem respondo (aquiesço, contesto, executo, anoto etc.) é já-aqui, mas sua resposta segundo sua compreensão responsiva é por-*vir*. Enquanto elaboro meu enunciado, tendo a determinar essa resposta de modo ativo; o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos, suas simpatias e antipatias (...), pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado (BAKHTIN, 1992, p. 321).

Era de se esperar que aqueles que possuem as vozes que são muitas vezes silenciadas, vivenciassem seus papéis ativos diante dos acontecimentos e produzissem respostas se posicionando em relação aos acontecimentos. Ao receber e compreender a significação de um discurso, Raycca Rebeca e Maria Eduarda respondem e replicam de maneira ativa, adotando uma “atitude responsiva ativa”, ou seja, elas concordam ou discordam (total ou parcialmente) ao mesmo tempo em que completam, adaptam, aprontam-se para executar, etc., e esta atitude de quem as ouve está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de

compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. De fato se fez valer que a compreensão da fala entre as meninas neste enunciado vivo demonstrou uma atitude responsiva ativa e surpreendeu-me em suas respostas, suas trocas manifestadas de um modo eloquente em relação ao seu pensamento. No caso da TAE/professora, hoje pesquisadora, a compreensão responsiva é a fase inicial e preparatória para uma resposta, que poderá ser manifestada de diferentes formas, dependendo da enunciação que a suscitou. Em outros casos pode gerar o que o autor chama de “compreensão responsiva de ação retardada” que não se manifesta no exato momento do diálogo, mas comporá o discurso ou comportamento do ouvinte em um momento posterior como ocorreu ao rever este diálogo e perceber o quanto as crianças estavam inseridas neste roteiro de grandes transformações produzidas em suas rotinas.

A terceira criança do acesso universalizado é Laura, uma menina com necessidades especiais: uma paralisia cerebral decorrente do parto e suspeita-se (segundo sua mãe) que tinha autismo, nada confirmado. Não falava se desequilibrava facilmente, caindo sempre, emitia alguns sons de gritos e batia a cabeça sempre que contrariada (descobrimos isso convivendo com ela) e nunca se sentava, necessitava de apoio para alimentar-se e não possuía controle de esfínteres. Filha de um segurança e uma professora e moradora da Maré- RJ. Foi uma das experiências mais difíceis e enriquecedoras que tive como TAE/professora. Já havíamos preparado o grupo para chegada da Laura, realizando diversas atividades que incluíam o tema inclusão, mas não foi o suficiente, eles precisavam primeiro vê-la e para depois enxergá-la. E isso demandou certo tempo e dedicação.

Quando Laura chegou pela primeira vez em nossa sala, acompanhada por sua mãe, causou ao grupo VI (ou grupo dos cientistas, como eles se denominaram) muitos olhares das outras crianças, estranhamento e muitos questionamentos. Nos primeiros dias, foi acompanhada diretamente por seus pais e teve um horário diferenciado até que conhecêssemos algumas particularidades de como lidar com ela (já que nenhuma das professoras do grupo sentia-se preparada para trabalhar com inclusão). Desafio aceito pelas professoras (duas no período da manhã e duas no período da tarde) era preciso reconhecer as necessidades de Laura que tinha um mundo particular a ser desvendado, mas também as necessidades dos demais integrantes do grupo.

Inicialmente como se quisessem ignorar a presença de Laura algumas crianças continuavam a realizar seus fazeres, às vezes se aproximavam, perguntavam algo e retomavam o que estavam fazendo anteriormente, mas se incomodavam com as atitudes da menina que usava fraldas aos 6 anos, precisava ser alimentada e tentava escalar mesas e janelas quase que o tempo todo, além de tentar sair da sala sozinha, comer areia ou qualquer outra coisa que visse na sua frente, necessitando que uma professora a acompanhasse integralmente. Poucos que a enxergavam e tentavam se aproximar dela para fazer carinho eram afastados com um grito ou uma atitude mais agressiva. As crianças aproveitaram inicialmente a presença da mãe no intuito de tentar compreender os motivos de Laura não ser como uma criança de 6 anos como eles.

Miguel foi o mais resistente e incisivo nesta questão, logo na primeira, foi diretamente até a mãe de Laura para questionar. Chegou sem nenhuma cerimônia e fez a pergunta que acredito que todos os outros gostariam de fazer:

- Miguel: Por que ela é assim?
- Mãe (que parecia já acostumada a perguntas como essa respondeu naturalmente): -
  - Não sei. Deus me deu a Laura assim de presente. Ela estava na minha barriga, mas quando nasceu veio assim como um presente diferente.
- Miguel: Mas assim? Ela não é nada parecida com outras crianças.
- Mãe: Sim, ela é especial. Muito especial!

Miguel se calou, como se não tivesse entendido bem o que a mãe de Laura tentou explicar, se afastou, voltando a brincar com os colegas. Mas esse silêncio foi apenas momentâneo, outras oportunidades para tratar este assunto vieram com o passar dos dias. Aos poucos as crianças estavam se acostumando com a presença de Laura, já ficavam a sua espera e logo que a avistavam subindo a rampa, corriam para avisar as professoras, afastavam a mesa e substituíam os lápis de cores por giz de cera para que ela não se machucasse, depois separavam os brinquedos que chamavam a sua atenção.

Para nós que participávamos do cotidiano das crianças, também não faltou questões, tanto que sempre que havia uma oportunidade se chegavam logo com um porque na ponta da língua.

- Se a mãe da Laura não trabalha aqui porque ela tem que estudar aqui?
- Por que a Laura ainda usa fraldas?
- Por que ela não balança sozinha?
- Por que ela come terra?

- Por que a Laura veio estudar aqui se ela não aprende nada?
- Por que a Laura não estudou na escola para as crianças iguais a ela?
- Por que a Laura bate a cabeça na parede? Daí ela fica com um galo enorme na testa.
- Por que ela não fala?
- Por que ela nunca senta?
- Por que sobe na janela?
- Por que não segura a colher pra comer?
- Minha mãe falou que a Laura é nossa colega e que precisa da gente pra ajudar a melhorar, mas a gente não sabe como.

Essas e outras questões foram sendo revelada conforme as nossas vivências. Aos poucos, durante a inclusão em nossas rotinas, aprendemos como TAEs/professores e crianças/colegas a lidar com ela, a conviver, acreditando que a inclusão era a participação e o envolvimento de todos em todas as atividades sugeridas. Dessa forma, convivendo que Laura passou a ser vista pelo olhar infantil e pelo nosso de outro modo.

Durante o projeto leitura o qual todos participaram na contação de histórias e as famílias na confecção do tapete das histórias lidas, convidamos a mãe de Laura para representar sua voz. Enviamos a história com antecedência, quem escolheu a história foram às crianças e explicaram para mãe como devia fazer. A mãe iria ler o livro e fazer com a família e com a Laura o tapete. Depois contar a história para o grupo e contar também como ela reagiu à história.

O dia da história chegou. Reunimo-nos em círculo para conversar e apreciar a história. Devo acrescentar que, a essa altura, Laura já estava sentando na roda de conversa em meio às minhas pernas, ficando assim por um bom tempo. A história, entretanto, ficou para o final, pois as crianças queriam respostas concretas sobre Laura e Simone estava lá para responder.

- Eduarda Luíza: Sabia que a minha mãe também é diferente? Ela é surda. Ela não vai melhorar nunca. E a Laura vai melhorar?
- Simone: Ela vai melhorar sim, vai aprender algumas coisas.
- Rodolfo: Mas ela vai aprender a fazer xixi e coco no vaso?
- Simone: Um dia vai aprender sim, pode demorar.
- Miguel: Minha mãe falou que a Laura mora na favela e que lá não tem escola boa igual a da UFRJ. E isso é verdade. Aqui aprende tudo e porque lá não aprende?
- Simone: Lá aprende também Miguel, mas aqui é muito bom. As pessoas de lá não gostavam da Laura.
- Arthur: Mas aqui a gente gosta. Não é amigos?

Todos concordaram com Arthur que praticamente encerrou a conversa e enfim, Simone pode contar a história de Laura que foi registrada no portfólio realizado com o grupo. Claro que as crianças quiseram ver no tapete de história a participação de Laura nesta

construção e a mãe orgulhosamente apontou e disse: “A família fez isso, isso e isso e Laurinha fez esse aqui oh!” E o final dessa história? Bem, não podemos considerar como final, mas como o princípio de algumas das conquistas que esperamos que essa criança que entrou pelo acesso universalizado, já no último ano da Educação Infantil da EEI/UFRJ possa ter. Por hora podemos dizer que Laura já começava a comer segurando a colher, aprendeu a sentar-se no balanço, parou de bater a cabeça em paredes, balbuciava a sílaba ‘ma’, adquiriu maior equilíbrio em movimentar-se e a mais emocionante de todas essas conquistas: aprendeu o valor do abraço e do afeto dos colegas, sorrindo a cada vez que recebia esse carinho.

Bem, mas como esses casos estão sendo tratados aqui para que possamos demonstrar como as pessoas reagiram aos impactos causados a partir da Resolução Nº 1 o que inclui uma das questões mais visualizadas nesta legislação a que trata do “acesso”, primamos por também escutar a voz daqueles que a emitem, deixa suas impressões, transformam situações conflitantes em algo completamente natural e claro reescrevem um roteiro que fica na maior parte das vezes condicionado a um palco individual chamado sala de aula.

E se, existiam dúvidas de que as crianças percebiam ou não o que acontecia ao seu redor, esses diálogos e a ampliação das experiências daquilo que estava sendo vivenciado, pelos pequenos agora não mais nos perseguiram. Essas eram as pistas que precisávamos para compreender o que se passava por suas mentes enquanto tudo acontecia no mundo paralelo dos adultos que se preocupavam em reescrever os roteiros, mas esqueciam que as cenas estavam divididas em diversos atos e esses incluíam as cenas escritas pelos pequenos. As crianças falavam a partir daquilo que as afetou “de dentro” dando sentido e tornando essas experiências comunicáveis.

Encerrando esse ato em que as crianças se apresentam na infinidade de conhecimentos que nos trazem, incorporando a vida real através de si como conhecimento devidamente responsável, convido Bakhtin a encerrar conosco essa parte do roteiro como o suporte ao meu não álibi neste existir evento ou “(...) entendendo como um pequeno fragmento de espaço e de tempo do grande conjunto espacial e temporal, ou ainda dando-lhe a interpretação simbólica (...) vivendo plenamente e de maneira responsável o próprio ato de nosso pensamento, subscrevendo-o, para nos tornamos realmente participantes do ser-evento a partir do nosso lugar único.” (2012,p. 110 e 111)

E a partir deste lugar único, passaremos ao próximo ato de nosso pensamento um princípio arquitetônico do mundo vivido, agora no lugar dos pais como protagonistas das próximas cenas.

## 6 V ATO – OS PAIS E SEUS ENUNCIADOS

Agora o palco parecia silencioso. Ouviam-se apenas cochichos advindos dos corredores, vinham das vozes que inicialmente pareciam não se importar com a trama escrita até o momento, parecia que nada havia afetado aqueles, cujo discurso era sempre a preocupação com a rotina das crianças o bem estar delas e seus afazeres profissionais. Parecia, apenas parecia. Como diz MOTTA: “O que é dito sempre responde a uma fala anterior e permitirá a sua réplica. O discurso é parte componente de um diálogo que reflete a interação de alguém que enuncia com um interlocutor num dado contexto.” (2011, p. 161)

Inevitável não se envolver, as famílias há tanto tempo presentes lá, tinham uma réplica a oferecer. Como citado anteriormente, o discurso inicial produzido de que apenas filhos de servidores tinham o direito a pleitear vaga na EEI/UFRJ foi sendo modificado a partir da Resolução e soou como uma ameaça aos direitos conquistados, isso acabou! Outras famílias foram sendo inseridas. Primeiro as de estudantes da UFRJ (2012), seguidos em 2013 pelo acesso universalizado, atendendo ao público em geral.

A insatisfação velada dos pais foi, aos poucos, sendo revelada, ainda que fosse entre eles próprios ou através das vozes das crianças. Percebíamos um burburinho no ar. Poucos pais se envolviam responsivamente, muitos escolheram ouvir e se calar, esquecendo-se que o ato de amor, encontra-se na responsabilidade de assumir. Quanto a mim, utilizo compreender a enunciação advinda destes que contribuem para revelar como pensavam a respeito das transformações ocorridas, levando a “ver o ouvir”. Recorro a BARROS:

[...] Pedras viravam rouxinóis. Depois veio a ordem das coisas e as pedras têm que rolar seu destino de pedra para o resto dos tempos. Só as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas. As palavras continuam com seus deslimites. (BARROS, 2002, p. 77)

Alguns não sabiam ao certo do que tratava o documento. Ouviram falar nas conversas de corredores, ou por comentários dos funcionários. Poucos ainda se envolviam de fato a ponto de buscar a compreensão ativa do que se propunha. Nestes delimites o compromisso estava apenas na probabilidade e nas expectativas do que estava por vir. Porém um artigo chamou a atenção dos pais. O artigo 1º em seu inciso I: “oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõem a atender.” (CNE/CBE, 2011, p.10)

Bem, mas eu estava lá, e desse lugar eu passo a falar, fazendo minhas as palavras alheias e utilizando, em grande parte do tempo, os pais do Grupo VI (cientistas). Foi possível perceber um incômodo entre os pais que eram funcionários da UFRJ e os pais recém chegados. Era como se aquelas pessoas estivessem invadido um local exclusivo dos primeiros que, constantemente pareciam negar sua presença. Os novos pais, por outro lado demonstravam alegria por estarem lá, por terem conquistado esse direito. Desta forma, pode-se compreender que a trama dos eventos deste enredo constitui-se destas representações ou:

Não há dúvida de que toda a experiência por mim assimilada nunca me propiciará a mesma visão de minha própria e completa limitação externa; nem a percepção real nem as representações têm construir tal horizonte em que eu possa entrar sem reservas como inteiramente limitado. No que se refere à percepção real, isso dispensa demonstração especial: eu estou na fronteira do horizonte da minha visão; o mundo visível se estende à minha frente. Girando a cabeça em todas as direções, posso atingir a visão completa de mim mesmo de todos os lados do espaço circundante em cujo centro me encontro, mas não me verei realmente rodeado por esse espaço. (BAKHTIN, 2011, p.340)

O mundo visível neste caso refletia a abertura do acesso universalizado que transformou não apenas as práticas, mas a vida de muitas pessoas. Quanto aos servidores, tal reflexo, determinou maior dificuldade para disputar em ampla concorrência as vagas para seus filhos, incluídos aí, os próprios profissionais que trabalhavam na escola. Segundo Nauda, mãe de duas crianças que frequentaram a EEI/UFRJ de 2009 até o ano de 2013 e vivenciou algumas das mudanças ocorridas na sua estrutura:

A questão do acesso foi algo que causou certo estranhamento. Pessoas diferentes das que estávamos acostumadas a conviver e encontrar pelas diversas unidades da UFRJ e mesmo manter certa intimidade, (primeiro por trabalharmos em um mesmo lugar e depois por trocarmos experiências sobre os nossos filhos). Agora, tudo me parece diferente, se convive com ‘todo mundo’, com as diferentes culturas, trazidas por essas pessoas advindas de toda parte. Não é preconceito contra o acesso, essa questão é democrática e tem o meu respeito, até mesmo por que tudo é adaptável. (Caderno de campo, 13/11/2015)

“As crianças, ao contrário, são sempre crianças, não importando a origem de suas famílias”. Assim os pais acreditavam. Só esqueceram que as crianças estão imersas na cultura e buscam compreender interpretativamente a realidade na qual estão inseridas, por mais que o brincar as aproximasse e favorecesse a convivência com as diferenças. As famílias, entretanto,

traziam as marcas de classe mais explícitas o que provocava em cada uma um excedente de visão peculiar. Mas, qual seria o perfil das famílias da EEI/UFRJ, frente a tantos impactos? Como nesta nova fase as famílias imaginavam qual seria o olhar das crianças?

Crianças perguntam sobre pessoas, sobre lugares, sobre outras crianças, sobre o que escutam os adultos falarem. Quando meu filho recebeu os novos colegas, descobriu afinidades com uns e nem tanto com outros. Para mim pouco importava de onde vieram. Criança tem que conviver com a diversidade. Eu acredito que de forma indireta elas foram afetadas de maneira construtiva com a convivência com crianças da comunidade. (Caderno de Campo, 13/11/2015)

Ela estava num campo fechado, era só para filho de servidores. Agora o campo vai estar aberto, é melhor, vai ser outra visão. É para melhorar cada vez mais. (...) Agora que está entrando a comunidade, junto com as outras crianças, (...) vai mudar tudo! Nós temos o pensamento totalmente diferente. Não por parte das crianças, mas por parte das mães. Tem sim, o olhar é diferente! (LOPES, Entrevista de Dissertação com as famílias, 2014, p.08)

Não muda, são crianças! Cada turma que entra é uma turma nova, é uma realidade nova. São dezesseis ou dezessete variáveis novos e o fato deles serem da UFRJ ou serem da sociedade é o mesmo, pois as pessoas da UFRJ fazem parte dessa sociedade. (...) Crianças são variáveis completamente distintas e você está integrando uma sociedade que se mistura. (LOPES, Entrevista de Dissertação com as famílias, 2014, p.08)

Interessante identificar que, se de um lado havia o reconhecimento da perda de um direito/privilégio, de outro, havia a percepção da riqueza que a diversidade proporcionaria na formação das crianças. Esse era um desafio que se colocava para a equipe, buscar a harmonia entre pessoas de origem tão diversa.

Outro ponto, destacado, e não menos importante, foi levantado por Nauda (mãe). Criou-se a expectativa, na verdade bastante justificada, de que com a nova legislação ocorresse a integração entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental ofertado pelo CAP/UFRJ, o que lhes garantiria o acesso direto sem um novo sorteio. Nas palavras de da mãe:

Os pais chegaram a me procurar para que juntos pudéssemos lutar por esse direito, já que meu filho estava no último ano da Educação Infantil e com a Resolução N° 1, havia a possibilidade de transitarem diretamente para o CAP/UFRJ, por que não? Mas eu sabia que não seria bem assim, claro que não participei de nenhum

movimento em relação a isso, encaminhei meu filho ao sorteio do CAP/UFRJ e outras instituições públicas, mas também reservei a vaga dele na mesma escola particular da irmã, esses outros pais caíram em si e descobriram que isso não seria, assim, tão fácil. (Caderno de Campo, 13/11/2015)

Outra mãe se pronunciou da seguinte forma:

A estrutura de modelos diversos da Escola, talvez seja um desafio para continuidade no mesmo patamar com o CAP/UFRJ. Acreditei que meu filho iria entrar diretamente para o CAP/UFRJ, afinal ele está dentro da EEI/UFRJ desde o berçário e ao completar 6 anos isso seria o ideal, até mesmo depois da demanda da Lei que surgiu. Ao mesmo tempo, acredito que para uma mudança de fato, seria necessário que a escola caminhasse junto com o CAP, mas, ambas são diferenciadas e não é uma única escola, são duas, embora façam parte da UFRJ. Significa dizer que quando a gente perdeu o direito exclusivo para acesso, perdemos também o paternalismo, e ganhamos o direito de conquistar a identidade, pois uma escola não pode estar isolada da comunidade, tem que haver uma conexão entre elas, afinal vivemos em um país heterogêneo, precisamos educar nossos filhos também na comunidade. Muitos pais e professores terceirizam a educação dos filhos, mas esquecem que temos perfis diferentes em todos os lugares e que isso é necessário para a construção da diversidade e a universalização é o início desta transformação. (Celeste Caderno de campo, 19/11/2015)

Se, por um lado, alguns pais ficaram ansiosos com a possibilidade de ter acesso direto ao CAP/UFRJ, outros acreditavam que a escola não estava preparada para esta mudança, referindo-se à polêmica que envolve o atendimento da demanda<sup>12</sup> e ainda por acreditarem na ausência de um entrosamento entre as instituições. De fato a Resolução N°1 trazia a possibilidade de verem essa disputa ficar cada vez mais acirrada em relação ao acesso, mas apesar de tantas incertezas, certamente existia um misto de dois sentimentos: medo do novo e do que esse poderia trazer e esperança por dias melhores para esse velho e renovado lugar.

Finalmente as palavras eram ditas em alto e bom som expressando “(...) verdades e mentiras, coisas boas e más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.” (BAKHTIN p. 99, 2010).

Os atores: funcionários, pais, crianças, posicionavam-se responsivamente, perante aos eventos. A coragem demonstrada por alguns pais em assumir-se amorosamente e conseqüentemente vem ao encontro do diz Bakhtin sobre as questões da vida

É uma questão que toca diretamente a vida de cada um e que produz um profundo impacto sobre ela, de uma questão em que entra em jogo a qualidade de vida, o reconhecimento da diferença singular de cada um, pelo fato de que a organização

---

<sup>12</sup> Durante todos estes anos, a Escola de Educação Infantil – UFRJ tem atendido, em média, 100 crianças com idades entre 04 meses e 5 anos e 11 meses;

social mesma, a modelagem cultural mesma da vida, funciona sobre a base de classificações, de fechamentos, de atribuições de pertencimento, recorre ao gênero, ao universal como condição da identificação, da diferenciação do indivíduo. (B2012, p.17)

Assumir-se! Foi o que exatamente fez certo pai ao responder uma entrevista para dissertação de LOPES. Ressaltando a igualdade como democrática acerca da questão do acesso e retratando segundo seu olhar exotópico o que seria a democracia nesta escola que precisava encontrar-se no seu lugar de pertencimento:

Me diz se tem iguais condições? (...) Essa igualdade não existe, essa igualdade é ridícula. O que tem que fazer é o processo do que realmente é a democracia, o acesso democrático é tratar diferentes, os diferentes e os iguais como os iguais, só que com poucas vagas isso não fica trivial e na verdade vocês têm uma interpretação do que é acesso democrático numa simples ampla abertura, só que vocês usam uma lógica capitalista ele se regula na própria procura. Não funciona bem assim! O que uma escola tem que fazer é que seja reconhecida como um espaço onde as pessoas podem participar além da sala de aula e elas deseje ir pra ela e que as pessoas sintam que têm possibilidade e que têm o direito a tentar e que não necessariamente vão conseguir porque existem outras pessoas que tem prioridade.”(P.128, 2014)

Desse lugar se percebe conceitos se entrelaçando entre o passado e o presente, alterando-se responsivamente, determinando exotopicamente um atendimento voltado realmente à demanda, reafirmando a importância do espaço público como um bem de todos e sem reserva para alguns poucos. Se há demanda, há de haver vagas. Outra mãe que acompanhou de perto alguns dos embates revelou:

Como a EEI/UFRJ foi criada para atender aos servidores, inicialmente achei que perderíamos nossa qualidade e o acesso da gente também, mas a universalização é democrática à medida que atende a todos e não apenas a uma demanda que é superior ao que a escola pode suportar, mas o direito de estar lá sem reservas para esse ou aquele outro, concorreremos igualmente, em outros lugares vamos concorrer também, nem sempre será igualmente. (Caderno de campo, 19/11/2015)

Se reza a lenda de que quando proferimos nossas palavras essas já foram proferidas por palavras outras, como posso definir o que será passado em função do presente? Como posso separar a arte da vida? Não, não posso. Esse mundo da visão estética apresentada pelos pais não é um mundo subscrito, mas um mundo de valores e crenças e, sobretudo de singularidades. Não há como separar!

As experiências se completavam e se destinavam a um foco de interesse “seus filhos”. Esses pais estavam vivendo momentos únicos e de um modo pessoal lançando seus olhares

para todo contexto vivenciado com o advento da Resolução, lembrando que uma parte considerável dessas pessoas eram funcionários da UFRJ que acreditavam que haviam conquistado um direito, mas foram pegos de surpresa por novas determinações.

Outros pais advindos do acesso universalizado, também acreditavam que tinham conquistado o “melhor dos mundos” para seus filhos e que toda a sua vida estudantil estaria garantida com o ingresso na EEI/UFRJ. Em suas falas as palavras: qualidade, democracia, acesso, direito, demanda, diferenças.

Reescrever um roteiro para as próximas cenas que estavam por vim era o que restava. Não o futuro, não estava garantido para seus filhos como pensavam. Para aqueles que tiveram acesso na época de público restrito, como os estudantes, a Resolução Nº 1 e a determinação do acesso universalizado foi decepcionante para o planejamento familiar, pois já no edital de 2012, viram seus interesses ruírem:

Sou mãe de duas alunas da EEI – UFRJ. Quando eu tive a minha primeira filha eu já era estudante da UFRJ, era aluna da graduação e eu já tinha ouvido por outros alunos sobre a EEI – UFRJ. Alguns amigos meus tinham contato com pessoas que trabalhavam aqui. Eu tive interesse em colocar as minhas filhas, mas eu soube que não tinha acesso para filhos de alunos. A nossa primeira filha foi estudar em uma creche particular, a gente a deixava em período integral, como ela fica aqui, e a gente engravidou da segunda filha e começaram a passar várias coisas pela cabeça, dois estudantes da graduação indo para a pós-graduação com pouco dinheiro, com pouco tempo e com duas filhas. Você tem que dedicar em período integral à universidade e da mesma forma que um funcionário ou um professor para dar aula precisa deixar seu filho com alguém e a escola será o melhor ambiente para isso. O estudante também precisa ter um lugar para deixar seu filho e ter como estudar. (LOPES, Entrevista de Dissertação com as famílias, p.129, 2014)

De fato ao discutir a construção desse mundo particular como se fosse um roteiro com base nas observações, temos a oportunidade de ver o tempo, ler, perceber os espaços e a demonstração do curso das coisas. Essa transição entre as diferentes famílias parece estar longe do modelo que idealizamos delas. Porque que procuram uma escola como a EEI/UFRJ para seus filhos? Seria pela oferta de vagas em período integral? Motivos financeiros? Qualidade de atendimento? Mais que enumerar os motivos pessoais de cada família tentamos ler as histórias, baseados em um cronotopo que enfatiza a interconectividade entre o tempo e o espaço, fundamentados na relação que um ser evento, produzido por um enunciado nos proporciona para a construção deste roteiro. As pessoas, das quais falamos aqui, fazem parte de um cenário de mudanças, em um tempo histórico real, vivenciando as implicações, das

lutas e disputas em relação ao ofício daquele lugar e agora, não só teriam que se adaptarem as mudanças para sobreviver ao sistema, como integrar-se aos novos desafios propostos.

Quando soube da existência de uma creche dentro da Universidade pelo meu filho que estuda aqui, (nem sabia que existia um lugar para crianças pequenas, dentro de uma universidade). Imaginei que o futuro do meu neto estava garantido. Lá ele faria a Educação Infantil, Ensino Fundamental e até a Faculdade. Pensei: Ensino de qualidade, gratuito e de tempo integral. Não teria mais que me preocupar com essa parte da vida dele, mesmo que eu viesse a faltar, assim como a mãe dele que se foi, o deixaria bem nessa parte. Depois eu descobri que só quem era servidor poderia concorrer a vagas, mas como ele ainda era pequenininho não me importei daí meu filho veio com a conversa de que a escola tinha aberto vagas para todas as pessoas, me animei e tentei o sorteio, consegui! Mas depois veio outra surpresa: Só seria por um ano. Ele não continuaria a estudar na UFRJ até o fim, a menos que concorresse a uma vaga para o CAP e no futuro ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), mas está bom. A EEI/UFRJ é uma escola muito boa para as crianças e responsáveis, não me arrependi. Via a alegria do meu neto e a vontade de estar na EEI todos os dias, até aos finais de semana. “Então digo que valeu a pena, pois até hoje ele pede para voltar.” (Elizandra, avó, Caderno de Campo, 05/11/2015)

Se de um lado tínhamos pais funcionários e estudantes que se viram confusos em relação aos novos encaminhamentos sugeridos pela legislação vigentes, havia alguém feliz na construção deste roteiro. Chegou bem no finalzinho desta saga chamada Resolução. Ficou por pouco tempo (neste caso apenas, um ano em função da faixa etária, já que entrou no ultimo grupo da EEI/UFRJ), mas demonstrou a satisfação pela oportunidade do que julgava ser o melhor para seus filhos, sem se preocupar com o que ainda estava por vir. Segundo a visão de uma mãe (com acesso a partir do edital 2013) em entrevista realizada por LOPES, para esses a abertura proporcionou a diversidade:

“Eu sou a favor da abertura do acesso porque além de ser uma escola boa... Uma suposição, a minha filha só entrou um ano, mas imagina se ela entrasse desde bebê? Hoje o trabalho ia ser muito melhor. Misturar meios socioeconômicos, crianças diferentes, crianças de comunidade, crianças que já tem um acesso melhor.” (2014, p.128)

Percebe-se o quão sensível era a questão do acesso. Responsivamente optei por tratá-la aqui já que os demais assuntos tornaram-se secundários para a escrita deste ato. Os pais se preocupavam com seus filhos. O que estava em jogo não era de fato a questão orçamentária, da institucionalização ou de que modo funcionaria a hierarquia dentro do ambiente escolar, muito menos o tripé universitário ou a visibilidade desta Escola para fora dos muros da

Universidade. Essas são mudanças que virão e trarão debates a seu tempo, e aí sim se necessário se aliarão às causas que foram destacadas.

O que se percebe é que durante muitos anos a ideia de Creche esteve atrelada à concepção de cuidado e guarda, assim, era difícil que se transformasse negando uma história criada por décadas. Do mesmo modo, era complicado dar visibilidade a um lugar que foi criado para servir a um determinado grupo, esperando que estes observassem as mudanças sem considerar o sentimento de perda do direito, afinal antes de serem profissionais da UFRJ, eram mães e esse era um sentimento que estava acima de qualquer legislação. Uma mãe/funcionária da EEI/UFRJ conta como foi essa mudança:

“O fato de eu ter entrado na escola era unir o útil ao agradável, estava fora da minha função de TAE em outra unidade da UFRJ, queria exercê-la realmente para o que fui contratada, realizar projetos de literatura e atrelado a isso buscar uma escola de qualidade para minha filha. A EEI atendia a esses interesses. Sinto-me, claro, tranquila por minha filha estar na escola comigo e eu sempre soube separar muito bem essa relação. Mãe/filha, profissional/aluna. Logo que cheguei, a Resolução estava a todo vapor e o tema principal da discussão era a questão de acesso a todos, fui completamente a favor da universalização, no entanto a única coisa que eu questiono é não ter a reserva de vagas para funcionários da escola, pois é muito complicado trabalhar com crianças pequenas e não ter reserva de vagas para nós, afinal, trabalhar com as crianças da mesma faixa etária de seu filho, sabendo que ele também estará ali, nos deixa tranquilos para realizar nossas tarefas com qualidade. Eu sei que isso vai contra a toda ideia a respeito da universalização e mesmo da nossa proximidade com o CAP/UFRJ, (mas não tenho muita esperança que isso aconteça e se acontecer será uma boa surpresa.) De qualquer modo, não deixaria que minha filha fosse pra lá. Considerando todo sacrifício que uma criança pequena teria que passar pela distância da minha residência, até essa escola. Para quê? É um diferencial tão grande assim? Acho que o momento em que mais se deve investir é a Educação infantil, no sentido de preparar a criança para vida, sem pensar em mercado de trabalho, mas somente no investimento como ser humano. Se tivesse uma única opção de investimento em educação para um único nível de ensino, certamente escolheria só a Educação Infantil.” (Cristiane, Caderno de Campo 28/11/2015)

Diante do grande tempo, a maneira de se enxergar as questões passa pelo posicionamento dos sujeitos. Aqui, especificamente, daqueles que corajosamente não assumiram o posicionamento do que era politicamente correto. Na verdade, ao se assumir o ato responsável foi colocado à prova:

A unidade da consciência real, que age de maneira responsável [...] não deve ser concebida como permanência conteudística de um princípio, do direito, da lei e menos ainda do ser: uma clara tomada de posição contra qualquer forma de posição contra qualquer forma de absolutização dogmática, aí inclusa a ontológica. (BAKHTIN, 2012, p. 17)

Do mesmo modo que a mãe se posiciona, escrevendo neste roteiro sua visão particular a partir de um todo conflitante, outras vozes também se colocam e ainda que não exista um consenso em meio à diversidade desse roteiro as cenas se constituíam na formação deste espetáculo inacabado. Timidamente, pessoas que apenas encontrávamos no corredor ou conversávamos assuntos referente à criança, foram deixando de balbuciar a respeito de suas aflições, determinando e emitindo vozes a respeito de como pensavam as mudanças ocasionadas a partir da Resolução. Contar essa história a partir das contadeiras (neste caso as famílias), ouvindo as vozes do que estava tensionado, observando os sujeitos da política, faz com que levantemos uma questão: de quem é a creche afinal?

A resposta está nas entrelinhas de toda a escrita deste roteiro inacabado ou para quem não quiser arriscar, arrisco eu, sem medo de errar: esse lugar é acima de tudo das crianças. Exatamente, pois na infância não importa os aspectos da vida social e seu inconformismo com os problemas advindos ao longo de três décadas, ou supervalorização do prestígio acadêmico ou social ou mesmo a autoridade da ciência, pois eles fazem sua própria ciência, através das descobertas decorrentes da sua curiosidade por desvendar coisas simples como, por exemplo: “Para que uma formiga carrega tantas folhas? Para onde as leva?”

Parece que escrevemos roteiros, preocupados com as políticas ou para tentar revolver problemas que julgamos primordiais para o progresso de uma unidade educacional, mas é justamente o contrário. Escrevemos roteiros, considerando uma infância para a qual queremos ofertar qualidade. Os pais, certamente trazem em seus enunciados o que pensam sobre o que lhes causa certa insegurança e, a seu modo, apresentam suas preocupações, insatisfações, certezas e indefinições, mas ao fim um único tema os preocupa sobremaneira: suas crianças. Aquela que desejam que a infância de seus filhos seja melhor do que a sua seja ela boa ou ruim. Desejam acima de tudo que as crianças tenham acesso ao que é necessário para serem felizes.

Através de Barros, utilizando estas palavras alheias, transformamos esses dizeres, demonstrando a importância do presente, do passado e do futuro. Nestas palavras a importância da história de nossa infância, muito bem colocado: “A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas.” (2003 s/p.)

Intimidade de quem vê na EEI/UFRJ o quintal onde brincamos, onde deparamos com os ‘achadouros’, nos esconderijos espalhados pelo pátio ou nas brincadeiras de “tudo”<sup>13</sup> realizadas por eles. Ou segundo a compreensão dos pais, ouvidos por LOPES em sua dissertação:

O que eu vejo nessa Escola de Educação Infantil é que ela é bem diferenciada, a proposta pedagógica... Eu gosto muito daqui! [...] é um espaço universitário, é uma universidade e eu vou colocar meu filho em uma universidade. (LOPES, Entrevista de Dissertação, 2014, p.147)

Diferente é o ensino, como eu te falei a pedagogia, a forma como eles trabalham. Eles acreditam que através de um brinquedo, a criança vai aprender uma soma, uma matemática... Eu acho que não tem nada parecido com as outras escolas. [...] E o dia que eu fui convidada para almoçar aqui? Uma alimentação saudável, totalmente diferente. (LOPES, Entrevista de Dissertação, 2014, p. 147)

O palco que parecia silencioso permitiu o início da escrita de um roteiro que revela relatos de incerteza quanto ao destino da protagonista deste enredo: EEI/UFRJ. Apresentando para o público alguns segredos guardados a respeito de seus principais medos e expectativas, fazendo ouvir suas vozes como um “*Postupok*”<sup>14</sup>. Pensamentos, outrora guardados, foram aos poucos sendo libertados, sentimentos e desejos expressos, através do ato da resposta à escrita deste roteiro.

Shhhhhh! Psiu! Calma, ainda haverá outras histórias, antes o passado carregado de possibilidades de futuro que se perderam e que teriam se perdido em meio a escuta dessas vozes. Levando em consideração que sempre haverá uma contra palavra como diz Bakhtin ou ainda, Benjamin, em sua convicção de que é no passado remoto, nas nossas origens, que podemos encontrar a chave para tentarmos resolver os problemas que nos afligem e, por fim Manoel de Barros, quando diz que: “Um reencontro que nos torne apanhadores de desperdícios para que, junto com a voz do poeta, nossas vozes assumam um formato de canto,

---

<sup>13</sup> “Tudo”, brincadeira denominada por crianças do Grupo VI do ano de 2014, segundo explicação das crianças: “você pode ser tudo o que você quiser. Você vira o personagem, daí você pode ser o taxista e levar sua família para fazer compras ou um herói e salvar as pessoas do mal. Pode usar tudo o que tiver no pátio os gravetos como arco e flecha, carrinho virá o taxi e tudo o que tiver no pátio vira alguma coisa.”

<sup>14</sup> “*Postupok*”: Concepção bakhtiniana do ato como dar um passo; de acordo com Augusto Ponzio, na publicação do livro “Para uma Filosofia do Ato Responsável (2012, p.9) traduzido por Valdemir Miotello & Carlos Alberto Franco. Revelando que “*Postupok*”, ato, contém raiz “stup” que significa “passo” movimento, ação arriscada, tomada de posição.

tal como a da criança que imagina, inventa e transgride, para dizer: Eu não sou da informática: eu sou da invencionática.” (2003 s/p.)

## 7 VIATO – A ÚLTIMA CENA: O PRINCÍPIO DO FIM

És um senhor tão bonito  
 Quanto a cara do meu filho  
 Tempo, tempo, tempo. tempo  
 Vou te fazer um pedido  
 Tempo,tempo,tempo,tempo  
 Compositor de destinos  
 Tambor de todos os ritmos  
 Tempo, tempo, tempo. tempo  
 Entro num acordo contigo  
 Tempo, tempo, tempo. tempo

Por seres tão inventivo  
 E pareceres contínuo  
 Tempo, tempo, tempo. tempo  
 És um dos deuses mais lindos  
 Tempo, tempo, tempo. tempo

Que sejas ainda mais vivo  
 No som do meu estribilho  
 Tempo, tempo, tempo. tempo  
 Ouve bem o que te digo  
 Tempo, tempo, tempo. tempo

(Oração ao Tempo, Caetano Veloso, 1979)

Nada define melhor a construção dessa escrita do que a palavra “tempo”. A arte de Caetano Veloso aprimora o seu sentido, demonstrando a passagem cronotrópica da evolução da história que conto aqui através desta canção. Considerando que o tempo evoluiu rapidamente a fim de construir os elementos desse trabalho, percebo que no momento em que finalmente percebi que estava um pouco mais amadurecida para iniciá-lo, era o princípio do fim, hora de defendê-lo. Ainda que o tempo para uma pesquisa de mestrado, seja curto para tantas ações, afirmo que foi um precioso elemento para o amadurecimento da escrita, acessando recursos da memória valiosos para essa construção, além de um suporte a esse trabalho, quando para as dúvidas recorrentes os encontros e diálogos constituíram o sentido de existir deste ser evento que não inclui apenas o tema desta pesquisa, mas também o ato de exercê-la.

Difícil, um tanto quanto doloroso, este ato de encerrar algo que por um bom tempo fez parte da sua vida, marcando o princípio do fim, mas de certo, é um momento necessário para

a construção de novas perspectivas em uma esfera espacial histórica completamente nova. Ao percorrer o caminho de pensar os sentidos deste trabalho o porquê desta pesquisa, a orientação desta pesquisa e os companheiros deste trajeto, penso que o tempo, ainda que ligeiro e por vezes sorrateiro, foi um importante aliado. Junto a ele percebo o sentido de conhecer, analisar e compreender.

Entender o sentido desta pesquisa, pensar sobre a sua importância na evolução da história da EEI/UFRJ, perceber os movimentos de tensão que ocorrem e modificam práticas e comportamentos a partir de um ser evento, nos leva a compreensão do sentido desta pesquisa que através de seu conjunto, expressa a inteira completude de um momento tão preciso. O encontro com o ser evento a partir da exotopia e alteridade que o outro nos apresenta é que nos leva a conhecê-la, independente do contexto formal no qual a Resolução foi apresentada.

A medida entre o tempo produzido neste olhar e o espaço em que sucederam essas ações é relevante, visto que o campo dessa dissertação se apresenta como exercício para a pesquisa e a extensão. Pensar sobre o tempo e a constituição do processo evolutivo do ato de relacionar-se com as experiências, torna-se pertinente ao conhecimento dos enredos contados neste trabalho ou ainda segundo Bakhtin:

Em uma interpretação tão neutra, duas operações são realizadas, efetivamente extraindo a “percepção” da imagem: por um lado, tempo e espaço são tratados como entidades separadas; por outro lado, são dissociados dos valores e emoções que tais imagens evocam separadamente. Em “suma, a percepção está perdida.” O pensamento abstrato pode, é claro, pensar tempo e espaço como entidades separadas e concebê-los como coisas apertadas das emoções e valores a que são atribuídos. (2015, p.61)

Quando o palco se apresenta em um tempo de incertezas o novo se constitui em velhos tempos de lutas e desbravamentos, assim são esses indissociáveis, mas quando os roteiros são escritos com palavras alheias transformadas em nossas palavras, através do olhar do outro e esse outro vai dar acabamento a esse roteiro, são dissociáveis. Não existe alibi, apenas o ato responsável diante desses enunciados. Os personagens que se apresentam vivenciam esse trajeto cercado por incertezas que ainda persistem, mas já conseguem perceber a finalidade do roteiro desta escrita, são capazes de enxergar a evolução da EEI/UFRJ pós Resolução N°1.

Certamente o excedente de visão se coloca a fim de demonstrar o que ainda se escondia por trás da cortina desse palco, completando o roteiro que não tem aqui o intuito de

ser encerrado, não em absoluto. A intencionalidade é tão somente conhecer o sentido deste enunciado, dando um dos acabamentos possíveis a essa construção.

A esse respeito, partimos do enunciado que se apresentou até aqui como o “carro chefe” da Resolução N°1 e que deu fundamentação a todas as outras consequências vividas atualmente. O cenário já se apresentava com a questão do acesso universalizado, mas ainda havia alguns fatos emergenciais a serem superados. O momento agora era pensar sobre a institucionalização, esse era o roteiro que saía dos bastidores passava pelos corredores e ecoava dando tom a alguns questionamentos.

Que rumos seguir? Como continuar a existir dentro da universidade? Se por um lado a Escola conseguiu se encaixar na principal deliberação da legislação em um momento de crise, agora precisava trilhar outros caminhos a fim de conquistar seu lugar. Foi a partir de conflitos que uma nova batalha se travou. Uma ameaça rondava os planos futuros da escola e a sua existência dependia da institucionalização. Ao menos naquele momento esse era o caminho. Era isso ou a municipalização<sup>15</sup>. Além dessa questão, outras precisavam ser solucionadas, precisávamos caminhar junto a velhos conflitos ainda presentes em meio aqueles personagens. Segundo uma antiga gestora:

[...] a escola tinha uma questão de desvio de função que gerava todo um processo complicado em termos de relações interpessoais, mais no foco interpessoal mesmo por que fiquei focada no desvio de função que é uma coisa difícil de administrar. O maior problema da escola, nesse período, foi esse. Mas ao mesmo tempo, agora que estamos fora podemos observar melhor... Foi gratificante ver que apesar de todo esse conflito que existia por conta desse desvio de função, todo esse grupo conseguiu fazer com que a escola se mantivesse funcionando e a institucionalização acontecesse. (ARAÚJO, Dissertação de Mestrado UFRRJ, 2015, p. 73)

No velho corredor da escola um murmurinho de insatisfação, nas reuniões oficiais embates intermináveis, diálogos carregados de insatisfação. O assunto voltava à tona: a saída dos TAEs/professores das salas. Acreditavam que como o texto da Resolução era claro no

---

<sup>15</sup>Segundo e-mail recebido por parte dos Gestores havia uma forte tendência à municipalização. Segue um trecho do relato deste e-mail: “há uma tendência à Municipalização (proposta vinda da SESU), porém NADA FOI CONFIRMADO. Como também informado na reunião do dia 05/07, a visão da SESU é de municipalizar, principalmente, àquelas que serão criadas agora através de convênio). Fiquei na dúvida porque pelo decreto 977, não seria possível abertura de novas creches no âmbito federal. Nossa preocupação é a de que AINDA estamos em processo de Institucionalização há quase um ano, assim não estamos vinculados ao CFCH, embora o processo esteja andando morosamente. (e-mail enviado aos funcionários pelo gestor da unidade em 17/07/2014)

sentido de terem profissionais qualificados para atuarem na Educação Infantil, aquele era o momento de finalmente tomarem seu lugar na escola ou em outros lugares da universidade o que não incluía a sala de aula.

Entretanto a possibilidade da institucionalização ofereceu uma trégua, a organização e futura regularização da escola junto a um órgão suplementar, acalmou os ânimos. A promessa de que professores substitutos continuariam a ser contratados para o lugar dos TAEs/professores e esses substituídos, fez com que todos os esforços fossem direcionados em prol da institucionalização.

Foi um tempo de mobilização e sensibilização por parte da Faculdade de Educação, dos TAEs/professores e do próprio Decano, que, na época, sensibilizado com as incertezas, juntamente com o Superintendente da Pró-Reitoria esteve na escola para acalmar os ânimos e orientar o grupo quanto aos próximos passos. Segundo o próprio Decano, entramos enfim em um processo evolutivo a caminho da institucionalização. Criou-se então um GT (Grupo de Trabalho)<sup>16</sup>. A tarefa deste grupo era realizar os procedimentos que iriam mediar à possibilidade da transição da escola da PR4 (Pró Reitoria de Pessoal para o CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas). Mas, por fim conseguiu-se organizar uma comissão para andamento das ações necessárias a consolidação para construção e instalação de uma Comissão para caminharmos rumo à institucionalização. (Priscila, Caderno de Campo, 02/12/2015)

Após cumprimento de todas as prerrogativas e algumas mediações dialógicas na tentativa de vincular a escola e incorporá-la ao CFCH<sup>17</sup>, foi aprovada a transformação do Espaço de Educação Infantil, oficialmente em Escola de Educação Infantil, na condição de Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), como atividade de ensino, pesquisa e extensão. Após uma trajetória de incertezas ocorreu uma onda de definições quanto ao compromisso assumido perante aos novos tempos, ainda que velhas lutas permanecessem à espera de soluções, sem dúvida foi uma das maiores conquistas históricas desse lugar. Assim como nos dizem alguns relatos que veremos a seguir:

---

<sup>16</sup> **PORTARIA** Nº 289, DE 16 DE JANEIRO DE 2012 O Pró Reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 136, de 18 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2011, e Considerando o previsto na Resolução nº 1 do Ministério da Educação, de 10 de março de 2011, que fixa as normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal, Resolve designar os servidores MARCELO MACEDO; AGNALDO FERNANDES; ROSANE MARIA; DANIELA DE OLIVEIRA, BARBARA BELLO; PATRICIA PASSOS, ISABELA FARIAS, e EDMILSON FERREIRA, para compor Grupo de Trabalho com o objetivo de levantar informações, estudar viabilidade e proceder aos encaminhamentos necessários para institucionalização da Escola de Educação Infantil no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tendo como referência os termos propostos pela citada Resolução.

<sup>17</sup> 718ª Reunião Ordinária, realizada em 08/10/2012 – Processo 23794486/2012 - 90

O que contribuiu para a Institucionalização da escola é a gente brigar pela Resolução. Cada uma das questões da Resolução que a gente consegue colocar em prática é um movimento que a gente pode dizer assim: Está vendo como isso é bom? (LOPES, Dissertação de Mestrado, 2014, p. 134)

Os profissionais que estão envolvidos diretamente com a escola estão muito felizes e esperançosos a sua maioria absoluta. Eu não diria cem por cento porque poderia parecer presunção da minha parte. Há um misto de felicidade e esperança que a coisa evolua de reconhecimento de trabalho, de ver resultados efetivos. A gente teve uma apresentação agora em um seminário que a gente construiu aqui na pró reitoria de pessoal onde houve apresentação de profissionais da escola. Era uma demonstração muito explícita disso que a gente está falando. Acho que é um misto de alegria e esperança de que a coisa vai evoluir. Acho que isso é o fundo para tudo dar certo, a base para a coisa de fato dar certo. Eu acho que a gente está em um caminho bom graças aos trabalhadores que estão lá. (LOPES, Dissertação de Mestrado, 2014, p. 134)

Essa foi uma conquista importante. Aconteceu neste período de institucionalização, na verdade acontece no segundo semestre de 2013 quando o CONSUNI aprova o processo de institucionalização da Creche universitária que se chamava Creche Universitária Pintando a Infância e também já se chamou Espaço de Educação Infantil e se afirmou como Escola de Educação Infantil, ou seja, um órgão suplementar do CFCH em nível de equivalência com o CAP/ UFRJ. Agora, nos cabe ter a consciência de que essa conquista só trás a tona uma agenda de negociações que vem se tornando cada vez mais urgente. Destacaria basicamente quatro pontos a questão da identidade dessa unidade de educação básica universitária, financiamento, quadro de pessoal e especificamente a democratização do acesso a escola de educação infantil, especialmente a transição do CAP/UFRJ. (Edmilson, Caderno de Campo, 16/12/2015)

A afirmação dos personagens em relação ao roteiro nos leva a pensar sobre a singularidade da participação do outro como ser evento em relação ao ato, determinando como participante de uma vida real, apropriando-se do dever. Acredito que ao abrir mão de seus interesses ainda que momentaneamente, esses personagens se assumem em relação ao todo, demonstram de fato que:

O ato produtivo único é precisamente aquele no qual se constitui o momento do dever. O dever encontra a sua possibilidade originária lá onde existe o reconhecimento do fato da unicidade da existência de uma pessoa e tal reconhecimento vem do interior dela mesma, lá onde esse fato se torna centro responsável, lá onde eu assumo a responsabilidade da minha própria unicidade, do meu próprio existir. (BAKHTIN, 2012, p.99)

Ao perceber a singularidade e assumir a responsabilidade do ato real como sendo um ato para o próprio existir, consideramos que a conquista deste processo de Institucionalização da EEI/UFRJ, refrata o passado e nos leva a um tempo marcado para as transformações e

lutas em uma junção de possibilidades e novos desafios junto ao compromisso assumido enquanto pessoa que pesquisa.

Acho que após o período de institucionalização a escola sim, teve maior visibilidade. O fato de abrir para o público deu uma visibilidade maior que a institucionalização em si. Acho que o processo de institucionalização da escola é um processo que ainda está sendo construído. Percebe-se que ainda convivemos sobre a tutela (o que antes era PR4, hoje é CFCH), ainda tem muito dessa coisa dessa tutela. No entanto acredito que conseguimos gozar um pouco dessa autonomia universitária que as unidades têm na Universidade. Mas, é um processo que é muito importante, pois a partir da institucionalização, passamos a ocupar espaços que antes sobre a tutela anterior nunca imaginávamos estar. Por exemplo, participar de diferentes estâncias onde está agora: Comitê de Ética do CFCH, a própria reunião de centros das unidades, CONDICAP (Conselho Nacional dos Dirigentes de Colégios de Aplicação). A escola na verdade vive um momento novo. (Isabela, Caderno de Campo 13/12/2012).

De fato, a evolução se constituiu em avanços para este lugar marcado por lutas e conquistas, e por um compromisso de quem acredita nas mudanças. Ao apontar tal perspectiva, baseada em diálogo com Bakhtin, evoca-se o necessário compromisso, nas pesquisas em Ciências Humanas, da contextualização do sujeito que enuncia, bem como do lugar de onde ele fala. Essas vozes continuam a ecoar, desta vez enxergando a evolução do tempo pós Resolução N° 1 em um ambiente ainda tensionado pelas mudanças. Tanto que algumas famílias divergem a respeito desta tão sonhada conquista.

Eu tenho percebido a parte burocrática e trabalhosa. [...] A escola está se empenhando muito, é um trabalho muito grande. Eu leio os e-mails, vou as reuniões e eu nem imagino como dar conta de tudo aquilo. Pelo que eu fiquei sabendo essa é uma ideia há muito tempo tentada e conversada por professores e funcionários. Esse é um sonho antigo, não é uma coisa que aconteceu ontem. Para chegar até esse ponto foi demorado. [...] A partir do momento que se institucionaliza, ela tem verba própria, não tem que fazer pedido e ficar dependente da PR-4. Nesse ponto eu acho muito bom! Fazer parte de uma coisa maior como o CFCH e você poder usufruir um momento desses. (LOPES, Dissertação de Mestrado, 2014, p. 134)

O termo delicado é “zoneado” por todos os argumentos. Vocês desconhecem vocês não conseguiram debater entre vocês decentemente. Parece que muitos não estão preocupados com isso e nem estão conscientizados e existe muita fantasia. Eu acho que vocês não estão num processo de institucionalização vocês estão sendo institucionalizados! A participação de vocês por mais que vocês compareçam, é zero, tanto que vocês não têm voz, quem fala é o CAP, quem fala é o decano, vocês não falam. [...] Vocês estão só na burocracia, entregando papel e preenchendo formulário dizendo: “Isso aqui é professor tal”? Vocês não fazem parte do processo, a escola está sendo institucionalizada é isso que está acontecendo, vocês não conseguem ter unidade. ”(LOPES, Trecho de Dissertação, entrevista com as famílias, 2014, p.134)

Cada um de nós se encontra na fronteira do mundo que vê. Ao aproximar os conceitos de exotopia e dialogismo, ou seja, a experiência espaço-temporal com a experiência vivida na linguagem, Bakhtin ensina que do mesmo modo que a minha visão precisa do outro para eu me ver e me completar, minha palavra também, precisa do outro.

[...] Uma empatia pura não é possível. Se eu me perdesse verdadeiramente no outro (neste caso no lugar de dois participantes, haveria um só – com o conseqüente empobrecimento do existir, ou seja, se eu cessasse de existir na minha singularidade, então esse momento do meu não existir não poderia nunca se tornar momento da minha consciência [...]) (BAKHTIN, p. 63, 2012)

A versão das famílias contrapõe-se quanto ao excedente de visão, porém é esse elo que une a ética e a estética do que vivenciamos dois anos após a institucionalização, incluindo o olhar dos personagens que diretamente estiveram envolvidos na escrita deste roteiro, como Isabela uma TAE/professora que discutiu a questão do acesso em sua Dissertação de Mestrado, cujos diálogos são pertinentes a nossa pesquisa e afirma:

O fato de ganhar autonomia trouxe novas responsabilidades para a escola, isso sem dúvida. Vivemos na verdade em uma escola que não tem um orçamento próprio, essa questão do orçamento é ainda o calcanhar de Aquiles da escola, na verdade sem orçamento continuamos no mesmo status que estávamos antes de estar sempre com o pires na mão pedindo. Antes com o pires na mão ganhávamos mais coisas. Eu acho que como o CFCH gerencia outras unidades e justo neste momento que o país enfrenta uma crise econômica e política muito severa as coisas estão muito difíceis, mas a escola ta procurando dividir esses bastidores com os diferentes atores, procurando passar para a comunidade todas as dificuldades, todas as dores e as delícias de ser uma comunidade acadêmica. Acho que muitos vão concordar com o que vou falar agora, se perguntar as pessoas: - Vocês voltariam a ser o que eram? – Voltariam a ser PR4? – Voltariam a ser apenas para filhos de servidores? Acho que a resposta seria não, ninguém gostaria. Acho que estamos enfrentando dificuldades, mas dificuldades que fazem parte de um crescimento institucional da unidade e isso é muito positivo. Quando entrei na escola em 2010 eu tinha uma certeza muito forte de que a escola precisava muito de uma mudança radical eu não sabia muito bem que mudança seria essa, mas era um desejo muito grande de mudar aquilo, porque como era pra filhos de servidores existia uma confusão do papel daquela unidade ali para as famílias que existiam na época de fazer daquele espaço um espaço que antes de ser direito da criança era um espaço de meu benefício enquanto trabalhadora que tinha que atender as minhas demandas enquanto servidora da Universidade, nem sempre a criança era colocada em primeiro lugar, mas acho que quando a Resolução chega em 2010 ela mostra para muito dos servidores da escola qual caminho de mudanças que agente queria, sinto isso muito profundo. Que aquele era o caminho, investimos e acreditamos na instituição como um todo. A escola hoje, com todas as dificuldades que ela vivencia está em um caminho muito positivo de ser de fato uma unidade que vai ser, dentro de algum será referencia para o Brasil, para o Rio. Vai inspirar novas formas de fazer pedagógico, novas formas de inspirar políticas públicas que é nossa intenção, pois não estamos ali somente para desenvolver a função de ensino, estamos ali para experimentar, ousar, inovar, fazer diferente e aplicar os conhecimentos que a universidade ta produzindo e quando eu digo

universidade não é só Faculdade de Educação e sim a Universidade como um todo.  
(Isabela, caderno de campo 02/12/2015)

Acreditamos que a institucionalização é o caminho que abre novas possibilidades ao mesmo tempo em que produz vários outros enunciados que necessitam ser considerados para fins de conhecimento da trama contada. Podemos constatar, com base nas premissas vistas até aqui, que o tom deste roteiro a partir da visibilidade dada pelos sujeitos em relação ao lugar que ocupam neste enredo espaço e temporal se revela, através da polifonia de vozes e discursos que se compõem através do olhar do outro.

Essa visão privilegiada pode mediar, através do seu olhar e com a sua fala, aquilo que em mim não pode ser visto por mim. Deste modo a construção da consciência de si é resultado da forma como compartilhamos nossos olhares, através do encontro, criando, desta forma, uma linguagem que permite decifrar mutuamente a consciência de si e do outro no contexto das relações sociais, históricas e culturais, revelando aquilo que desconheço e nos envolvendo em um compromisso mútuo.

Os personagens deste enredo nos revelam essa consciência e demonstra as consequências trazidas através do ser evento da Resolução N°1. Suas vozes ecoam fatos de uma estrutura vivenciada antes, durante e após o recebimento do enunciado. Revelando na escrita do roteiro a composição da arte da experiência e o posicionamento de cada personagem diante dos fatos que os tornam protagonistas dessa história. Ainda, há muito a ser considerado, visto que não é simplesmente abrir o acesso à comunidade ou institucionalizar-se como parte de uma estrutura acadêmica. É necessário o pertencimento e para que de fato esse se configure, ainda é preciso percorrer um grande caminho, no qual percurso pequenas vitórias fornece fôlego para continuar lutando.

Com relação à identidade dessa unidade de Educação Básica Universitária é importante que se configure como uma unidade de Educação Básica Federal de carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, entendendo que a primeira etapa de Educação Infantil demanda por profissionais qualificados e que essa instituição se reafirme como um lócus de ensino, pesquisa e extensão, como espaço privilegiado de formação inicial de professores e não só de professores de Educação Infantil, mas de todos os atores sociais que dialogam com a infância de alguma maneira. Mais recentemente temos as estudantes de psicologia, terapia ocupacional, educação física e nutrição, então não é simplesmente pensar em educação infantil é pensar essa unidade de Educação Básica universitária como um centro de formação para discussão da infância. (Edmilson, Caderno de Campo, 16/12/2015)

A referência feita pelo TAE/professor trata de uma das questões que justifica a nossa permanência na universidade por todos estes anos: ser um lugar de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, apenas recebíamos estagiários do curso de pedagogia da Faculdade de Educação e/ou de outras áreas afins cujo interesse refletia as práticas na área da infância. A concepção quanto essa formatação de pesquisa, ensino e extensão, também foi modificada pós Resolução, criando debates durante encontros de formação continuada a respeito do Projeto de Extensão “Educação Infantil práticas e debate” em parceria com a Faculdade de Educação que tinha por objetivos:

- ✓ Problematizar práticas, teorias e propostas pedagógicas no campo da educação Infantil, provocando encontro e diálogo entre professores e deles com alunos do curso de graduação em pedagogia;
- ✓ Qualificar a formação inicial dos alunos da graduação, através da troca com professores regentes do campo da Educação Infantil e ampliação do debate sobre práticas/teorias que fundamentam a área;
- ✓ Abrir espaço de atuação na extensão para os alunos da Graduação, através do contato e ação com instituições públicas de Educação Infantil, particularmente com a Escola de educação Infantil da UFRJ;
- ✓ Fomentar relação entre ensino, pesquisa e extensão no campo da EI na UFRJ;
- ✓ Acompanhar, rever e reconstruir a proposta pedagógica da EEI, promovendo discussão entre FE (Faculdade Educação), professores, técnicos e famílias da escola, além de alunos da graduação;
- ✓ Oportunizar a atualização teórica e reflexão crítica sobre práticas nas instituições públicas de educação infantil, especialmente na EEI-UFRJ;
- ✓ Fazer convergir a formação inicial (dos graduandos) e a formação continuada (dos professores regentes), no compartilhamento de questões, dúvidas e construção de caminhos teóricos e práticos no trabalho cotidiano;
- ✓ Constituir espaços de promoção e produção de linguagem com os professores, tendo em vista fomentar espaços de produção de linguagem com as crianças no dia a dia das instituições;
- ✓ Mobilizar professores regentes e alunos da graduação para a centralidade da brincadeira, da arte e das práticas culturais no cotidiano da educação infantil. (Trechos do Projeto de Extensão – EEI/UFRJ novembro 2015)

Além da questão do ensino, pesquisa e extensão, outros fatos se sucedem frente ao desenrolar desta trama chamada Resolução. Entre os assuntos que voltam à tona atualmente a questão do CAP versus EEI ambas as unidades da UFRJ, separadas pela localização, objetivos e história e unidas por ser a Educação Básica dentro da universidade. Em passagens anteriores percebemos um pouco desta trama, através das diversas vozes e enunciados por parte de nossos personagens. Assuntos que teimavam em aparecer mostrando o desconforto

com relação à questão do orçamento destinado à Educação Básica, que reconhece o CAP, mas, ainda que institucionalizada como parte do CHCH, ainda não abrange a EEI/UFRJ:

A questão do financiamento também é emblemática uma vez que a escola de Educação Infantil, institucionalizada, demanda por recursos próprios, demanda por uma matriz orçamentária e esses recursos que a priori são destinados exclusivamente ao CAP/UFRJ pela matriz CONDICAP, precisam ser negociados ou redistribuídos com a Escola de Educação Infantil. Espera-se que essa verba ou recurso já venha desmembrado ou que pelo menos a unidade orçamentária que o CAP já possui tenha condições de redistribuir esse orçamento de forma que ambas as instituições (EEI e CAP/UFRJ) recebam as parcelas significativas pra sua manutenção. Lembrando: a institucionalização é um fato. A questão é que o tempo de diálogo da universidade enquanto processo democrático é longo, fazer com que essa discussão entre pelo colegiado do CAP para que os professores em suas discussões apontem para essa demanda, até que essa mesma discussão chegue ao conselho de centro do CFCH e desse movimento entre EEI, CAP e Conselho de Centro chegue ao Reitor para que ele referende as questões como processo coletivo de decisões. O grande entrave é a situação que se instaure de ‘cumpra-se’ e interfere no debate de autonomia da universidade. “Ao mesmo tempo não deve representar um impasse definitivo, apesar de transitório, longo e de entrarmos em um novo processo de luta. (Edmilson, Caderno de Campo, 16/12/2015)

Ainda que a questão do financiamento seja algo que necessite ser considerada para a futura autonomia, outro fato importante deve ser citado nesta pesquisa, até mesmo por conta da trajetória de crises e lutas em relação a um legado de dificuldade em seu quadro de professores.

Anos de existência e uma ausência do profissional específico de Educação Básica, sim, pois nunca o tivemos de fato, sempre contratados como paliativos para suprir a permanência temporária de uma necessária continuidade de funcionamento da escola.

Considerando a ausência de profissionais específicos de carreira do magistério na EEI-UFRJ, a universidade viu como possível solução a seleção simplificada no ano de 2006 em parceria com a Faculdade de Educação. Já no ano de 2008, buscando tentar solucionar de vez a questão de permanência de um quadro de pessoal efetivo, viabilizou a abertura de um concurso, para Técnicos em Assuntos Educacionais (com experiência em Educação Infantil e/ou Supervisão Escolar) para assumir salas de aula na EEI. Essa medida, apenas adiou a solução definitiva para o quadro de pessoal. Desse modo, a prática de regência de turma com as crianças deveria ser realizada, como nos Colégios de Aplicação e/ou Federais, por Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conhecidos como Professor EBTT. A oportunidade de a EEI ter profissionais de carreira do magistério viria com a Resolução, ao

menos foi o que pensamos inicialmente, mas como tudo demanda tempo, não seria diferente com a contratação destes profissionais.

Quanto ao quadro de pessoal, já avançamos muito e neste momento estamos às vias do primeiro concurso de professor de carreira de Educação Básica Técnica e Tecnológica que a gente chama de EBTT. Então nesse momento são quatro vagas que vão atender especificamente esta modalidade, entretanto a demanda do quadro de professores é bem maior que o que se apresenta<sup>18</sup> para esse quadro em outras palavras 4 vagas é o mínimo que precisamos neste momento para que os professores assumam esse lugar de docência que atualmente tem sido desenvolvidos através de contratações precárias e temporárias em se tratando de professores substitutos de Educação Infantil porque a medida que esses professores tendem a compreender a proposta pedagógica da escola e quando praticamente elas já tem clareza da Proposta Pedagógica da Escola (e isso vai levar um ano ou um ano e meio) findam o seu contrato e estabelece uma precariedade que o vínculo de professor efetivo (EBTT) deverá dar mais sustentação a proposta pedagógica da escola. (Edmilson, Caderno de Campo, 16/12/2015)

#### Verificando as atribuições de um Professor EBTT:

São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

- I – Atuar na educação profissional de nível Médio, na Educação Superior e em cursos de formação continuada;
- II – Atuar na educação Básica, Técnica e Tecnológica;
- III – As relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no âmbito, predominantemente, das Instituições Federais de Ensino;
- IV – As inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente;
- V – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- VI – Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- VII – Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- VIII – Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- IX – Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- X – Colaborar com as atividades de articulação do Instituto com as famílias e a comunidade;
- XI – Orientar estudantes de: Iniciação científica (IC), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Pós-Graduação;

<sup>18</sup> Anteriormente o quadro que se apresentava na Escola era composto por 31 Técnicos em Assuntos Educacionais, que assumiam os grupos de crianças como professores (todos com formação em Pedagogia), 4 professoras substitutas, uma docente EBTT cedida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e 5 estagiárias bolsistas. (Dados do PPP 2012). Em 2015 a escola continua a funcionar em período integral, das 7h30 às 17h30. São 28 professores que atendem 94 crianças distribuídas em grupos que vão dos quatro meses aos cinco anos e onze meses, atualmente todos os TAEs/professores foram substituídos por Professores substitutos com contratos por até 24 meses.

- XII – Integrar-se a todas as atividades acadêmicas e administrativas da Unidade Acadêmica;
- XIII – Atender as necessidades pedagógicas dentro da transversalidade buscando atender a pluricurricularidade da formação técnica e tecnológica.  
(INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO PARÁ, Edital Nº 01, de 30 de julho de 2013)

Nota-se que entre as atribuições do Professor EBTT existe clareza sobre as atribuições pedagógicas e sobre a regência que o profissional deverá exercer. Tal fato nos permite supor que quando a escola completar esse quadro terá definido a “existência” no sentido mais amplo da palavra. Será? Bem, apenas pensamentos que surgem ao divagar sobre coisas chatas, mas necessárias como as políticas, legislação, burocracia, etc. Afinal, não se pode ignorar a realidade só porque todos os dias caminho pelo mesmo trajeto, pois pode ser que no caminho aconteça um encontro e esse encontro nos fará ver essa passagem como algo diferente, trazendo outros enunciados, entre esses uma cadeia de comunicação que nos leva a compreender o sentido de ser daquele ato:

Cada enunciado isolado é um elo na cadeia de comunicação discursiva. Ele tem limites precisos, determinados pela alternância dos sujeitos do discurso (dos falantes, mas no âmbito desses limites o enunciado, como na mônada de Leibniz<sup>19</sup>, reflete o processo do discurso, os enunciados do outro, e antes de tudo os elos precedentes da cadeia (às vezes os mais imediatos, e vez por outra até os muito distantes – os campos de comunicação cultural). (BAKHTIN, p.299, 2011)

Durante o trajeto, outros encontros vieram para dar acabamento aos nossos diálogos e elucidar alguns fatos que estamos contrapondo neste elo que se estabelece na relação entre o mínimo e a totalidade, mundo em miniatura que possibilita o encontro do pensador com a teoria concretizada no real estabelecido por Benjamin: “Como através da teoria eu posso ter certa visibilidade do concreto? Ou ainda, de que maneira pode a insignificância ser visível na teoria sem ser sacrificada na sua diferença? Como pode totalidade e particularidade coexistir vivamente?” (1995, p. 42)

A visibilidade ocorre, a partir dos fatos que constituíram os cacos desta história que, na trajetória de lutas e transformações políticas e sociais foram vivenciadas no campo da

---

<sup>19</sup>A mônada leibniziana aparece numa reflexão de Heidegger de 1928, onde ele se propõe a discutir na filosofia de Leibniz, o tema referente ao ser. A questão cara e essencial da metafísica surge no texto heideggeriano como um diálogo com o filósofo alemão do século dezessete, colocando como escopo de investigação geral a Mônada. “O que Leibniz entende por mônada engloba como que em si todos os significados gregos fundamentais: a essência da substância consiste no fato de que ela é mônada”. (Heidegger 1979, p.217). Fonte: <http://www.fflch.usp.br/df/epinosanos/ARTIGOS/numero%2021/cristiano.pdf> (acesso em 26/12/2015)

infância, um elo produzido através da experiência constituída e que faz toda a diferença ao se contar uma história a partir da exotopia, pois de fato percebemos uma motivação externa e a necessidade do conhecimento verdadeiro produzido através da experiência, não apenas por documentos oficiais. A diferença é que tudo fala e tudo que fala expressa ontologicamente; as ideias são “eternas” (Platão), mas eternas porque residem na linguagem ou naquilo que faz do homem um ser absolutamente histórico e, portanto, “eterno”...<sup>20</sup>

Deste modo as ideias e a linguagem, os diálogos e os encontros, fazem um pacto durante o percurso descrito até aqui e a pesquisa se torna prática presente, onde o quê observar, investigar e discutir se constituiu em um laço de uma dialética entre os opostos que emergem da experiência do singular presente na história. Os avanços pós Resolução são verificáveis por causa das circunstâncias narradas pelos personagens, durante a escrita deste roteiro e considerando efeitos vivenciados na atualidade do ponto de vista das pessoas. Mais recentemente, temos a questão da democratização do acesso e a transição das crianças da EEI para o CAP no centro das atenções, sobre isso:

Esse ano os pais ficaram muito mobilizados com a possibilidade de estar no CAP, por conta da escola estar institucionalizada e as discussões que têm acontecido no âmbito do CFCH, então, primeiro os pais fizeram o movimento, através de uma carta que gerou uma mobilização demandando que houvesse uma integração com o CAP, por ser um direito, visto que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e por ser essa passagem um direito das crianças. Esse movimento gerou no CFCH<sup>21</sup> um encontro para discutir “A busca de um lugar para a Educação Infantil na UFRJ”, neste encontro a EEI apresentou a retrospectiva desde a chegada da Resolução e o CAP falou um pouco da história dele pra gente poder pensar essas mudanças. Naquele momento o CAP se colocou veementemente contrário a transição e a reserva de vagas, pois contradiz ao Edital público. Colocando-se disponível a um diálogo quando houver a possibilidade de abrir um edital público que ofereça 48 vagas para a escola. Na verdade, nunca aconteceria, seria surreal! Para tanto teríamos que aguardar a construção de um prédio novo e quadruplicar número de vagas existentes. O CAP barrou a conversa e a perspectiva de uma

---

<sup>20</sup>O ser real não pertence senão às *ideias* que persistem mais além de tudo que é, em sua imutabilidade eterna, como modelos primitivos reais das coisas sensíveis finitas. O conhecimento dessas ideias eternas é proporcionado ao pensamento humano pela “recordação”. As coisas, portanto, segundo Platão é apenas sombra das ideias. As ideias são eternas; as coisas, transitórias. Se as coisas são percebidas por meio de representações unitárias, as ideias são conhecidas pelo homem como conceitos de caráter geral. Fonte: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/platao.htm> (acesso em 26/12/2015)

<sup>21</sup>Outro tema que fez parte das reflexões da reunião foi uma petição assinada por pais da EEI que pediam o acesso automático de seus filhos ao CAP-UFRJ após atingida a idade limite de permanência na ex-Creche Universitária. A diretora do CAP esclareceu que isto se caracteriza como reserva de vagas, o que seria inconstitucional e facilmente questionável na Justiça: “A expectativa da reserva de vagas para 2016 não vai se cumprir porque é inconstitucional”, afirmou. Fonte: <http://www.adufrj.org.br> (acesso em 26/12/2015)

aproximação<sup>22</sup>. Foi sobre esse contexto que os pais me procuraram para conversa, desejosos de experimentarem novas instâncias ainda que essas fossem todas negadas.. Fizeram então um processo para reitoria solicitando as reservas das vagas, esse processo não caminhou, foi para o CAP e ele respondeu, mas continuou na mesa do Reitor, o motivo nós não sabemos. Como os pais não receberam nem negativa e nem resposta resolveram entrar com uma ação judicial requerendo um direito. O processo tramitou, foi para a escola, foi para o CAP (esse ultimo sempre se colocando contrário a essa transição (“Essa escola, ainda não é nada do que CAP é!). O primeiro processo tramitou na primeira instancia, com vista a solicitar a liminar antes do sorteio (considerando que o sorteio era em dezembro), na primeira instância o juiz recusou a liminar e na segunda instância foi dada a sua aprovação um dia anterior ao sorteio para ingresso ao CAP/UFRJ , sendo reservada 10 vagas para as crianças da EEI. Como o texto da liminar não deixa clara a questão da matrícula, uma nova ação será impetrada para maiores esclarecimentos da desembargadora. (Alessandra, Caderno de Campo 16/12/2015)

Durante esse encontro com a Diretora da Escola de Educação Infantil, pergunto se a partir desta luta amplia-se um caminho ou um passo favorável para que o acesso aconteça diretamente e eles finalmente compreendam que somos definitivamente CAP, sem a necessidade de tramites legal? Alessandra reafirma que:

O único caminho é ser CAP. A gente não tem outro caminho a seguir. A escola não tem professor, não tem orçamento, não é unidade gestora, não tem prédio próprio a escola não é nada. Nós já temos uma unidade que é tudo isso, na verdade entendendo que a gente é Educação Básica e que só faz sentido existir se a gente for CAP, nem que seja uma unidade CAP Educação Infantil. Há pouco tempo, em uma Reunião do Conselho deliberativo, nos demos conta que a Resolução que regulamenta a existência dos CAPs e lista quais são os CAPs reconhecidos até aquele momento, inclui o da UFRJ e que a nossa institucionalização foi anterior a essa Resolução, a gente já é CAP. A universidade precisa entender e entrar nessa lógica, nós já fazemos tudo o que um CAP já faz dito pela Resolução do CAP. A universidade precisa se posicionar nesse momento a liminar dos pais só reforça o que tenho falado institucionalmente. A universidade precisa definir o que de fato quer para essa escola, quer que a gente seja um campo de ensino, pesquisa e extensão como diz que é (como foi aprovado pelo CONSUNI), se a existência dessa escola se justifica por isso, então somos CAP. (Alessandra, Caderno de Campo, 16/12/2015)

Finalizando esse roteiro, peço à Alessandra que descreva quais foram os avanços e que lutas ainda têm pela frente após esse período de institucionalização. A sua narrativa deixa

---

<sup>22</sup>Outro tema que fez parte das reflexões da reunião foi uma petição assinada por pais da EEI que pediam o acesso automático de seus filhos ao CAP-UFRJ após atingida a idade limite de permanência na ex-Creche Universitária. A diretora do CAP esclareceu que isto se caracteriza como reserva de vagas, o que seria inconstitucional e facilmente questionável na Justiça: “A expectativa da reserva de vagas para 2016 não vai se cumprir porque é inconstitucional”, afirmou. Fonte: <http://www.adufrj.org.br/index.php/edicao-atual/2630-em-busca-de-lugar-para-a-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-na-ufrij.html> (acesso em 26/12/2015)

claro que, mesmo fazendo parte de um centro acadêmico (CFCH), ainda precisamos persistir para alcançar os objetivos a que essa escola se destina:

Conseguimos a institucionalização no papel, a gente precisa construir a institucionalização na vida real. Precisamos ser uma instituição de fato, nós não somos no momento. Tentamos perseguir a trancos e barrancos o nosso tripé (ensino, pesquisa e extensão), mas, de fato, como instituição não há o reconhecimento. A grande questão, por exemplo, é o orçamento, não podemos planejar, caminhar com as próprias pernas, estamos atrelados à administração central. Não que a universidade não nos dê tudo o que precisamos. A universidade tem se posicionado de uma forma bastante interessante, a favor da escola e protegendo a escola. Mas não há recursos reservados. Por exemplo, temos a luta de conseguir o dinheiro que o CAPs recebe do CONDICAP (um dinheiro enviado para universidade só para o CAP), mas para que isso aconteça é necessário que sejamos reconhecidos internamente como CAP. Compreendo a resistência do CAP, por vezes é difícil de aceitar. A universidade cria uma instituição e coloca que essa instituição vai brigar com o CAP por tudo (por espaço, professor, verba). O medo deles é esse. Atualmente não temos um quadro de professores, o primeiro concurso é agora de vagas extras, independente das do CAP, conseguidas pelo Reitor. Então, que escola é essa? Qual é o lugar dessa escola? O que a universidade pensa dessa escola? Que lugar entende a Educação Infantil na importância da Educação básica? Me parece que as vezes passa por esses caminhos, tipo assim a Educação Infantil não é tão importante assim? É Educação Básica, obrigatória a partir dos 4 anos a gente faz um trabalho sim, de pesquisa, ensino e extensão, temos que avançar mais no campo da pesquisa, mas estamos perseguindo isso agora que temos a nossa primeira doutora e teremos em nosso quadro professores efetivos. (Alessandra, Caderno de Campo, 16/12/2015)

Voltemos ao tempo, aquele de quem falamos no início deste ato. Tempo: compositor de destinos, que levou os personagens deste roteiro a se revelar, sem receio de se entregar por inteiro, tambor de todos os ritmos que no seu compasso, produziu em suas falas um elo subsequente de comunicação discursiva, levando em conta as atitudes responsivas. Tempo, tempo, tempo, tempo, entro num acordo contigo, tomar esse lugar de alteridade experimentada por adultos e crianças como um exercício permanente de pensar e escrever.

O outro é o lugar da busca de sentido, mas também, simultaneamente, da incompletude e da provisoriade. Essa perspectiva apresenta a condição de inacabamento permanente do sujeito, o vir-a-ser da condição do homem no mundo, assim como também denuncia a precária condição das teorias que buscam, através de uma linguagem instrumental, representar a totalidade da experiência do homem no mundo. O mundo conhecido teoricamente não é o mundo inteiro (BAKHTIN, 2010).

O ato de pesquisar é um momento marcado pela excepcionalidade, ou seja, é um acontecimento único, e deve ser entendido no âmbito de tal dimensão singular, rompendo

com a pretensa neutralidade na produção do conhecimento em ciências humanas, deixando-se afetar pelas circunstâncias e pelo contexto em que a cena da pesquisa se desenrola, tornando-se cúmplice deste roteiro, revelando as angústias em relação à instabilidade provocada por um ser evento, vivendo na ânsia de encontrar um sentimento de despersonalização quando me torno eles e não eu. Estou convicta que encontros produzem um caminhar de riscos, assim como na vida, temos que assumir responsabilmente os riscos de nossas escolhas.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento só pode ser no mundo se o traduzimos em palavras, em pintura, em dança, em música, em prosa ou poesia, em cinema, em literatura, enfim, em linguagem, em signos, em coisas tangíveis e mundanas. Daí ser preciso escrever com certa urgência para que o pensamento não voe de nossa cabeça feito passarinho sem ninho. O ninho do pensamento é o mundo: a página em branco, o caderno de rascunho, o diário de campo e finalmente o texto, a obra sempre inacabada, sempre em fluxo. Com essas palavras, juntos, diminuimos a aridez do deserto que nos envolve, vela, revela... Assim como foi ao longo deste ensaio concluimos, mas uma vez com a poesia de Drummond (2012, p.138): “O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.” (CARVALHO E MOTTA, 2013, p.32)

Tentei aqui trazer um pouco da minha inquietude, através do pensamento traduzido em palavras, tentando reportá-lo à arte, apresentando um palco e seus personagens em meio a um roteiro para que, quem sabe alcançasse o mundo, ou pelo menos parte dele. Lutei para que nenhuma boa ideia fosse esquecida e que não me perdesse divagando. Não sou muito boa com as palavras. Quase sempre me perco por isso a escrita foi o momento mais dramático de todo esse trajeto, mas à medida que a página em branco se preenchia e nela via sentido, me animava em escrever essa obra inacabada. No caminho o tempo para medir o espaço entre a produção da escrita e a defesa, mas de tudo o que vivi em minha caminhada o maior presente a mim proporcionado foi encontro com o outro.

Esse outro é que fez toda a diferença nesta pesquisa, foi através dele que pude primeiro enxergar o meu caminho e segundo, perceber o sentido dela. Foi esse outro que me deu o impulso para não desistir. Confesso que em muitos momentos pensei nessa possibilidade, mas daí em minha cabeça, já havia um “ninho de passarinhos”, me impulsionando com uma polifonia de vozes que ecoavam e com as mãos unidas para que eu não me desviasse do caminho traçado e desistisse da minha responsabilidade frente ao compromisso assumido.

A utilização de uma metodologia de pesquisa qualitativa nesta pesquisa é compreendida como aquela capaz “... de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1999, p.10). Considero, então, que numa análise qualitativa a ação e o discurso, como modo material empírico, possibilitam uma discussão

dialética ao contexto da responsabilidade que implica um dever moral e ético do pesquisador para com o outro.

Se me perguntarem, o porquê de ter escolhido dialogar quase que integralmente com Bakhtin, responderia simplesmente e na maior intimidade: eu/outro não nos distinguimos, mas nos completamos. O olhar produzido, através dos conceitos bakhtinianos é para a vida. O existir antes de qualquer coisa é um devir e seus conceitos atenuam esse ato como responsável.

Neste sentido partilhar histórias que talvez só fossem contadas em rodas de conversa, entre os mais próximos, encheu-se de sentido para o que se propôs essa pesquisa: ouvir o outro para que através de seu excedente de visão a história pudesse ser contada, por quem caminhou ou ainda caminha por esse chão. Esse outro é quem me dá acabamento, por ele posso enxergar o que antes não conseguia ver, aumentando o conhecimento a respeito de determinadas situações que antes me pareciam apenas sequencias fragmentadas.

Se a proposta era responder quais impactos a Resolução Nº 1 causou a este lugar e a vida dessas pessoas, a companhia desse outro é inevitavelmente capaz de nos ajudar a ver ou rever aquilo que não podemos ver inteiramente do lugar único que ocupamos no mundo. Essa é a beleza das Ciências Humanas uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. Este se constitui na mediação do processo de apreender, revelar e expor a estrutura, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais e nada se constituíram mais belo do que a própria existência do ser.

Outros também estiveram presentes e penso como faria sem a presença de Benjamin e seus conceitos de experiência e memória, compreendendo o campo e a maneira como se fala com o outro, valorizando a memória como instrumento para articular o passado como ele de fato aconteceu, apropriando-se do momento de perigo, uma exigência presente de rememoração, já que o contexto exigia esse passado para articular os fatos que se sucederam e que poderiam revelar as circunstâncias invocadas no presente ou como diz Benjamin “um tempo saturado de agoras”.

Quantos “agoras”, quantas urgências, quantas dúvidas, todas sem ponto de interrogação, ao contrário, todas em uma afirmativa. Digo isso, pois a legislação apresentada nesse estudo chegou assim, usando uma afirmação. As interrogações surgem ainda hoje, desde aquele bendito dia (no sentido positivo da palavra) e marcou o trajeto dessa história que

também é minha, oferecendo possibilidades que já haviam se articulado, mas quase nunca alcançadas devido à morosidade de como tudo acontece no âmbito do público.

Trazemos Barros e sua visão de vida, através de um olhar de mundo que contempla a experiência individual, apropriando-se de um tempo e espaço específico, utilizando-se da poesia do devir a fim de compor desde o início o momento onde tudo principia. Foi assim, essa trajetória de experiências e vivências, considerando as experiências individuais que se tornam coletivas à medida que os elementos dessa pesquisa consideram as pessoas, lugar e fatos assimilados direta ou indiretamente, de acordo com o nosso modo particular de perceber as coisas como tudo aconteceu.

[...] É mais fácil fazer da tolice um regalo do que da sensatez. Tudo que não invento é falso. Há muitas maneiras sérias de não dizer nada, mas só a poesia é verdadeira. Tem mais presença em mim o que me falta melhor jeito que achei pra me conhecer foi fazendo o contrário. Sou muito preparado de conflitos. Não pode haver ausência de boca nas palavras: nenhuma fique desamparada do ser que a revelou [...](BARROS. In <http://www.revistabula.com/2680-os-10-melhores-poemas-de-manoel-de-barros/>, acesso em 29/01/2015)

Essa foi amaneira inventada de desenvolver essa pesquisa. Leva em consideração que a realidade se encontra em permanente construção e que, por isso, o conhecimento e as ações se contextualizam em diferentes situações. Este processo reuniu as percepções das pessoas que estiveram presentes em um processo de mudanças advindos pós uma nova legislação, no esforço de compreendê-la sob aspectos da realidade significativos para o foco central deste trabalho: o olhar dessas pessoas frente à trajetória do processo de institucionalização da Escola de Educação Infantil da UFRJ.

Por falar em responsabilidade, foi esse o posicionamento que esses personagens tiveram frente a Resolução Nº 1, não que essa fosse a fundamentação para as mudanças que ocorreram, mas foi sem dúvida uma alavanca que ‘obrigou’ todas aquelas pessoas a se posicionarem diante de um ser evento que garantiria ou não a existência da Escola de Educação Infantil da UFRJ. Por isso, a divisão deste texto em atos, pois cada um foi escrito a partir dos atores que compuseram esse cenário, utilizando-se da memória e experiências das cenas vividas ao longo da história daquela instituição.

O caminho para institucionalização foi um passo desafiador quando tratamos da questão de autonomia e reconhecimento dentro da universidade, também por aqueles que oportunizaram essa institucionalização (CFCH).

Ao pensar a educação no âmbito de uma mesma instituição, percebemos traços contraditórios e díspares, quanto à questão do orçamento e do acesso direto ao CAP, demonstrando ainda uma ausência de reconhecimento e visibilidade sobre a importância da Educação Infantil dentro do âmbito universitário. Não cabe mais questionar o lugar dessa escola dentro da universidade uma vez que essa é uma questão já posta com a presença da Educação Básica com a presença do CAP e da EEI, cabe apenas o diálogo, o consenso e reconhecimento oficial para que se torne fato o que já está deveras consumado.

Parece que finalmente a universidade está compreendendo a necessidade do diálogo. Quase no final dessa escrita recebi a notícia que a Reitoria, em caráter de urgência, havia convocado o CAP, a EEI e a Faculdade de Educação para indicar três nomes para compor o GT para elaboração da Proposta de Incorporação da Escola de Educação Infantil pelo CAP.

Para encerrar, ainda que não em definitivo, acrescento que essa foi a herança recebida com a Resolução N°1 e, se vez ou outra tudo parecer de volta ao seu lugar e se até os corredores ficar em mais silenciosos do que o normal, pare, ouça, marque um encontro com o outro, produza diálogos, não abra mão da alteridade e da exotopia, pois até no silêncio a palavra nos desafia a cada instante.

Atrevo-me a dizer que a Resolução causou o impacto necessário para que se vislumbrem novas possibilidades, e que possamos sair definitivamente do estado de acomodação, passando a direcionar energias em prol de lutas necessárias, de bons combates, de modo que a Educação Infantil dentro da universidade produza muitos olhares e muita escuta, mas acima de tudo reconhecimento de sua real importância.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, L. **As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil**. In: ROMAM E. D. STEYER V. E. A criança de 0 a 6 anos e a Educação Infantil: um retrato multifacetado. Ulbra, 2001.

ARAUJO, Iolanda. **O lugar da Educação Infantil na Universidade: memórias da gestão da escola de educação infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFRRJ, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. \_\_\_\_\_; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 a.

\_\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal**. SP: Martins Fontes, 2010b.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. SP: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do Ato Responsável**. São Carlos: Pedro & João editores, 2012.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad.: Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BARRETO, Ângela M. R. **Situação atual da educação infantil no Brasil**. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. \_\_\_\_\_. Ângela M. R. **A Educação Infantil no contexto das políticas públicas**.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas: a segunda infância**. São Paulo: Planeta, 2006. XVII poemas.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo, Leya, 2010.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Infância "rude" no Brasil**. In: GONDRA, José Gonçalves (org). **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: Letras, 2002.

BHABHA, H. **Signos Tidos como Milagre**. In: BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BEMONG, NELE. **Bakhtin e o cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas**. Bemong, et. al.; tradução Oziris Borges Filho, et. al – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história** [SCH]. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985

BENJAMIN, Walter. **Escavando e Recordando**. In: \_\_\_\_\_. Obras Escolhidas II: Rua de mão única. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **Experiência e pobreza**. In: \_\_\_\_\_. Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo, SP, Brasiliense, 1985.

BHERING E SILVEIRA. **Escola de Educação Infantil UFRJ**. In: FERREIRA e CACIAN Orgs. Ione Mendes S. Ferreira e Viviane Ache Cacian. Unidades de Educação Infantil nas Universidades Federais: os caminhos percorridos. Goiânia, GO: FUNAPE, 2009.

BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A .C. **Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil**. In: Educação infantil, política, formação e prática docente. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin e o Círculo**. SP: Contexto, 2009.

BRANDÃO, Z.; ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. **O pré-escolar e as classes desfavorecidas**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 39, p. 43- 45, nov. 1981.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <<http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT /INDICE.html>>. Acesso em: 6 junho, 2015.

BRASIL. **Portaria DNSHT – Nº 1 de 15 de janeiro de 1969**. em: <<http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT /INDICE.html>>. Acesso em:6 junho, 2015.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168 p.

BRASIL. **Decreto Nº 93.408**, de 10 de Outubro de 1986.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil**, 2009.

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 1, de 07 de Abril de 1999**. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 17/2010**.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 1, de 10 de Março de 2011**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172/2001**. Brasília, DF

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **A educação infantil no Plano Nacional de Educação: a questão da oferta e do atendimento**. In: PASCHOAL, Jaqueline. D. (Org.). Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina, PR: Humanidades, 2007, p.77-86.

CARVALHO, Carlos Roberto e MOTTA, Flávia Miller Naethe. **Escrever responsável sob as condições do deserto: O compromisso com o outro e a contemporaneidade**. Revista Teias, v.14, n.32, 12-35, maio/ago.2013.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004. Acesso em 21 de maio de 2015.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001.

FAGUNDES, M. R. **A creche no trabalho... o trabalho na creche: um estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da Unicamp: trajetória e perspectivas**. 1997. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FÁVERO, M. de L. de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

FERRAÇO, C. E. **Escola nua ou sobre a força e a beleza das ações cotidianas**. 175f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação FEUSP: USP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Eu, caçador de mim.** In: GARCIA, Regina Leite (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-176. \_.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. T. A.. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa.** Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002 p. 21-39.

FREITAS, M. T. A.. **Educação, arte e vida em Bakhtin.** Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2013.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

GOHN, M. G. **Educação Infantil: aspectos da legislação.** Campinas: Departamento de Criança ao Projeto Jorge Haje, 1990 (mimeo). KISHIMOTO, T. M. A pré-escola em São Paulo (1877-1940). São Paulo: Loyola, 1988.

GRAGNANI, A.M.C. **Creches e berçários em empresas privadas paulistas.** In: Rosemberg, F. (Org.). Temas em destaque: creche. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 104-134.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo.** São Paulo: Loyola, 1990.

HELLER, Agnez. **A concepção de família no Estado de Bem-estar Social.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.8, n.24, agosto 1987.

KISHIMOTO, T.M. **Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior.** *Educ. Soc.*, Dez 1999, vol.20, no. 68, p.61-79. ISSN 0101-7330

KISHIMOTO, T.M. et al., (2000). **Formação de profissionais de educação infantil: prática reflexiva e socialização da criança.** Actas do Congresso Internacional Mundos Sociais e Culturais da Infância. Braga: Instituto dos Estudos da Criança da Universidade do Minho, p. 53-63.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (1877-1940).** São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, Sonia. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola.** 3ª ed .São Paulo: Ática, 2003.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 3ªed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KRAMER, Sonia. **Política de financiamento para creches e pré-escolas: razões políticas e razões práticas.** In: Campos, M.M.; Faria A.G. (Org.). Financiamento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos. Cadernos ANPED, n. 1, p. 43-56, 1989.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental.** Educ. Soc., v. 27, n. 96, p.797-818, out. 2006.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação. 1998.

KULHMANN JR. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediações, 2001.

\_\_\_\_\_. **O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX início do século XX.** In MONARCHA. C. Educação da infância brasileira 1875 – 1983. São Paulo: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. Educação Infantil e Currículo. In FARIA. A.L.G, PALHARES. M. S. **Educação infantil pós LDB: rumos e desafios.** São Paulo: Autores Associados, 1999.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo.** In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (orgs.). Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Isabela Pereira. **Sonhos em Retalhos: a creche da Fábrica Andorinhas em Santo Aleixo – RJ (1946-1970), 2006.** Monografia (Pedagogia) – Faculdade de Educação, universidade Federal Fluminense, Niterói.

\_\_\_\_\_. **A Escola de Educação Infantil da UFRJ frente à Resolução Nº 1 CNE/MEC.** Monografia (Pós Graduação *lato sensu*). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **O acesso às unidades universitárias federais de educação infantil (UUFEI's): a escola de educação infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.** Dissertação (Mestrado em Educação), UFRJ, Rio de Janeiro.

Luz e Faria Filho. **Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações.** Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. UFMG, 2010. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 18/05/2015.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 94. p. 47-69, jan/abr 2006. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em 20 de maio janeiro de 2015.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOTTA, Flávia Miller Naethe. **De crianças a alunos: transformações sociais na passagem da educação infantil para o ensino fundamental.** Educação e pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 1, 2011.

MOTTA E NASCIMENTO. **Políticas e práticas educacionais: um exercício de análise da inclusão de crianças de 4 anos na Educação Básica.** In: SILVA e MEDINA Orgs. Maria Vieira Silva e Sarita Medina. Trabalho docente e políticas educacionais para a: desafios contemporâneos. Uberlândia, MG: EDUFU, 2014.

NBR ENTREVISTA - MEC **estabelece regras para as Creches Federais.** 23 mar 2011. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=nXjRTBpImf4](http://www.youtube.com/watch?v=nXjRTBpImf4). Acesso em: 28 de março de 2014.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de Professores.** Portugal, Porto: Porto Editora, 1992.

NÓVOA, A. **Os professores e as histórias da sua vida.** In: \_\_\_\_\_. (Org.). Vidas de professores. Portugal, Porto: Porto Editora, 1995.

NUNES, F.R.; CORSINO, P.; DIDONET, V. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.** Brasília: MEC, 2011.

NUNES, A.V. **O que eles pensam de Rubem Alves e de seu humanismo na religião, na educação e na poesia.** São Paulo, SP: Paulus, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever.** São Paulo, 1988, p. 17-35,

OLIVEIRA, Z.M.R. **A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória.** Revista Faculdade de Educação, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 43-52, jan./jun. 1988.

OLIVEIRA, Z.M.R.; FERREIRA, M.C.R. **Propostas para o atendimento em creches no Município de São Paulo: histórico de uma realidade - 1986.** In: Rosemberg, F. (Org.). Temas em destaque: creche. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1989, p. 28-89.

OLIVEIRA, Z.M.R.; MELLO, A.M.; VITÓRIA, T.; FERREIRA, M.C.R. **Creches: crianças, faz-de-conta & cia.** Petrópolis: Vozes, 1992.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília Thesaurus, 1996.

PONZIO, Augusto. **A Revolução Bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011.

RAUPP, M. D. **Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas.** In: Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 197-217, abril, 2004.

RAUPP, M. D. **A educação infantil nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. **Relação Universidade – Unidade de Educação Infantil e Histórico da Associação Nacional da ANUFEI.** In: ANAIS do III Encontro Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil. São Carlos: UFSCar, p. 16-26, 2003.

RIBES E MACDO. **Infância em Pesquisa.** Rio de Janeiro, RJ: NAU, 2012.

ROSÁRIO, Bispo. **Livro sobre nada.** Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2004.

ROSEMBERG, F. **A educação da criança pequena, a produção do conhecimento e a universidade.** In: Campos, M.M.; Faria, A.G. (Org.). Financiamento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos. Cadernos ANPED, n. 1, p. 57-64, 1989b.

ROSEMBERG, F. **A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 82, p. 21-30, 1992.

ROSEMBERG, F. **O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche - 1984.** In: Rosemberg, F. (Org.). Temas em destaque: creche. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1989 a.p. 90-102

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação Infantil, educar e cuidar e a atuação profissional. Infância na Ciranda da Educação.** São Paulo, v. 3, 1997, p. 21-26.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educar e cuidar como funções da educação infantil no Brasil: Perspectiva histórica.** São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade de Campinas, 1999.

SHAKSPARE, William. **44 Sonetos Escolhidos.** Tradução de Thereza Christina Rocque da Motta. Rio de Janeiro: Ibis Libris. 2006. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Sonetos\\_de\\_Shakespeare](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sonetos_de_Shakespeare)  
**Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Infantil da UFRJ.** Rio de Janeiro, out 2007. UFRJ. Estatuto. Rio de Janeiro. Disponível em: [www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=ESTATUTO](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=ESTATUTO). Acesso em: 27 de março 2013.

UFRJ. **Relatório de Reunião do GT de Institucionalização da EEI-UFRJ.** Rio de Janeiro. 27 mar 2012. (mimeo).

SAINT-EXUPÉRY, A. **O Pequeno Príncipe.** São Paulo, SP, Ediouro, 2009.

SILVA, E. S. **Compromisso político e social da Universidade: a criação da Divisão de Integração Universidade – Comunidade (DIUC) na UFRJ.** In: Revista Extensão na UFRJ, Rio de Janeiro, jun, 2011. Disponível em: [http://www.pr5.ufrj.br/revista/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4:compromisso-politico-e-social-da-universidade-a-criacao-da-divisao-de-integracao-universidade-comunidade-diuc-na-ufrj&catid=1:artigos-revista-n00&Itemid=3](http://www.pr5.ufrj.br/revista/index.php?option=com_content&view=article&id=4:compromisso-politico-e-social-da-universidade-a-criacao-da-divisao-de-integracao-universidade-comunidade-diuc-na-ufrj&catid=1:artigos-revista-n00&Itemid=3)

VIEIRA, Livia M. F. **Creches no Brasil: do mal necessário a lugar de compensar carências: rumo à construção de um projeto educacional.** Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1986. Dissertação (mestrado).

SABINO E SERENO. **Novas Poesias Inéditas. Fernando Pessoa.** Lisboa, Ática, 1993.

SILVA, I. O. Luz, I. R., & Faria, L. M., Filho. (2010). **Grupos de pesquisa sobre infância, criança e Educação Infantil no Brasil: primeiras aproximações.** Revista Brasileira Educacional, 15(43), 84-97.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB N° 17/2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1, de 10 de março de 2011. **Fixa normas de funcionamento das unidades de educação infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 11 mar. 2011.

OBSERVATÓRIO. **Plano Nacional de Educação.** Brasil, MEC/ Metas, 2015.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
 INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
 CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES - PPGEDUC

---

Projeto: IMPACTOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DE ENCONTROS

---

Pesquisador Responsável: Flávia do Carmo Bullé

Orientadora: Flavia Miller Naethe Motta

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

---

Pelo presente documento declaro ter conhecimento dos objetivos e da metodologia que será adotada no *referido* estudo, conduzido pela pesquisadora Flávia do Carmo Bullé (febulle@ig.com.br), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares/UFRRJ, sob a orientação da Dra Flavia Miller Naethe Motta, do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, conforme estão descritos na súmula que me foi entregue.

Estou informado (a) de que, se houver qualquer dúvida a respeito dos procedimentos que serão utilizados, terei total liberdade para questionar ou mesmo, me retirar desta pesquisa, quando assim julgar conveniente.

Meu consentimento está fundamentado na garantia de que eu serei respeitado em todos os sentidos, com destaque para os seguintes aspectos:

a) O meu nome não será divulgado, salvo se tiver minha autorização; todas as informações individuais têm caráter confidencial; a apresentação de resultados em congressos e artigos científicos utilizará apenas os dados gerais, de modo a não permitir a identificação individual dos participantes (Para garantir o sigilo sugerimos que forneça abaixo um codinome que possa ser utilizado nas situações relatadas acima);

- b) A eventual tomada de fotos, áudio ou videogravação é parte do processo de registros e ocorrerá com meu consentimento, não sendo permitida sua divulgação pública, com exceção da utilização em contextos estritamente acadêmicos;
- c) Todas as atividades do estudo serão planejadas junto à direção da instituição e de acordo com a conveniência da equipe, devendo ocorrer em horários que não prejudiquem os interesses pedagógicos e a rotina da instituição;
- d) As informações individuais da pesquisa estarão à minha disposição para consultas e esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Concordo com a minha participação neste estudo, assim como a eventual utilização dos materiais produzidos no decorrer da pesquisa para fins acadêmicos.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Codinome: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO**  
**MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,**  
**CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS**  
**POPULARES – PPGEDUC**

---

Projeto: **IMPACTOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DE ENCONTROS**

---

Pesquisador Responsável: Flávia do Carmo Bullé

Orientadora: Flavia Miller Naethe Motta

Prezado participante,

Venho por meio deste termo, apresentar o estudo: **IMPACTOS DE UMA INSTITUCIONALIZAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DE ENCONTROS**. Neste estudo busca-se compreender os impactos causados na Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir do advento da Resolução N°1. Compreendendo as transformações, decorrentes de sua trajetória histórica, as impressões e as inquietações causadas nos atores que no passado e ainda no presente, estiveram diretamente relacionados a esse contexto e que a partir deste estudo se encontram dialogicamente com o objetivo de participarem da escrita deste roteiro. Apegando-me a esses sentidos, o objetivo aqui é revelar os sujeitos que se tornam objetos da nossa pesquisa e assumem a potência de seu olhar exotópico diante da ‘germinação do novo’, assumindo diante deste cenário uma atitude responsiva.

Dessa forma, o senhor (a) está sendo convidado (a) a participar desse momento da pesquisa, onde pretendemos construir a narrativa através de encontros com alguns dos sujeitos que fizeram parte do processo, bem como, fontes documentais existentes, fotografias, atas, editais, projeto político pedagógico e outros.

Para que esta pesquisa possa ser realizada é fundamental a participação e colaboração do senhor (a), como alguém que foi sujeito da história. Sua primeira participação consiste em assinar o formulário em anexo, concordando com a participação na pesquisa. Como o formulário diz, todo material coletado é confidencial e de uso estrito para pesquisa. O material não será utilizado para avaliação profissional, ou para outro fim que não seja a pesquisa descrita acima. Neste momento solicitamos que participe da entrevista referente a esse processo, para tanto pedimos permissão para o registro em áudio.

É importante lembrar que sua autorização pode ser retirada a qualquer momento e que sua decisão será respeitada, sem perguntas. Estarei à sua disposição para eventuais dúvidas ou sugestões, bem como para uma conversa mais esclarecedora sobre a pesquisa. Posso ser contatada por e-mail – febulle@ig.com.br – ou por telefone (21) 996204950.

Desde já agradeço sua participação esperando que a pesquisa se traduza em contribuições recíprocas para o trabalho com a criança pequena.

Conto com seu apoio!

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

---

Flávia do Carmo Bullé  
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares-PPGEduc/UFRRJ

## **ANEXOS**

### **ANEXO A – PARECER DA RESOLUÇÃO Nº 1**

**PARECER HOMOLOGADO**  
**Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 28/2/2011, Seção 1, Pág. 25.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Associação Nacional de Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUUFEI)		<b>UF:</b> RS
<b>ASSUNTO:</b> Normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações		
<b>RELATOR:</b> Cesar Callegari		
<b>PROCESSO Nº:</b> 23001.000098/2010-71		
<b>PARECER CNE/CEB Nº:</b> 17/2010	<b>COLEGIADO:</b> CEB	<b>APROVADO EM:</b> 8/12/2010

## I – RELATÓRIO

### Histórico

A origem das instituições de Educação Infantil ligadas a órgãos da Administração Pública Federal associa-se à concepção de “creche no local de trabalho” e remete-nos ao percurso da luta por creches, iniciada na década de 1970, pelos movimentos sociais de comunidades, mulheres trabalhadoras, feministas, empregadas de empresas públicas e privadas que reivindicavam melhores condições de vida e o atendimento à criança na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Nessa perspectiva, as instituições de Educação Infantil ligadas a órgãos da Administração Pública Federal originam-se na década de 1970, associadas à luta pelo direito de assistência à criança na ausência da mãe e a partir do princípio de apoio do empregador ao direito da mulher trabalhadora que reivindicava um local onde pudesse deixar seus filhos durante a jornada de trabalho.

O marco legislativo desse percurso histórico é o Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que regulamenta a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), explicitando a exigência de local apropriado onde as empregadas pudessem guardar os filhos sob vigilância e assistência no período de amamentação nos estabelecimentos em que trabalhem pelo menos trinta mulheres.

Outras normas também vigoraram nesse período, tais como a Portaria nº 1, de 15 de janeiro de 1969, e a Portaria nº 1, de 6 de janeiro de 1971, do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT). É importante destacar que essas legislações não tratam do direito à creche nos locais de trabalho, mas somente do direito da mulher trabalhadora com idade de 16 (dezesseis) a 40 (quarenta) anos de amamentar seu filho durante a jornada de trabalho.

É neste contexto que surgem as primeiras unidades de Educação Infantil nas universidades federais brasileiras. A primeira, na Universidade Federal de São Paulo, em 1971, seguida, em 1972, da creche da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ambas em funcionamento.

Na década de 1980, o número de creches nas universidades federais apresenta significativa expansão, quando os servidores dessas universidades federais, tanto mulheres quanto homens, passam a ter o direito à creche no local de trabalho. Esse direito é regulamentado pelo Decreto nº 93.408, de 10 de outubro de 1986, que dispõe sobre a

**PARECER HOMOLOGADO**

**Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 28/2/2011, Seção 1, Pág. 25.**

instituição da assistência pré-escolar para os filhos e dependentes de servidores de órgãos da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações sob supervisão ministerial. A partir desse dispositivo legal, o atendimento às crianças poderia ser feito por meio de instalação de creches, maternais ou jardins de infância como unidades integrantes da estrutura organizacional dos órgãos federais.

Atualmente, existem 26 unidades de Educação Infantil em 19 universidades federais e ainda unidades de Educação Infantil funcionando ligadas ao Ministério da Saúde, à Imprensa Oficial, no âmbito do Poder Executivo, e outras ligadas ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo.

A Constituição Federal de 1988 reafirma o direito social dos pais trabalhadores urbanos e rurais ao atendimento em creches e pré-escolas a seus filhos e dependentes:

*Art.7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

(...)

*XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;*

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

(...)

Mas o art. 208 da Constituição Federal estabelece que:

*O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

(...)

*IV - Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;*

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Desta forma, a Educação Infantil passa a ser reconhecida como um direito de todas as crianças, um dever do Estado e uma opção da família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, reafirma dispositivos da Constituição Federal, destacando a creche como um direito de todas as crianças independentemente da situação trabalhista de seus pais.

O Decreto nº 977, de 10 de setembro de 1993, revoga o Decreto nº 93.408, de 10 de outubro de 1986, e determina que a assistência pré-escolar destinada aos filhos e dependentes dos servidores públicos da Administração Federal poderá ser prestada na modalidade direta, por meio de creches próprias, ou indireta, por intermédio do auxílio pré-escolar caracterizado por um valor mensal que o servidor recebe do órgão ou entidade a que se vincula. Esse Decreto veda a criação de novas creches como unidades integrantes da estrutura organizacional dos órgãos da Administração Pública Federal, sendo que aquelas em funcionamento podem ser mantidas.

Em 1996, é promulgada a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais caracterizou a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, estabeleceu um conjunto de critérios e exigências para a estrutura e funcionamento da Educação Infantil pública e privada e determinou a integração das creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas no sistema de ensino em que se situarem.

No contexto da integração da Educação Infantil ao sistema educacional, as unidades de Educação Infantil ligadas aos órgãos da Administração Pública Federal encontram-se em

**PARECER HOMOLOGADO**

**Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 28/2/2011, Seção 1, Pág. 25.**

situação por vezes indefinida e, em geral, carecem de melhores condições institucionais de funcionamento.

A diversidade dos modos de vinculação administrativa das unidades de Educação Infantil na estrutura das instituições e as diferentes formas de manutenção, financiamento, composição e formação de quadros de pessoal evidenciam ausência de padrão de funcionamento.

Vale ressaltar, ainda, que o mapeamento realizado pela ANUFEI em relação às vinte unidades de Educação Infantil ligadas às universidades federais no país destaca que, das 3.000 crianças atendidas, nem todas vêm sendo registradas no censo escolar do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP/MEC).

A partir de dados da ANUFEI, constata-se uma diversidade de situações caracterizando as seguintes ocorrências:

- variedade de instituições vinculadoras: Centro de Ciências da Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pró-Reitorias de Assuntos da Comunidade Universitária, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, Colégio Universitário, Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, Unidade de Administração de Pessoas/Hospital de Clínicas, Coordenadorias de Educação Básica e Profissional, Departamento de Economia Doméstica, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, Pró-Reitoria de Recursos Humanos, Colégio de Aplicação, Pró-Reitoria de Extensão/Departamento de Assuntos Comunitários;
- carreira docente: instituições que não prevêem quadro de carreira docente; outras que prevêem, por exemplo, professores efetivos de seu quadro, professores de Educação Básica, técnica e tecnológica;
- diversidade nas fontes de manutenção das unidades: recursos humanos que são vinculados e mantidos integralmente pelas IFES, por convênios, contratos com empresas terceirizadas. Existem, ainda, casos de instituições com profissionais mantidos pela iniciativa privada, como as associações de pais, servidores, cooperativas, sindicatos e contribuições dos pais, e outros mantidos por fundações universitárias;
- equipes profissionais com formações distintas: professores com nível superior, graduados em Pedagogia, Geografia, História, Educação Física, habilitados em Pedagogia e Educação Especial, especialização, mestrado e doutorado;
- equipes de trabalho com composição diversificada, contendo: recreacionista, enfermeiro, técnico em enfermagem, nutricionista, auxiliar de nutrição, fonoaudiólogo, psicólogo, mestre de edificações e infraestrutura, auxiliar de creche, técnico em assuntos educacionais, copeiros, porteiros, cozinheira, agentes administrativos, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, estudantes e bolsistas de graduação dos diferentes cursos.

Com base nesse quadro de informações, a ANUFEI encaminhou consulta à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação solicitando esclarecimento e orientação quanto à regulamentação de normas de funcionamento dessas unidades de Educação Infantil.

**Mérito**

### **PARECER HOMOLOGADO**

**Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 28/2/2011, Seção 1, Pág. 25.**

Em relação à situação institucional constata-se que as unidades de Educação Infantil funcionando ligadas a órgãos da Administração Pública Federal, caracterizam-se como públicas ou privadas.

Unidade de Educação Infantil mantida e administrada por universidade federal, ministério ou autarquia federal caracteriza-se, de acordo com o art. 16, inciso I, da LDB, como instituição pública de ensino mantida pela União e integra o sistema federal de ensino. Nesse sentido, nos termos da legislação vigente, deve:

- oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência de crianças na faixa etária do atendimento;
- realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra;
- atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino;
- garantir ingresso dos profissionais da educação, exclusivamente por meio de concurso público de provas e títulos;
- assegurar carreira e valorização dos profissionais do magistério;
- oferecer aperfeiçoamento profissional continuado;
- assegurar piso salarial profissional; e
- assegurar condições adequadas de trabalho.

Como estabelecimentos educacionais do sistema federal de ensino, cabe ao Conselho Nacional de Educação, na sua função de órgão normativo do sistema federal, portanto na sua dimensão de conselho federal, regulamentar os procedimentos de funcionamento das creches e pré-escolas vinculadas e mantidas por órgãos da Administração Pública Federal, assim como é competência do Ministério da Educação supervisionar, assessorar e colaborar, técnica e financeiramente, para o adequado funcionamento dos estabelecimentos educacionais do seu sistema.

As unidades de Educação Infantil que funcionem em espaço/prédio de órgão da Administração Pública Federal, mas que sejam mantidas e administradas, mediante convênio, por pessoa física ou jurídica de direito privado, tais como cooperativas, associações, sindicatos ou similares, caracterizam-se como estabelecimentos privados e integram o respectivo sistema de ensino municipal, distrital ou estadual e, portanto, devem orientar seu funcionamento e solicitar autorização para ofertar a Educação Infantil ao Conselho de Educação do respectivo sistema.

#### **Do funcionamento da instituição de Educação Infantil do sistema federal de ensino**

Para funcionar, as unidades de Educação Infantil que integram o sistema federal de ensino devem ter um projeto pedagógico que:

- considere as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009);
- apresente os fins e objetivos da unidade educacional;
- explicita as concepções de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem;
- considere as características da população a ser atendida e da comunidade em que se insere;
- especifique seu regime de funcionamento parcial ou integral;
- descreva o espaço físico, as instalações e os equipamentos existentes;
- relacione os recursos humanos da unidade;

**PARECER HOMOLOGADO**  
**Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 28/2/2011, Seção 1, Pág. 25.**

estrutura administrativa e organizacional, de forma a assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento.

As unidades em funcionamento devem, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da publicação da Resolução decorrente deste Parecer, adotar as medidas necessárias à observância das normas indicadas.

**II – VOTO DO RELATOR**

Em vista do exposto, propõe-se a aprovação deste Parecer e do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante.

Brasília, (DF), 8 de dezembro de 2010.

Conselheiro Cesar Callegari – Relator

**III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator.  
Sala das Sessões, em 8 de dezembro de 2010.

Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Presidente

Conselheiro Adeum Hilário Sauer – Vice-Presidente

**PARECER HOMOLOGADO**  
**Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 28/2/2011, Seção 1, Pág. 25.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**

*Fixa as normas de funcionamento de unidades educacionais de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.*

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, no Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e na Resolução CNE/CEB nº 5/2009, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº /2010, homologado por despacho do Senhor Ministro da Educação, publicado no DOU de de de , resolve:

Art. 1º As unidades de Educação Infantil mantidas e administradas por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela União caracterizam-se, de acordo com o art. 16, Inciso I, da Lei nº 9.394/96, como instituições públicas de ensino mantidas pela União, integram o sistema federal de ensino e devem:

I – oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõem a atender;

II – realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra;

III – atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino;

IV – garantir ingresso dos profissionais da educação, exclusivamente, por meio de concurso público de provas e títulos;

V – assegurar planos de carreira e valorização dos profissionais do magistério e dos funcionários da unidade educacional;

VI – garantir o direito à formação profissional continuada;

VII – assegurar piso salarial profissional; e

VIII – assegurar condições adequadas de trabalho.

§ 1º Unidades educacionais de Educação Infantil que funcionam em espaço/prédio de órgão da Administração Pública Federal, mantidas e administradas, mediante convênio, por pessoa física ou jurídica de direito privado tais como cooperativas, associações, sindicatos ou similares, caracterizam-se como estabelecimentos privados e integram o respectivo sistema de ensino municipal, estadual ou do Distrito Federal e, portanto devem orientar seu funcionamento e solicitar autorização para ofertar a Educação Infantil ao Conselho de Educação do respectivo sistema.

Art. 2º Para funcionar, as unidades de Educação Infantil que integram o sistema federal devem ter um projeto pedagógico que:

I – considere as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009);

II – apresente os fins e objetivos da unidade educacional;

**PARECER HOMOLOGADO****Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 28/2/2011, Seção 1, Pág. 25.**

III – explicita uma concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem;

IV – considere as características da população a ser atendida e da comunidade em que se insere;

V – especifique seu regime de funcionamento, parcial ou integral;

VI – descreva o espaço físico, as instalações e os equipamentos existentes;

VII – relacione os recursos humanos da unidade;

VIII – aponte os critérios de organização dos agrupamentos de crianças;

IX – indique a razão professor/criança existente ou prevista;

X – descreva a organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;

XI – indique as formas previstas de articulação da unidade educacional com a família, com a comunidade e com outras instituições que possam colaborar com o trabalho educacional; e

XII – descreva o processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sendo que os processos de avaliação não têm a finalidade de promoção.

Artigo 3º O projeto pedagógico de que trata o artigo anterior deve ainda especificar:

I – a forma de realização do planejamento geral da unidade: período, participantes e etapas; e

II – os critérios e periodicidade da avaliação institucional, assim como os participantes e responsáveis por essa avaliação.

Art. 4º O funcionamento dessas unidades de Educação Infantil ocorrerá no período diurno e poderá ser ininterrupto no ano civil, respeitados os direitos trabalhistas dos professores e funcionários, devendo a permanência da criança em jornada parcial ter duração mínima de 4 (quatro) horas e a jornada em tempo integral ter duração mínima de 7 (sete) horas.

Art. 5º O espaço físico previsto para abrigar a unidade de Educação Infantil deverá adequar-se à finalidade de educar/cuidar de crianças pequenas, atender às normas e especificações técnicas da legislação pertinente e apresentar condições adequadas de acesso, acessibilidade, segurança, salubridade, saneamento e higiene.

Art. 6º Os espaços internos deverão atender às diferentes funções da unidade educacional e conter uma estrutura básica que contemple a faixa etária atendida e as crianças com deficiências, compostos por:

I – espaço para recepção;

II – salas para os serviços administrativos e pedagógicos e salas para professores;

III – salas ventiladas e iluminadas para as atividades das crianças com mobiliários e equipamentos adequados, além de visão para o espaço externo;

IV – refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança;

V – instalações sanitárias completas, suficientes e adequadas, quer para as crianças, quer para os adultos;

**ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 1**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE MARÇO 2011 (\*)

*Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.*

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea “a” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, no art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 17/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º As unidades de Educação Infantil mantidas e administradas por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela União caracterizam-se, de acordo com o art. 16, inciso I, da Lei nº 9.394/96, como instituições públicas de ensino mantidas pela União, integram o sistema federal de ensino e devem:

I – oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõem a atender;

II – realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra;

III – atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino;

IV – garantir ingresso dos profissionais da educação, exclusivamente, por meio de concurso público de provas e títulos;

V – assegurar planos de carreira e valorização dos profissionais do magistério e dos funcionários da unidade educacional;

VI – garantir o direito à formação profissional continuada;

VII – assegurar piso salarial profissional; e

VIII – assegurar condições adequadas de trabalho.

Parágrafo único. Unidades educacionais de Educação Infantil que funcionam em espaço/prédio de órgão da Administração Pública Federal, mantidas e administradas, mediante convênio, por pessoa física ou jurídica de direito privado, tais como cooperativas, associações, sindicatos ou similares, caracterizam-se como estabelecimentos privados e integram o respectivo sistema de ensino municipal, estadual ou do Distrito Federal e, portanto, devem orientar seu funcionamento e solicitar autorização para ofertar a Educação Infantil ao Conselho de Educação do respectivo sistema.

Art. 2º Para funcionar, as unidades de Educação Infantil que integram o sistema federal devem ter um projeto pedagógico que:

- I – considere as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009);
- II – apresente os fins e objetivos da unidade educacional;
- III – explicita uma concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem;
- IV – considere as características da população a ser atendida e da comunidade em que se insere;
- V – especifique seu regime de funcionamento, parcial ou integral;
- VI – descreva o espaço físico, as instalações e os equipamentos existentes;
- VII – relacione os recursos humanos da unidade;
- VIII – aponte os critérios de organização dos agrupamentos de crianças;
- IX – indique a razão professor/criança existente ou prevista;
- X – descreva a organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;
- XI – indique as formas previstas de articulação da unidade educacional com a família, com a comunidade e com outras instituições que possam colaborar com o trabalho educacional; e
- XII – descreva o processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sendo que os processos de avaliação não têm a finalidade de promoção.

Art. 3º O projeto pedagógico de que trata o artigo anterior deve ainda especificar:

- I – a forma de realização do planejamento geral da unidade: período, participantes e etapas; e
- II – os critérios e a periodicidade da avaliação institucional, assim como os participantes e responsáveis por essa avaliação.

Art. 4º O funcionamento dessas unidades de Educação Infantil ocorrerá no período diurno e poderá ser ininterrupto no ano civil, respeitados os direitos trabalhistas dos professores e funcionários, devendo a permanência da criança em jornada parcial ter duração mínima de 4 (quatro) horas e a jornada em tempo integral ter duração mínima de 7 (sete) horas.

Art. 5º O espaço físico previsto para abrigar a unidade de Educação Infantil deverá adequar-se à finalidade de educar/cuidar de crianças pequenas, atender às normas e especificações técnicas da legislação pertinente e apresentar condições adequadas de acesso, acessibilidade, segurança, salubridade, saneamento e higiene.

Art. 6º Os espaços internos deverão atender às diferentes funções da unidade educacional e conter uma estrutura básica que contemple a faixa etária atendida e as crianças com deficiências, compostos por:

- I – espaço para recepção;
- II – salas para os serviços administrativos e pedagógicos e salas para professores;
- III – salas ventiladas e iluminadas para as atividades das crianças, com mobiliários e equipamentos adequados, além de visão para o espaço externo;
- IV – refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança;
- V – instalações sanitárias completas, suficientes e adequadas, quer para as crianças, quer para os adultos;
- VI – berçário se for o caso, provido de berços individuais e com área livre para movimentação das crianças, além de local para a amamentação, higienização e banho de sol das crianças;
- VII – área coberta para as atividades externas com as crianças, compatível com a capacidade de atendimento por turno da unidade educacional.

Art. 7º A gestão da unidade educacional e a coordenação pedagógica (se houver) deverão ser exercidas por profissionais formados em curso de graduação em Pedagogia ou em nível de

pós-graduação em Educação, e os professores que atuam diretamente com as crianças deverão ser formados em curso de Pedagogia ou Curso Normal Superior, admitida ainda, como mínima, a formação em nível médio na modalidade Normal.

Art. 8º No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta Resolução, as universidades devem definir a vinculação das unidades de Educação Infantil na sua estrutura administrativa e organizacional e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento.

Art. 9º As unidades educacionais de que trata esta Resolução, já em funcionamento, devem no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Resolução, adotar as medidas necessárias à observância das normas aqui contidas.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

## ANEXO C- ENCAMINHAMENTOS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Escola de Educação Infantil



Ao Magnífico Reitor Professor Carlos Antônio Levi da Conceição,

Este documento tem como objetivo solicitar a designação de um Grupo de Trabalho que irá estudar e fazer os encaminhamentos necessários para vinculação da Escola de Educação Infantil como órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Destacamos que a referida escola vive na atualidade um momento de transição, tendo em vista o cumprimento da Resolução nº 1 do MEC, de 10 de março de 2011, que fixa as normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. O artigo 1º da Resolução determina que *"as unidades de Educação Infantil mantidas e administradas por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela União caracterizam-se, de acordo com o art. 16, inciso I, da Lei nº 9394/96, como instituições públicas de ensino mantidas pela União e integram o sistema federal de ensino"*. O artigo 8º afirma que estas instituições *"No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta Resolução, as unidades devem definir a vinculação das unidades de Educação Infantil na sua estrutura administrativa e organizacional e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento."*

(Diário Oficial da União de 11/03/2011).

Diversas iniciativas de diálogo e negociação com o propósito de discutir os encaminhamentos de institucionalização da Escola estão sendo realizadas entre a PR-4 (Pró-Reitoria em que a Escola está vinculada hoje, como benefício aos servidores), a Faculdade de Educação, o CFCH e o CAP da UFRJ.

No dia 21 de outubro os dirigentes dessas unidades compuseram a mesa do seminário intitulado "Qual o lugar da Escola de Educação Infantil na UFRJ". Este evento teve como objetivo levar essa discussão para a comunidade acadêmica e estabelecer um debate coletivo sobre as questões relacionadas à Educação Infantil na universidade.

Na perspectiva de avançarmos nestas discussões e buscando implantar, a atual Escola de Educação Infantil UFRJ, como um Centro de Referência em Educação Infantil, solicitamos ao Magnífico Reitor, a consolidação do Grupo de Trabalho que terá como compromisso institucional construir e encaminhar os documentos necessários para a vinculação da Escola de Educação Infantil ao CFCH e, desta forma, legitimar perante o MEC o real compromisso da Universidade em acatar as normas estabelecidas pela Resolução.

A Pró Reitoria de Pessoal e a Direção da escola solicitam que o GT seja constituído com os seguintes atores:

Professor Marcelo Macedo – Decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFRJ

Sr. Agnaldo Fernandes – Superintendente da Pró Reitoria de Pessoal-UFRJ

Professora Daniela Guimarães – Professora Adjunta da FE-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Rosane Cabral – Diretora Geral da EEI-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Barbara Bello – Diretora Substituta da EEI-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Patricia Passos – Coordenadora Pedagógica da EEI-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Isabela Farias – Coordenadora Pedagógica da EEI-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Edmilson dos Santos Ferreira – EEI-UFRJ

Atenciosamente,

## ANEXO D- PROJETO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA



FOLHA DE INFORMAÇÃO	PROCESSO Nº	FOLHA Nº
	20079.044036/2007-40	

Trata o presente processo do Projeto de Institucionalização da Escola de Educação Infantil na UFRJ.

Este Projeto foi elaborado por um Grupo de Trabalho instituído pela Reitoria da UFRJ, com a seguinte composição: Prof. Dr. Marcelo Macedo Corrêa e Castro (Docente do CFCH), Prof. Dra. Daniela Guimarães (FE), Sr. Agraldo Fernandes (Superintendente da PR4), Rosene Maria Ferreira Cabral (Diretora do Espaço de Educação Infantil), Patrícia Passos (Diretora-Substituta do Espaço de Educação Infantil), Bárbara Bello, Edmilson dos Santos Ferreira e Isabela Farias (TAEs do Espaço de Educação Infantil).

Em termos formais, o processo é constituído por:

- 1) Memorando do Grupo de Trabalho, informando a conclusão da fase inicial dos trabalhos e recomendando a publicação imediata do Regimento Interno do atual Espaço de Educação Infantil a fim de conferir a este plena existência institucional, bem como iniciar o processo de institucionalização da futura Escola de Educação Infantil como órgão suplementar do CFCH;
- 2) Documento referente ao Projeto de Institucionalização do Espaço de Educação Infantil, elaborado pelo Grupo de Trabalho, contendo histórico do Espaço, objetivos, justificativa, estruturação da proposta, bem como os recursos financeiros e humanos necessários;
- 3) Proposta de Regimento Interno do Espaço de Educação Infantil.

O Projeto Institucionalização do Espaço de Educação Infantil apresenta o histórico da constituição deste Espaço no âmbito da UFRJ, desde sua criação, em 1961, ainda com o nome de Creche Universitária Pintando a Infância, localizada no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). No ano de 1967, no âmbito de uma "reestruturação política e funcional", a creche é inserida na estrutura da então Divisão de Assistência Médica do Servidor (DAMS) – hoje DVST – até passar a fazer parte da Superintendência Geral de Pessoal e Serviços Gerais da PR4, em 1990, situação que permanece até a presente data. Ressalte-se que, conforme o documento apresentado, o nome Escola de Educação Infantil foi atribuído informalmente em 2006, quando da comemoração dos 25 anos de existência da unidade. Neste histórico, é relatada a aproximação cada vez maior da creche universitária com a Faculdade de Educação da UFRJ, voltada para a construção de um projeto político pedagógico capaz de integrar a FE, o CAP e a Escola de Educação Infantil no âmbito do CFCH, o que também é explicitado no Plano Diretor UFRJ 2020.

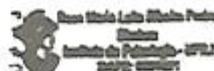
Assim, o Projeto propõe a institucionalização da Escola de Educação Infantil na estrutura organizacional da UFRJ, como órgão suplementar do CFCH, justificada não apenas pela incoerência de se manter uma Escola no organograma da Pró-Reitoria de Pessoal, mas sobretudo pela urgência de sua afirmação como unidade acadêmica integrando um pólo de

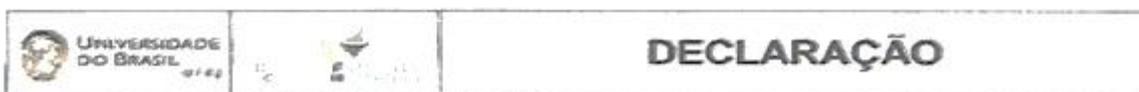
educação, capaz de contribuir para a formação do profissional de Educação, conjugando ensino, pesquisa e extensão.

Para além da enfatizada integração com a Faculdade de Educação, a Escola de Educação Infantil explícita, em seu organograma, integração com outras unidades do CFCH, a saber, a Escola de Serviço Social e o Instituto de Psicologia. Vale ressaltar que, com relação ao Instituto de Psicologia, esta integração já vem se dando através do Programa de Pesquisa-intervenção Oficinas de Leitura e Escrita, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Jane Corrêa (IP), com previsão de que a Escola de Educação Infantil se constitua em um campo de estágio para o Curso de Formação em Psicologia da UFRJ, o que, uma vez mais, reforça a pertinência da Escola no âmbito desta decania.

Tendo em vista o exposto, sou de parecer favorável ao Projeto de institucionalização da Escola de Educação Infantil como órgão suplementar do CFCH.

*Fernando T. Duarte*

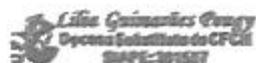


**ANEXO E- APROVAÇÃO DO PROJETO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que o **Conselho de Coordenação do CFCH**, reunido em sua 718ª Reunião Ordinária, realizada em 08/10/2012, **aprovou por unanimidade o Projeto de Institucionalização da Escola de Educação Infantil na UFRJ**, de que trata o Processo 23079.044086/2012-90, conforme parecer favorável emitido pela Prof.ª Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Diretora do Instituto de Psicologia da UFRJ e relatora do mencionado processo.

Em: 19/02/13

  
Prof.ª Lilia Guimarães Pougy  
Decana Substituta do CFCH



## ANEXO F – ATA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA TRICENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, ORDINÁRIA, REALIZADA SOB A PRESIDÊNCIA DO REITOR EM EXERCÍCIO, PROF. ANTONIO JOSÉ LEDO ALVES DA CUNHA, DIA 08 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE SESSÕES DO CONSELHO, GABINETE DO REITOR, ILHA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA, RIO DE JANEIRO.

Compareceram à sessão os seguintes conselheiros: 1. Profª Mônica Pereira dos Santos (representante dos Professores Adjuntos do CFCH), 2. Técnico-Administrativo José Carlos Pereira (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 3. Profª Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna (Decana do CCJE), 4. Prof. Luiz Antônio d'Ávila (representante dos Professores Associados do CT – suplente), 5. Profª Celina Maria de Souza Costa (representante dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), 6. Técnico-Administrativo Nilson Theobald Barbosa (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 7. Aluna Maria Leão de Aquino Silveira (representante do Corpo Discente – suplente), 8. Prof. Bruno Souza de Paula (representante dos Professores Adjuntos do CCMN), 9. Profª Diana Maul de Carvalho (representante dos Professores Associados do CCS), 10. Prof. Marcelo Macedo Corrêa e Castro (Decano do CFCH), 11. Prof. Roberto Leher (representante dos Professores Titulares do CFCH), 12. Prof. Pablo Cesar Benetti (Pró-Reitor de Extensão), 13. Aluno Julia Bustamante Silva (representante do Corpo Discente), 14. Técnico-Administrativa Mônica de Araujo Maluhy (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 15. Prof. Paulo Sergio Ramirez Diniz (representante dos Professores Titulares do CT – suplente), 16. Aluno Gregory de Magalhães Costa (representante do Corpo Discente – suplente), 17. Prof. Djalma Mosqueira Falcão (representante dos Professores Titulares do CT), 18. Profª Ivete Pomarico Ribeiro de Souza (representante dos Professores Titulares do CCS – suplente), 19. Profª Cristina Grafanassi Tranjan (Decana substituta do CLA), 20. Aluna Gabriela Nascimento Celestino (representante do Corpo Discente), 21. Prof. Ladimir José de Carvalho (representante dos Professores Adjuntos do CT), 22. Profª Flávia Lúcia Conceição (representante dos Professores Adjuntos do CCS), 23. Profª Maria Fernanda S. Quintela da C. Nunes (Decana do CCS), 24. Profª Cássia Curan Turci (Decana substituta do CCMN), 25. Prof. Mauro Melchhiades Dória (representante dos Professores Titulares do CCMN), 26. Prof. Walter Issamu Suemitsu (Decano do CT), 27. Profª Denise Barcellos Pinheiro Machado (representante dos Professores Titulares do CLA), 28. Técnico-Administrativa Neuza Luzia Pinto (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 29. Prof. Alcino Ferreira Câmara Neto (representante dos Professores Titulares do CCJE), 30. Profª Juliana N. Magalhães (representante dos Professores Associados do CCJE), 31. Profª Araceli Cristina de Sousa Ferreira (Pró-Reitora de Gestão e Governança), 32. Profª Debora Foguel (Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa) e 33. Técnico-Administrativo Roberto Antonio Gambine Moreira (Pró-Reitor de Pessoal). Compareceu como convidada: Profª Cristina Ayoub Riche (Ouvidora Geral da UFRJ). Justificaram a ausência: Prof. Nelson Ricardo de Freitas Braga (representante dos Professores Associados do CCMN), Profª Maria Cecilia de Magalhães Mollica e Profª Sônia Gomes Pereira (representantes efetivo e suplente dos Professores Titulares do CLA), Profª Lucia Rabello Castro (representante dos Professores Titulares do CFCH), Profª Norma Musco Mendes (representante dos Professores Associados do CFCH), Profª Deize Vieira dos Santos e Prof. Carlos Gonçalves Terra (representantes efetivo e suplente dos Professores Associados do CLA) e Profª Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho (representante do FCC).

Havendo número regimental, o REITOR em exercício deu início à sessão informando que recebeu comunicado da eleição dos novos conselheiros, a seguir: 1) Prof. Milton da Costa Lopes Filho, representante dos Professores Titulares do CCMN; 2) Prof. Bruno Souza de Paula, representante dos Professores Adjuntos do CCMN; e 3) Alunos Juliana Caetano da Cunha e Gregory Magalhães Costa, representantes efetivo e suplente do Corpo Discente – Pós-Graduação. Informou, também, que comparecia à sessão a aluna Maria Leão de Aquino Silveira, representante suplente do Corpo Discente. Deu as boas vindas aos novos conselheiros presentes. Em seguida, colocou em discussão as atas das sessões de 13 e 27 de junho de 2013. Não havendo manifestações, colocou em votação. Aprovadas, por unanimidade. Passou a palavra à Conselheira Diana Maul apresentar os Informes da Comissão de Acompanhamento – Hospitais Universitários. A Conselheira DIANA MAUL informou que está sendo feito um rodízio na presidência e a Comissão se reuniu, presidida hoje pelo Prof. Walter Suemitsu que, nesse momento, e está na reunião da Comissão de Desenvolvimento. Disse que foi feito um balanço do andamento dos trabalhos até agora e a maioria dos grupos parece que está desenvolvendo satisfatoriamente seus trabalhos. Falou que a Comissão está encaminhando a todos os grupos técnicos um pedido de entrega dos relatórios para o início da semana que vem, cumprindo o prazo determinado por esse Colegiado. Informou que será realizada uma reunião da Comissão de Acompanhamento na semana que vem para avaliar o recebimento e o escopo desses relatórios e, em seguida, está prevista a convocação de uma reunião geral com todos os grupos técnicos para uma apresentação e discussão antes do encaminhamento ao Conselho Universitário do resultado final desse trabalho. Iniciado o Expediente, a Conselheira JULIA BUSTAMANTE informou que estão acontecendo casos de assédio aqui na Ilha do Fundão, com estudantes de Letras que foram perseguidas no ponto de ônibus saindo do curso noturno. Disse que isso é um caso muito grave que aconteceu recentemente e que ainda é pior, pois não é um caso isolado. Comentou que precisam ser tomadas medidas sobre a questão da segurança. Sobre o Hospital Universitário, falou que o DCE vem acompanhando esses trabalhos e considera importante pensar essa situação à luz de documentos, como uma auditoria do TCU, que não foi propriamente apreciada por esse Conselho. Disse que o DCE, o AdUFRJ e o SINTUFRJ vão entrar hoje com um pedido de sindicância e considera importante inserir essa discussão como ponto no Conselho. O Conselheiro ROBERTO LEHER lembrou que o Conselho aprovou uma série de encaminhamentos relativos à necessidade uma comissão que examinasse de fato, em caráter sindicante, o que teria motivado a CGU a fazer a demissão do professor Geraldo. Disse que é preciso ver o resultado dessa comissão, assim como o problema que identificamos como um problema muito grave, que foi um parecer do representante da AGU, que inclusive faz ameaças ao Conselho Universitário. Comentou que é preciso ter informação sobre o andamento desses encaminhamentos. Sobre o acórdão do TCU, a respeito da questão administrativa do nosso Hospital Universitário, identificando uma série de problemas de imensa gravidade no que diz respeito ao controle de pessoal, da situação geral de pessoal, de licitações, etc. Disse que lhe parece que a proposta de uma sindicância é fundamental nesse momento para a Universidade, pois temos que ter encaminhamentos que se antecipem a qualquer perspectiva de heteronomia da Controladoria Geral da União e temos que pautar formalmente essa questão no Conselho. Disse que precisamos pautar a questão do acesso à classe de professor titular e, de fato, começar a fazer a normatização interna, pois essa demanda está se avolumando e estamos chegando a um momento que temos que ter encaminhamentos objetivos quanto à questão do acesso. Falou que temos que ter, também, um posicionamento do Conselho Universitário em relação à questão salarial dos atuais professores titulares, porque há interpretações da AGU que corroboram a perda das gratificações que esses docentes possuíam. Disse que, no entanto, há um acórdão do TCU feito pela Universidade Federal de Santa Catarina, que confirma que não seria necessária a perda das ações, etc., na medida em que não há o desvínculo completo das duas situações, entre a carreira anterior e ao ingresso na classe de titular. Falou que temos que pautar essa questão para que não haja quebra da isonomia salarial na UFRJ. Destacou, como preocupação, a metodologia de discussão interna à ANDIFES. Disse que encontramos toda hora, na imprensa, no site da ANDIFES, posicionamentos da entidade que reúne os reitores das federais, sobre assuntos de enorme importância sem que saibamos como essas decisões estão sendo tomadas, na medida em que

seria altamente negativo que os reitores tivessem tomando decisões à revelia das suas comunidades. Disse que temos que compreender melhor e pautar os posicionamentos da ANDIFES, para que não haja divórcio entre a fala da ANDIFES e o que os conselhos superiores das universidades estão avaliando e discutindo sobre as grandes questões da educação brasileira nos dias de hoje. A Conselheira DIANA MAUL, sobre a questão dos professores associados, disse que é urgente e precisa ficar claro, pois foi uma grande conquista ter um professor titular incluído na carreira e não uma anomalia como era feito antes, em que a pessoa que tem uma carreira não chega ao final, a não ser dez por cento do quadro. Comentou que é urgente que se tome providências em relação à normatização dessa promoção. Falou que, no primeiro semestre do ano que vem, vários professores associados já terão direito a essa promoção. Em relação à questão do Hospital Universitário, disse que, até para proteção da própria instituição, da própria unidade e dos envolvidos no relatório que foi apresentado, é necessário que esta Universidade tome a liderança de apurar as questões e verificar quais são os fatos e como avaliamos os fatos que estão apontados. A Conselheira MÔNICA MALUHY, como parte interessada, pois a sua unidade é o Hospital Universitário, indagou ao Reitor em exercício se o diretor José Marcus foi afastado da direção do Hospital e, se foi, qual foi o motivo. O REITOR em exercício esclareceu que o Prof. José Marcus continua em atividade, não houve nenhum afastamento por parte da Reitoria, inclusive tem uma reunião marcada do Conselho de Administração para segunda-feira. A Conselheira MARIA FERNANDA, complementando, informou que o Prof. José Marcus está oficialmente de férias e está retornando agora. A Conselheira MÔNICA PEREIRA solicitou que fosse concedida a palavra ao representante da AdUFRJ. Endossou as falas do Prof. Roberto e da Profª Diana. Lembrou de outra urgência, inclusive mais antiga do que todas essas e que não vai desistir enquanto estiver presente neste Conselho, que é a nossa estatuinte. Conclamou os companheiros do Conselho a retomarmos a estatuinte. O Conselheiro NILSON THEOBALD reforçou a questão que vem colocando, frequentemente, aqui nesse Conselho, que é a questão do acesso de informática da nossa Universidade, correios eletrônicos, dados institucionais. Apresentou um anteprojeto de uma proposta de resolução, do seguinte teor: **“PROPOSTA DE RESOLUÇÃO.** Determina que os correios eletrônicos institucionais da Universidade sejam hospedados em servidores próprios da UFRJ, localizados dentro dos *campi* da Universidade. O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considerando o que consta no Proc. 23079.044469/2013-30, em sua sessão de ..... de ..... de ....., resolve: Art. 1º Determinar que os correios eletrônicos institucionais da Universidade, ou seja, finalizados com o sufixo ufrj.br, sejam hospedados em servidores próprios da UFRJ, localizados dentro dos *campi* da Universidade. Art. 2º A Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação deverá procurar os diversos setores que hoje hospedam seu serviço de correio fora da Universidade e estabelecer um cronograma de migração deste serviço para servidores administrados por esta Superintendência ou para servidores administrados pela própria Unidade, num prazo não maior que 6 (seis) meses a contar da data de aprovação desta Resolução. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro.” Comentou que a reitoria tem que claramente dizer o que está acontecendo com o Hospital Universitário. Falou que esteve em uma reunião, há pouco tempo, em que a Pró-Reitora de Gestão colocava que a PR-6 vai ser a responsável pelas licitações, pelas compras e por tudo que o Hospital está fazendo, o jornal da Universidade diz que a reitoria está socorrendo o Hospital, mas na verdade nós vimos que aconteceram diversas questões gravíssimas no Hospital Universitário, com denúncias que, deliberadamente, pessoas tentariam parar o Hospital Universitário para forçar uma situação de aprovação dessa questão da Universidade. Disse ser importante que essas denúncias sejam apuradas. O Conselheiro MARCELO CORRÊA E CASTRO disse que também está bastante preocupado com a regulamentação da questão dos titulares. Comentou sobre a necessidade da retomada da discussão sobre a estatuinte para uma definição clara do que queremos ser como Universidade. Com relação à questão do HU, disse estar também extremamente preocupado. Comentou que na reunião do CSCE, há um mês e meio atrás, compareceu uma quantidade grande de membros do corpo social que relatava o que vem relatado agora também. Anunciou a presença bastante expressiva, de membros do corpo social da

Escola de Educação Infantil e representante dos pais na sessão de hoje. Parabenizou e saudou, com muita gratidão, o Instituto de Psiquiatria pela comemoração dos seus setenta e cinco anos. Deixou o seu reconhecimento público e seu orgulho de pertencer a uma instituição onde existe um Instituto dessa ordem e dessa grandeza. A Conselheira MARIA LEÃO transmitiu o posicionamento dos estudantes do DCE Mario Prata, que é de se colocar ao lado do corpo institucional da Escola de Educação Infantil, das suas crianças, dos seus professores e dos seus pais e mães, para torná-la um órgão da UFRJ, do CFCH, de onde sempre deveria ter sido. Comentou que é importante garantirmos a autonomia do nosso Hospital Universitário. Disse que o complexo hospitalar da UFRJ foi um grande avanço ao longo do século XX, um auxílio na construção do sistema de saúde pública do Brasil e assim ele deve se manter, não sendo privatizado e nem precarizado. Falou que seus problemas devem ser investigados a sério e a fundo por esse Conselho Universitário. A Conselheira JULIANA MAGALHÃES despediu-se do Conselho por ser hoje o último dia do seu mandato. Agradeceu a todos, por ter aprendido muitíssimo com os conselheiros mais antigos, especialmente o Prof. Aloísio Teixeira. Agradeceu, também, a Decana do CCJE e o Prof. Alcino. Terminando o Expediente, deixaram de se manifestar os Conselheiros Gregory Magalhães Costa e Alcino Ferreira Câmara Neto. A seguir, o REITOR em exercício submeteu ao plenário a concessão da palavra à representante da AdUFRJ. Autorizada pelo Conselho, a Prof<sup>a</sup> LUCIANA BOITEUX, sobre a auditoria foi feita pelo TCU nas contas e no funcionamento do nosso Hospital Universitário, informou que a AdUFRJ, o SINTUFRJ e o DCE Mário Prata estão encaminhando formalmente a Reitoria uma solicitação de sindicância para apuração desses fatos relatados. Em seguida, o REITOR em exercício submeteu ao plenário a proposta de Ordem do Dia, Não havendo manifestações, colocou em votação. Aprovada, por unanimidade. Passou-se ao item 1 – Proc. 23079.031863/2012-19 – CT/EQ – Progressão funcional docente de Professor Adjunto IV para Professor Associado I. Não considerado apto pela Banca de Avaliação. Recurso ao CONSUNI. Interessado: Alexandre de Castro Leiras Gomes. A Conselheira MÔNICA P. DOS SANTOS fez a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas, cuja conclusão é a seguinte: “Por todo o exposto, sou de parecer favorável à concessão da progressão ao professor Alexandre de Castro Leiras Gomes, como também recomendo que o CT, atualize seus critérios de progressão à luz do que sugere o art. 3º do capítulo I do anexo da Res. CONSUNI 07/2006, segundo o qual “Para cada grupo de atividades de magistério, serão considerados os itens específicos de avaliação (...), **admitindo-se acréscimos e exclusões de itens (grifos nossos) (...)**.” Após ampla discussão, o Conselheiro MAURO DÓRIA pediu vista do processo. Passou-se ao item 2 – Proc. 23079.032834/2013-37 – FUJB – Referendar o Estatuto social da Fundação Universitária José Bonifácio e sua única alteração. Concordância com o recredenciamento da Fundação Universitária José Bonifácio, como instituição de apoio à Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao MEC/SESu. Declarar que os projetos listados no Relatório de Gestão já desenvolvidos e os que se encontram em fase de desenvolvimento, em parceria com a UFRJ, foram aprovados pelas suas respectivas instâncias acadêmicas competentes. O Conselheiro WALTER SUEMITSU fez a leitura do parecer da Comissão de Desenvolvimento, do seguinte teor: “Trata o presente processo da Prestação de Contas e do Relatório Anual da FUJB referente ao exercício de 2012. Em complemento ao parecer às fls. 3 e 4, a Comissão de Desenvolvimento é de parecer favorável que o Conselho Universitário: 1) Referende o Estatuto Social da Fundação José Bonifácio e sua única alteração; 2) Recredencie a FUJB como Instituição de Apoio à Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao MEC/SESu e ao MCTI; 3) Aprove o Relatório de Gestão e Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2012 da FUJB com as ressalvas apontadas às fls. 3 e 4; 4) Confirme que os projetos listados no Relatório de Gestão já desenvolvidos e os que se encontram em fase de desenvolvimento, em parceria com a UFRJ, foram aprovados pelas suas respectivas instâncias acadêmicas competentes.” O REITOR em exercício colocou em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento. Não havendo manifestações, colocou em votação. Aprovado, com 1 (uma) abstenção. Passou-se ao item 3 – Proc. 23079.044086/2012-90 – CFCH – Criação da Escola de Educação Infantil como Órgão Suplementar do CFCH. Aprovada pelo Conselho de Coordenação do CFCH. A Conselheira IVETE POMARICO fez a leitura do parecer da Comissão de Ensino e Títulos favorável à aprovação da

proposta. A Conselheira MÔNICA P. DOS SANTOS fez a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas favorável à aprovação da proposta. O Conselheiro ALCINO CÂMARA NETO apresentou parecer oral, da Comissão de Desenvolvimento, subscrevendo o parecer da Comissão de Legislação e Normas. Após as manifestações de vários Conselheiros favoráveis à criação da Escola de Educação Infantil, o REITOR em exercício solicitou a manifestação do Conselho indicando a posição dos Conselheiros. Os Conselheiros se manifestaram, por unanimidade, favoráveis à aprovação da proposta. Face à presença de vários estudantes que participavam do Encontro Nacional de Casas de Estudantes (Ence), na Cidade Universitária da UFRJ, O REITOR em exercício, interrompeu a discussão da pauta, para que esses estudantes pudessem apresentar as suas reivindicações. Após a manifestação de vários representantes dos alunos, apresentado suas demandas sobre políticas de assistência, e a manifestação de diversos conselheiros, o REITOR em exercício, constituiu uma Comissão para discutir a questão, integrada pelo Prof. Carlos Rangel Rodrigues, Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, pelo Superintendente Geral de Políticas Estudantis, Prof. Antônio José Barbosa de Oliveira, por um representante do DCE, por um representante da APG, por um representante da Escola de Serviço Social e por um representante Assembleia do Alojamento. Terminado o prazo regimental, o REITOR em exercício agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Eu, Ivan da Silva Hidalgo, Secretário dos Órgãos Colegiados, para constar, lavrei a presente ata, que aprovada na sessão de 26 de setembro de 2013, é assinada por mim \_\_\_\_\_ e pelo Reitor em exercício, Prof. Antonio José Ledo Alves da Cunha.

## ANEXO G – REUNIÃO DO CONSELHO DE CENTRO

05/01/2016

Em busca de lugar para a Educação Infantil na UFRJ

INICIAL | ANDÉS - SN | SEÇÕES SINDICAIS | FILIAR SE | FALE CONOSCO | FAÇA LOGIN

**AdUFRJ**  
SEÇÃO SINDICAL

Facebook Twitter YouTube Google Plus

INICIAL | NOTÍCIAS | SEÇÃO SINDICAL | FILIAR SE | CONSELHO | REUNIÃO | NOTÍCIA

Segunda, 15 Junho 2015 17:57

Facebook Twitter Google Plus

## Em busca de um lugar para a Educação Infantil na UFRJ

CFCH debate os problemas da EEI, que não possui professores efetivos, orçamento ou prédio próprio

**Quase cem crianças são atendidas na Unidade**

Silvana Sá. [silvana@adufj.org.br](mailto:silvana@adufj.org.br)

O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) debateu, dia 8, as necessidades da Escola de Educação Infantil. Este foi um primeiro encontro aberto promovido com o objetivo de "pensar o novo lugar da educação infantil na UFRJ", conforme destacou a vice-decana do CFCH, professora Monica Lima. A reunião, a princípio extraordinária do Conselho de Coordenação de Centro, perdeu o caráter deliberativo, pois a maior parte dos representantes não compareceu.

Alessandra Sarrás, diretora da escola, afirmou que, neste momento, a EEI precisa integrar seu trabalho pedagógico à Faculdade de Educação e ao Colégio de Aplicação. E citou alguns dos problemas atuais: "Somos escola sem professor no quadro, sem orçamento, sem prédio próprio. Todo o pessoal fora de sala é composto por técnicos-administrativos, inclusive na direção", esclareceu. A escola funciona em período integral, das 7h30 às 17h30. São 28 professores que atendem 94 crianças distribuídas em grupos que vão dos quatro meses aos cinco anos e onze meses.

Luciana Boiteux, diretora da Adufj-SSind, compareceu ao encontro e expôs a preocupação da Seção Sindical com as questões que afetam o corpo docente da escola: "Não há como pensar acesso sem pensar nas condições de trabalho. Como desenvolver um projeto pedagógico sem a garantia de vagas para professores efetivos?".

Atualmente, a EEI conta apenas com professores substitutos. E, há mais de um ano, está pendente a realização de um concurso para o quadro efetivo da unidade – vale lembrar que um dos eixos principais da greve nacional organizada pelo Andes-SN é a contratação imediata para atender às demandas, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva.

Os contratos atuais da EEI têm vigência de um ano, prorrogáveis por mais seis meses e depois por mais seis meses. Mesmo os substitutos não são lotados na Escola: seus contratos temporários são formalizados via Faculdade de Educação, como professores de nível superior e não do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT).

Ana Maria Monteiro, diretora da Faculdade de Educação, defendeu a existência do CAP e da Escola de Educação Infantil na universidade: "Além do atendimento à sociedade, essas unidades são campos de formação de professores. São tão importantes quanto a existência do hospital universitário para a formação na área de saúde".

A diretora Maria Luíza Mesquita, do CAP, expôs a dificuldade em negociar vagas EBTT em Brasília: "É importante que a universidade tenha uma atuação propositiva junto ao MEC para pressionar pela ampliação do número de vagas docentes para EBTT. Durante as reuniões de diretores de Colégios de Aplicação federais, alguns conflitos surgem porque o MEC ainda não reconhece a Escola de Educação Infantil da UFRJ", disse.

**Reserva de vaga**

Outro tema que fez parte das reflexões da reunião foi uma petição assinada por pais da EEI que pediam o acesso automático de seus filhos ao CAP-UFRJ após atingida a idade limite de permanência na ex-Creche Universitária. A diretora do CAP esclareceu que isto se caracteriza como reserva de vagas, o que seria inconstitucional e facilmente questionável na Justiça: "A expectativa da reserva de vagas para 2016 não vai se

Boletim da AdUF

Corte ameaça a Fape

U

COMUNICANDO AOS ASSOCIADOS

**Comunicação em transformação**

A comunicação da Adufj com associados também está mudando. As transformações serão implementadas aos poucos começamos fazendo somente uma reletura do logo. A logomarca, após 15 anos de vigência, ganhou uma tipologia mais leve. O conteúdo do site reorganizado. A circulação do jornal impresso será momentaneamente interrompida. Estamos pensando em uma comunicação mais dinâmica internet, para as notícias do dia. O jornal impresso deve circular em intervalos maiores com um conteúdo mais atual. Nos próximos meses, o site publicações da Adufj serão reformulados. Participe da mudança! Envie sugestões para [canalaberto@adufj.org.br](mailto:canalaberto@adufj.org.br) a Direção quer ouvir você, de da UFRJ, sobre todos os aspectos. Escreva sobre suas sugestões, dificuldades e perspectivas para [canalaberto@adufj.org.br](mailto:canalaberto@adufj.org.br).

05/01/2016

Em busca de lugar para a Educação Infantil na UFRJ

cumprir porque é inconstitucional", afirmos.



Da esquerda para a direita: Maria Luíza Mesquita, Alessandra Sarkis, Isabela Lopes (pesquisadora), Monika Lima e Ana Maria Montero. Foto: Silvana Sá - 08/06/2015

**Ad** Adufrj SSind  
10 250 famílias

Compartilhar

Compartilhar

Você e outros 13 amigos curtiram isso



## ANEXO H – ABAIXO ASSINADO PARA ACESSO AO CAP



[Petição Pública Brasil](#)
[Criar Abaixo-assinado](#)
[Login ou Registrar](#)

[Procure Abaixo-Assinados](#)    [procurar](#)



Apoie este Abaixo-Assinado. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

### Integração EEI - CAp UFRJ

**Para:** Conselho Deliberativo da Escola de Educação Infantil

Carta dos responsáveis do grupo VI (2015) à ser encaminhada ao Conselho Deliberativo da EEI. (O presente abaixo-assinado tem total apoio da APEEI e conta com a assinatura de outros responsáveis, não somente aqueles do grupo VI).

O Colégio de Aplicação da UFRJ e a Escola de Educação Infantil da UFRJ integram a Educação Básica na Universidade. São unidades autônomas, entretanto com o mesmo perfil de aplicação da Universidade. Entendendo que a Escola de Educação Infantil na Universidade integra a primeira etapa da Educação Básica e sabendo que, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e tendo a certeza do comprometimento da Universidade com o Ensino em seu âmbito total, os pais do grupo de crianças que finalizam esta etapa neste ano, vem por meio deste documento solicitar que as crianças possam ter acesso automático ao 1º ano do Ensino Fundamental ofertado no CAp UFRJ, compreendendo que atenderia a uma política de integração da Educação Básica na UFRJ. A integração entre as duas unidades de Educação Básica é uma demanda pertinente, pois explicita a necessidade da universidade atuar num protagonismo na área da Educação na habitual ruptura entre Educação Infantil e Ensino Fundamental e vai ao encontro do que diz as Diretrizes Curriculares para Educação Básica em seu Art. 24: "Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo". É sabido que a vontade da Universidade está em consonância com a dos pais, visto que um Polo para integrar o CAp e a Unidade de Educação infantil, fez parte do Plano Diretor UFRJ 2020 aprovado pelo CONSUNI em 2009. Com isto teríamos uma continuidade, o que já acontece com outras Unidades Federais, como Colégio Pedro II e UFF. Tal integração nos permitiria inclusive diagnosticar, através de pesquisas, a relevância do trabalho pedagógico realizado nas duas instituições. Também possibilitaria uma inovação no processo de transição das crianças da EEI, atendendo ao disposto nas Diretrizes definidas pelo MEC, quando dizem que "a transição entre as etapas da Educação Básica e suas fases requer formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento". Ao longo dos anos notamos que a unidade se destaca pela proposta pedagógica, primando por não antecipar conceitos e aprendizagens pertinentes ao Ensino Fundamental. Entretanto, esta não é uma prática comum nas escolas do Rio de Janeiro. Nós, os responsáveis pelas crianças, acompanhamos as dificuldades enfrentadas pelas famílias principalmente na rede privada, situação na qual as crianças vivenciam dificuldades de inserção pela proposta pedagógica muitas vezes de cunho tradicional e conteudista, com antecipação de conteúdos da etapa posterior do Ensino Fundamental. Desta forma, entendendo que é de interesse da universidade pelo cunho de possibilitar um acompanhamento dos alunos ao longo da Educação Básica, e uma vez que é de interesse das famílias pelo reconhecimento ao trabalho realizado pelas duas unidades e da EEI UFRJ, que entende ser pertinente uma integração entre as duas unidades de Educação Básica na UFRJ citando ainda, para endossar o pedido, que uma das Metas e Estratégias do Plano Nacional de Educação é exatamente, "preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental" os pais vêm solicitar ao Conselho Deliberativo a discussão desta solicitação e encaminhamento posterior ao Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

**ASSINAR Abaixo-Assinado**

**Já Assinaram**

**142** PESSOAS

**Assinar Petição**

O seu apoio é muito importante. Apoie esta causa. Assine o Abaixo-Assinado.

 Algumas razões para assinar.  
O que dizem os outros assinantes

 Tem um blog ou site? Adicione este módulo. Participe na divulgação.

Abaixo-Assinado criado por:  
[Contatar Autor](#)

## ANEXO I – PROCESSO JUDICIAL PARA ACESSO AO CAP

31/12/2015 Andamento do Processo n. 0011962-03.2015.4.02.0000 - 07/12/2015 do TRF-2 | TRF-2 07/12/2015 - Pg. 227 - Judicial - TRF | Tribunal Regional F...

# JusBrasil

30 de dezembro de 2015

## Andamento do Processo n. 0011962-03.2015.4.02.0000 - 07/12/2015 do TRF-2

Publicado por Tribunal Regional Federal da 2ª Região e extraído automaticamente da página 227 da seção Judicial - TRF do TRF-2 - 3 semanas atrás


[Home](#)
[Jurisprudência](#)
[Diários Oficiais](#)
[Artigos](#)
[Notícias](#)
[Modelos e Peç](#)

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DOS ACÓRDÃOS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. DESEMBARGADOR (A) FEDERAL SERGIO SCHWAITZER

43 - Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

4 - 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9) (PROCESSO ELETRÔNICO) RAFAEL BASTOS DE ASSUNÇÃO TAVARES (ADVOGADO: RJ175349 - FERNANDO JOSE DE ARAUJO FERNANDES JUNIOR, RJ088468 - FERNANDO BARBALHO MARTINS.) x GEORGE PEREIRA DA GAMA NETO (ADVOGADO: RJ175349 - FERNANDO JOSE DE ARAUJO FERNANDES JUNIOR, RJ088468 - FERNANDO BARBALHO MARTINS.) x CARLOS ROBERTO FERNANDES SOTERO (ADVOGADO: RJ175349 - FERNANDO JOSE DE ARAUJO FERNANDES JUNIOR, RJ088468 - FERNANDO BARBALHO MARTINS.) x UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL.). . DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, interposto por RAFAEL BASTOS DE ASSUNÇÃO TAVARES E OUTROS, neste ato representados por seus genitores, contra decisão que, nos autos da ação nº 0125500-82.2015.4.02.5101 (2015.51.01.125500-7), indeferiu a medida antecipatória que objetivava o ingresso no Colégio de Aplicação da UFRJ, sem a participação em sorteio, tendo em vista o

fato de serem estudantes do Grupo VI da **Escola** de Educação Infantil mantida pela própria universidade.

Sustenta a existência dos requisitos previstos no artigo 273 do CPC, vez que o sorteio das vagas de acesso ao CAP se encontra previsto para o início de dezembro, sem a reserva de vagas para os agravantes, aos quais deve ser garantida a continuidade no sistema em que já estavam inseridos. Ressalta que, além do risco do comprometimento da qualidade do ensino, há que se considerar o risco financeiro a ser imposto às suas famílias, tendo em vista a gratuidade que os alunos já possuem. Pugnam pela antecipação dos efeitos da tutela, inaudita altera parte, a fim de que seja assegurada a matrícula dos agravantes no primeiro ano do ensino fundamental do Colégio de Aplicação da [redacted], isentando os de sujeição ao sorteio mencionado, ou, alternativamente, seja parcialmente suspenso o sorteio das vagas, até decisão final da demanda originária, ou, ainda, que seja determinada a reserva de vagas suficientes a matricular os agravantes.

É o relatório. Passo a decidir.

Deve ser deferida a antecipação dos efeitos da tutela, na forma do artigo 558 do CPC.

A decisão recorrida indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela que objetivava o acesso dos agravantes ao primeiro ano do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem que houvesse a necessidade de participação em sorteio.

Por certo a manifestação da UFRJ/Colégio de Aplicação, nos autos da presente demanda, poderá aclarar o que está a —parecerll um ato discriminatório. Será muito importante trazer à colação as regras de acesso das crianças do grupo VI da Escola de Educação Infantil à primeira série do Colégio de Aplicação, visto a obrigatoriedade de se oferecer à sociedade, através de seleção específica, as mesmas oportunidades.

A medida de urgência pleiteada é pela presença do *fumus boni iuris*, consubstanciado no fato de que o direito à educação é garantia constitucional e infraconstitucional, nos termos do artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, este último estabelecendo o direito não só ao acesso como à continuidade do ensino, bem como do *periculum in mora*, pelo evidente risco de prejuízo aos agravantes, tendo em vista o sorteio de vagas previsto para o início de dezembro do corrente ano, de forma que se reservem as vagas de matrícula até a decisão do primeiro grau.

Ante o exposto, defiro o efeito suspensivo, na forma do artigo 558 do CPC, a fim de que sejam reservadas tantas vagas quanto necessárias, para futura matrícula dos agravantes no

31/12/2015 Andamento do Processo n. 0011962-03.2015.4.02.0000 - 07/12/2015 do TRF-2 | TRF-2 07/12/2015 - Pg. 227 - Judicial - TRF | Tribunal Regional F...

primeiro ano do CAP/UFRJ.

Ao agravado.

Após, ao Ministério Público Federal.

P.I.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2015.

SALETE MARIA POLITA MACCALÓZ

Desembargadora Federal – Relatora

**Disponível em:** <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/264767555/andamento-do-processo-n-0011962-0320154020000-07-12-2015-do-trf-2>

## ANEXO J – CADASTRO DE RESERVA DE VAGAS CAP/EEI

## RELAÇÃO DOS SORTEADOS 1º ANO DO ENSINO FUND. (ANTIGO C.A.)

10/12/2015

Ordem	Nº Sorteio	Inscrição	Nome
1			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
2			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
3			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
4			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
5			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
6			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
7			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
8			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
9			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
10			VAGA RESERVADA DE ACORDO COM DECISÃO JUDICIAL. PROCESSO Nº 0011962-03.2015.4.02.0000 (2015.00.00.011962-9)
11	0416	002034	FELIPE DE OLIVEIRA SAVELLI GUIMARAES
12	0664	002464	ANA JULIA VIEIRA MESQUITA
13	0174	002257	OLIVIA GRILLO COLITINHO AZEVEDO ALVES
14	1099	002469	JOANA PAULINO DE MELLO
15	0506	002310	FRANCESCO VIDAL BELLINTANI FALCAO
16	0995	002125	BERNARDO NUNES LINHARES DA SILVA
17	0757	002360	PEDRO UCHOA BAPTISTA
18	1199	002042	MIGUEL MORANDO DE PAIVA AZEVEDO
19	0186	002250	STELLA SOARES CONTI
20	0180	002709	RAFAEL ALBUQUERQUE CARNEIRO LEAO
21	0353	002564	MARIANA TEIXEIRA BELCHIOR
22	1052	002590	MANUELA MORAES ESTEVAO COSTA
23	0208	002342	PEDRO BRITO DE MELLO
24	1188	002370	BEATRIZ DE OLIVEIRA PAIXAO
25	1011	002238	MARIA CLARA MILLELI ZARDO
26	0301	002548	MARCUS BRAGA COELHO FILHO
27	0337	002287	MARIA LUIZA MONTEIRO CUNHA
28	0100	002374	MARIA CECILIA CASSIANO GOVERNO SARMENTO
29	0056	002390	SAMUEL GIRONDI CABRAL
30	0919	002053	LUIZA ANDRADE BATISTA TORREAO DA COSTA
31	0828	002147	LARAH MONIQUE DE SOUZA RODRIGUES
32	0715	002508	GABRIELA ANDREU FISCH
33	0350	002095	DAVI DA SILVA ROCHA
34	0394	002049	THIAGO COSTA BEZERRA
35	0036	002116	NICOLY CHAGAS DE OLIVEIRA
36	0033	002056	BERNARDO FONTES ALVES LIMA
37	0493	002579	FERNANDO ANDRADE AGRELLO
38	0654	002288	MANUELA GOMES CONCEICAO GONDIM
39	0583	002377	ALICE LOPES DE ALCANTARA

**ANEXOK – DIRETRIZES E NORMAS DE FUNCIONAMENTO CAPs**

Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2013 Diário Oficial da União- Seção 1 ISSN 1677-7042 9

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº - 959, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013**

Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes e normas gerais para fins de funcionamento dos Colégios de Aplicação, mantidos e administrados pelas Universidades Federais, e que integram o sistema federal de ensino.

**Art. 2º Para efeito desta Portaria consideram-se Colégios de Aplicação, as unidades de educação básica que têm como finalidade desenvolver, de forma indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas inovações pedagógicas e na formação docente. Parágrafo único. Serão considerados Colégios de Aplicação, as unidades de educação básica referidas no caput, relacionadas no Anexo e que estejam em funcionamento até a data da publicação desta Portaria.**

Art. 3º A criação de novos Colégios de Aplicação e a ampliação de novas modalidades de ensino está condicionada à aprovação no Conselho Superior da Universidade a que se vincula. Parágrafo único. Na hipótese de a criação de novos Colégios de Aplicação e a ampliação de novas modalidades de ensino redundar na necessidade de expansão, fora dos limites normativamente fixados, dos quadros docente e técnico-administrativo da instituição, o processo deverá ser submetido à apreciação da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, ambas do Ministério da Educação.

Art. 4º Os Colégios de Aplicação obedecerão às seguintes diretrizes:

I - oferecimento de igualdade de condições para o acesso e a permanência de alunos na faixa etária do atendimento;

II - realização de atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro;

III - integração das atividades letivas como espaços de prática de docência e estágio curricular dos cursos de licenciatura da Universidade; e

IV - ser o espaço preferencial para a prática da formação de professor realizada pela Universidade, articulada com a participação institucional no Programa de Incentivo à Docência - PIBID e nos demais programas de apoio à formação de docentes.

Art. 5º Os Colégios de Aplicação terão sua qualidade e eficiência aferidas pelos indicadores oficiais do Ministério da Educação - MEC.

Art. 6º Para fins de funcionamento, os Colégios de Aplicação contarão com recursos orçamentários específicos calculados por meio da Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capitais (OCC), conforme disposto no art. 4º, do Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010.

Art. 7º As Universidades Federais devem adotar as medidas necessárias para que os Colégios de Aplicação cumpram as seguintes metas:

I - garantia da participação dos estudantes nos sistemas de avaliação da educação básica do Ministério da Educação; e

II - oferta de 100% (cem por cento) das vagas dos Colégios de Aplicação de forma aberta.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

#### ANEXO

#### Colégios de Aplicação

IFES	UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA
1. UFPA	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
2. UFRN	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3. UFPE	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
4. UFS	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
5. UFJF	COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII
6. UFV	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
7. UFU	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ESEBA
8. UFRJ	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
9. UFRGS	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
10. UFSC	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
11-UFSC	NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL -NDI
12. UFG	CEPAE
13. UFMG	CENTRO PEDAGÓGICO – CP
14. UFMA	COLÉGIO UIVERSITÁRIO - COLUN
15. UFRR	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
16. UFF	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
17. UFAC	COLÉGIO D APLICAÇÃO

## ANEXO L – PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE GT PARA INTEGRAÇÃO AO CAP



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
Gabinete do Reitor

**URGENTE**

**MEMORANDO** Nº 2016

Data: 16/12/2015

De: Rosa Porch – Secretária do Chefe de Gabinete do Reitor

Para: Direção CAP / Escola de Educação Infantil / Faculdade de Educação

Assunto: Indicação de 3 (três) nomes para compor Grupo de Trabalho para elaboração de Proposta de Incorporação da Escola de Educação Infantil pelo CAP.

Prezada (a),

Solicitamos de V.S.<sup>a</sup>, a indicação de 3 (três) nomes para compor Grupo de Trabalho para elaboração de Proposta de Incorporação da Escola de Educação Infantil pelo CAP, conforme solicitação do Sr. Chefe de Gabinete do Reitor, Agnaldo Fernandes, fls. 84 do processo nº 23079.032.508/2015-53.

Solicitamos, ainda, que estas indicações sejam encaminhadas até 15/01/2016.

Atenciosamente,

Rosa Porch  
Secretária do Chefe de Gabinete do Reitor

## ANEXO M – RESPOSTA DE CONVOCAÇÃO DO GT



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
Gabinete do Reitor

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo Nº 23079.032508/2015-53 Fis: 084

À Chefia de Gabinete,

Baseado no parecer às fis. 083, devolvo o p.p. para implementar as sugestões ali apresentadas.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2015

*Roberto Leher*  
Prof. ROBERTO LEHER  
Reitor

A SECRETARIA P/,  
POR GENTILEZA,  
ELABORAR MEMO. A SER  
ENVIADO P/ AS DIREÇÕES  
DO COLÉGIO DE APLICADOS,  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, SOLICITANDO  
ATE' OS NOMES DE UMA UNIDADE P/  
COMO GRUPO DE TRABALHO P/ ELABORAÇÃO  
DE PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DA ESCOLA  
DE EDUCAÇÃO INFANTIL AO CAP.  
EM 16/12/2015

*Adriano Fernandes*  
Chefe de Gabinete do Reitor  
Shope: 03632801GRUFRS